

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



Dissertação

**Memórias de um Ofício – Os Marmoristas e o Cemitério Municipal  
de Juiz de Fora (1864-1974)**

**Leandro Gracioso de Almeida e Silva**

Pelotas, 2016.

LEANDRO GRACIOSO DE ALMEIDA E SILVA

Memórias de um Ofício – Os Marmoristas e o Cemitério Municipal de  
Juiz de Fora (1864-1974)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Fábio Vergara Cerqueira

Pelotas, 2016

**Dados de catalogação na fonte:**

Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901

Biblioteca de Ciência & Tecnologia - UFPel

**S586m      Silva, Leandro Gracioso de Almeida e**

**Memórias de um ofício : os marmoristas e o Cemitério Municipal de Juiz de Fora (1864-1974) / Leandro Gracioso de Almeida e Silva. – 122f. : il. – Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas, 2016. – Orientador Fábio Vergara Cerqueira.**

**1.Cemitério. 2.Memória. 3.Marmoristas. 4.Imigrantes.  
I.Cerqueira, Fábio Vergara. II.Título.**

**CDD: 393.098151**

LEANDRO GRACIOSO DE ALMEIDA E SILVA

Memórias de um Ofício – Os Marmoristas e o Cemitério Municipal de Juiz de Fora (1864-1974)

Dissertação aprovada como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 10/03/2016

**Banca Examinadora:**

Fábio Vergara Cerqueira Professor Doutor (Orientador) em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo

Ester Judite Bendjouya Gutierrez Professora Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho Professora Doutora em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## **Agradecimentos**

Certamente vai ser muito difícil esmiuçar, transformando em palavras, todo o sentimento positivo que devo para com aqueles que contribuíram com esta dissertação. Primeiramente, devo citar Clarissa Grassi que me ajudou com meu projeto, revisando-o e dando sugestões importantes. Sem você, tudo teria sido talvez muito mais difícil. Prossigo agradecendo ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural que junto com a CAPES confiaram em mim e me ofereceram os subsídios teóricos, além de uma bolsa, que me permitiu me mudar para Pelotas durante o ano de 2014, assim como continuar com a pesquisa e redação do texto durante os dois anos em que estive vinculado ao PPG.

Ressalto que sem este apoio financeiro, do órgão de fomento a pesquisa, essa dissertação ter-se-ia tornado impossível. Agradeço em igual medida a meu orientador, Fábio Vergara Cerqueira que aceitou meu projeto de pesquisa e acreditou em mim. Sem seu aceite nada teria acontecido!

Ainda com relação ao Programa, devo reconhecer a secretária Gisele por sua simpatia e imensa boa vontade, aliás ela sempre está disposta a ajudar. Também devo mencionar as professoras Ana, Ester, Francisca, Juliane, Letícia e Renata que com suas disciplinas, construíram em mim as bases para escrever com qualidade a dissertação aqui apresentada. Agradeço à Luiza e Márcia das quais fui estagiário docente, destaco que o aprendizado foi imenso, muito obrigado! Não poderia deixar de agradecer à minha mãe Fátima, que durante o período que estive comigo em Pelotas me deu apoio financeiro e sentimental, fazendo com que muitos dos meus dias não fossem solitários.

Agradeço a todos os colegas da Pós-Graduação e em especial, Darlan, Estelamaris e Heron, pois foram verdadeiros companheiros durante a trajetória, nossos finais de semana eram muito bons, sinto saudade. Agradeço a todos que acreditaram que eu era capaz, mesmo quando eu, em alguns momentos, parecia estar desacreditado pelas dificuldades no caminho. Os percalços não foram poucos, mas

o suporte dos amigos de Pelotas e o auxílio de Carlos Almeida foram fundamentais. Devo imenso agradecimento, especialmente ao último, pois sempre me incentivou. Não posso me esquecer, evidentemente, de Marlise que sempre disponível e hábil revisora, fez as correções necessárias para finalização deste pesquisa, em tempo recorde!

Dedico essa dissertação a quatro instituições que fizeram com que o resultado alcançado fosse possível e exitoso. Começo pelo Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora, representado por Elione e Henrique, além das estagiárias Gisele, Laís, Mariana e Yasmin, vocês todos foram fundamentais seja nos momentos de sugerir caminhos ou nas nossas conversas que fizeram minhas infinitas idas ao arquivo menos entediantes. Continuo, agradecendo ao Setor de Memória da Biblioteca Murilo Mendes que me auxiliou em grande medida, garantindo o sucesso da pesquisa. Concluo agradecendo aos funcionários e estagiários do Arquivo Central da UFJF e a Rosane, representando o Museu Mariano Procópio, que muito bem me recebeu aliás.

Não poderia evidentemente deixar de agradecer a todos os descendentes que consultei para produção dessa dissertação, representados pelas famílias Soranço, Frateschi, Scarlatelli, Gargiulo, Riolino, além de Denise Pessoa que me ce-deu muitas informações úteis e Cláudia Grosso que me apresentou Denise. Lembro também de Nathan Ramalho que com as fotos do jazigo de Senatore contribuiu com esta pesquisa. Por fim, mas não menos importante, o que me moveu a fazer esta pesquisa foi o fato da morte estar presente em minha vida desde sempre. Meu pai foi auxiliar de necrópsia até o seu falecimento em 2001. Apesar dele raramente tocar nesse assunto em casa, a morte nunca foi um tabu no nosso lar. Aliado a descrença na vida eterna e uma paixão pela história da arte, encontrei nos cemitérios oitocentistas uma grande fonte de inspiração, que conjugava todos os meus interesses e aflições.

Percebi com ajuda de meu falecido pai e com esta pesquisa, que somos o que transmitimos ao longo da vida. Uns a deixarão do mesmo modo que viveram, outros serão lembrados por seu legado científico-cultural ou por uma marca positiva

na sociedade. Num cemitério, todos os mortos “são iguais”, mas poucos serão lembrados por muitos anos, nele e/ou fora dele. Por isso agradeço a todos que estão no Cemitério Municipal de Juiz de Fora, inclusive alguns de minha família, os Grazi-osi. Espero ter cumprido, ao menos em parte, o que me propus e ter respondido a altura toda a inspiração que suas histórias me provocaram.

## Sumário

<b>Resumo</b> .....	<b>10</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>11</b>
<b>Lista de Figuras</b> .....	<b>12</b>
<b>Lista de Tabelas</b> .....	<b>14</b>
<b>Lista de Abreviaturas</b> .....	<b>15</b>
<b>1 Introdução</b> .....	<b>16</b>
<b>2 – A morte, o morrer e o lugar dos mortos</b> .....	<b>31</b>
2.1 A criação dos cemitérios extra-urbe na Europa e no Brasil .....	32
2.2 Juiz de Fora e a criação do Cemitério Municipal .....	35
2.2.1 Cemitério Público de Juiz de Fora, local de conflitos entre Estado e Igreja no século XIX.....	43
2.2.2 O advento da República e a gestão laica .....	47
2.2.3 Da possibilidade de fechamento à Grande Restruturação de 1925 .	50
<b>3 – Os italianos como artistas-artesãos em Juiz de Fora</b> .....	<b>56</b>
3.1 Aspectos econômicos e imigração em Minas Gerais .....	59
3.1.1 A imigração em Juiz de Fora .....	61
3.2 Pereira & Costa – luso-brasileiros entre italianos .....	66
3.3 Os Italianos e as Marmorarias .....	69
3.3.1 Marmoraria Carrara .....	69
3.3.2 Marmoraria São José e A Edificadora .....	75
3.3.3 Marmoraria Brasil .....	78
3.3.4 Natale Frateschi e Filhos, Casa São Pedro e Irmãos Frateschi .....	84



3.3.5 Escultores, construtores e outros “marmoristas” .....	87
<b>4 – O morrer para o artista-artesão .....</b>	<b>93</b>
4.1 Da oficina ao túmulo .....	95
4.1.1 A morte para quem dela vive .....	97
<b>Conclusão .....</b>	<b>108</b>
<b>Referências .....</b>	<b>111</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>118</b>

## Resumo

**SILVA, Leandro Gracioso de Almeida. Memórias de um Ofício:** Os marmoristas e o Cemitério Municipal de Juiz de Fora (1864-1974). 2016. 122f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

A pesquisa intitulada Memórias de um Ofício – Os Marmoristas e o Cemitério Municipal de Juiz de Fora (1864-1974) analisou qual o papel desempenhado por esses profissionais ao longo da história do principal espaço mortuário público de Juiz de Fora. Para tanto, esse estudo abordou a criação e funcionamento deste cemitério enquanto importante para o surgimento e declínio das cinco marmorarias que existiram na cidade. Além disso, também foi objetivo dessa dissertação trazer a trajetória de outros profissionais que se dedicaram à construção de sepulturas em Juiz de Fora. Recorreu-se as mais diversas fontes documentais disponíveis nos arquivos públicos e privados, bibliotecas da cidade, além de consulta à bibliografia geral e voltada ao tema. A memória dos descendentes e seus acervos de família também foram um importante instrumento para construção do texto. Por fim, ressalta-se que se buscou nesta investigação entender como os marmoristas enxergavam seu ofício para além de um simples trabalho, por isso analisou-se suas sepulturas a fim buscar, nestas, parte do universo cultural em que estavam inseridos.

**Palavras-chave:** Cemitério, Marmoristas, Imigrantes, Memória.

## Abstract

**SILVA, Leandro Gracioso de Almeida. Memories of a Craft:** The marble workers and the Municipal Cemetery of Juiz de Fora (1864-1974). 2016. 122f. Dissertation (Master Degree em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

**Abstract:** The research entitled Memories of a Craft – The Marble Workers and the Municipal Cemetery of Juiz de Fora (1864-1974) examined the role played by these professionals throughout history the main mortuary public space of Juiz de Fora. Therefore, this study addressed the creation and operation of this cemetery as important to the rise and decline of the five marble shops that existed in the city. Moreover, it was also objective of this dissertation to bring the trajectory of other professionals who are dedicated to the construction of graves in Juiz de Fora. It resorted to the most diverse documentary sources available in public and private archives, city libraries, in addition to consulting the general bibliography and focused on the topic. The memory of the descendants and their family collections were also an important tool for text construction. Finally, it is emphasized that this research sought to understand how the marble workers could see their craft beyond a simple job, so we analyzed their graves to seek, in these, part of the cultural universe in which they were inserted.

**Keywords:** Cemetery, Marble Workers, Immigrants, Memory.

## Lista de Figuras

Figura 1 – Imagem da Antiga Matriz de Juiz de Fora em 1847, onde também se sepultavam os mortos da cidade .....	38
Figura 2 – Imagem da Antiga Matriz de Santo Antônio em 1874, demolida pouco tempo depois para construção da nova igreja .....	38
Figura 3 – Vigário Tiago Mendes Ribeiro .....	41
Figura 4 – Victorino da Silva Braga .....	42
Figura 5 – <i>Ala Velha</i> do Cemitério Municipal de Juiz de Fora em 1915 .....	48
Figura 6 – Francisco Mariano Halfeld .....	51
Figura 7 – Entrada construída em 1925. Em 1968, foi construído um segundo pavimento sob a entrada e o cemitério já havia sido rebatizado como Cemitério Municipal Nossa Senhora Aparecida .....	53
Figura 8 – Entrada para <i>Ala Velha</i> reformada em 1925. Atualmente se encontra desativada e murada .....	54
Figura 9 – Muro que começou a ser construído por volta de 1925 com ba-lauústres em toda a fachada do Cemitério Municipal .....	54
Figura 10 – Obra sobre o jazigo de Francisca Angélica de Moura, falecida em 1876 .....	67
Figura 11 – Xilogravura colorizada da rua Marechal Deodoro em 1920. A seta indica onde funcionou inicialmente a Marmoraria Carrara. Na esquina, do lado esquerdo há um sobrado (ainda existente) de 2 pavimentos onde ainda funciona o hotel Renascença. ....	70
Figura 12 – Pasquale Senatore com 34 anos em 1916, num anúncio de sua marmoraria no Almanaque Publicitário de Juiz de Fora .....	71
Figura 13 – Jazigo da Família de Saint-Clair José de Miranda Carvalho com sua filha Ilva Tostes de Miranda Carvalho no centro e no topo. Nas laterais há dois anjos .....	73
Figura 14 – Neste conjunto, onde há um painel em azul ocultando a fachada de uma loja, funcionou como último endereço da Marmoraria Carrara, que encerrou as atividades em 1948 .....	74
Figura 15 – Jazigo de Bernardo Mascarenhas e família construído por Michele Scarlatelli.....	76
Figura 16 – Giovanni e Zilda numa foto para álbum de casamento. Provavelmente em 1921.....	77
Figura 17 – Lino, Giovana e família. Provavelmente década de 1920.....	80
Figura 18 – Fotografia do Catálogo da Marmoraria Brasil – Jazigo de Cândido Tostes e Família .....	82
Figura 19 – Fotografia no Catálogo da Marmoraria Brasil – Jazigo desconhecido .....	82
Figura 20 – O marmorista Natale Frateschi esculpiu Marietta Villela Luz, de forma idealizada e sensual de acordo com os valores do Art Nouveau ..	84
Figura 21 – Jazigo de Ary e Eduardo confeccionado por Natale Frateschi e Filhos.....	86
Figura 22 – Jazigo da Família Teixeira confeccionado pelos Irmãos Frateschi .....	86

Figura 23 – Reunião de festividades da comunidade italiana em Juiz de Fora no ano de 1904. Giuseppe Caporali é o penúltimo sentado à direita .....	88
Figura 24 – Monumento em homenagem ao Coronel Francisco Mariano Halfeld inaugurado em 1905 na praça homônima .....	89
Figura 25 – Busto em homenagem ao poeta Oscar Gama instalado no Parque Halfeld em 1903. A escultura ficou a cargo da Marmoraria Carrara que, por sua vez contratou os serviços de Caporali .....	89
Figura 26 – Giuseppe Abramo.....	91
Figura 27 – Residência e sede da “Construtora José Abramo” A edificação foi descaracterizada (em ano desconhecido) e totalmente demolida em dezembro de 2015; avenida Barão do Rio Branco, 1630 – Centro. Data: Década de 1970 .....	92
Figura 28 – Jazigo Giuseppe, Giovanni Scarlatelli e Família .....	99
Figura 29 – Jazigo Miguel Scarlatelli e Família.....	99
Figura 30 – Jazigo da família Gargiulo e Senatore .....	104
Figura 31 – Lateral do jazigo da família Gargiulo e Senatore .....	105
Figura 32 – Jazigo Soranzo e família (antes do furto) .....	106
Figura 33 – Jazigo Soranzo e família (depois do furto do medalhão) .....	106

## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Entrada de imigrantes no Brasil .....	61
Tabela 2 – Entrada de imigrantes na Hospedaria Horta Barbosa em Juiz de Fora .....	61
Tabela 3 – Movimento de saída dos imigrantes na Hospedaria Horta Barbosa de 1896 a 1906 .....	52

## **Lista de Abreviaturas**

AHPJF – Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora

CMNSA – Cemitério Municipal Nossa Senhora Aparecida

FCMI – Fundo Câmara Municipal Império

FCMRN – Fundo Câmara Municipal República Nova

FCMRV – Fundo Câmara Municipal República Velha

JUCEMG – Junta Comercial de Minas Gerais

## 1 – Introdução

Pensar na morte nos traz durante toda nossa existência um grande desconforto. Seja pelo temor de pensarmos na sua própria ou quando pensamos na daqueles que amamos. Morrer sempre foi um problema para os vivos, afinal nunca deve ter sido fácil lidar com a incerteza de uma vida pós-morte e em especial com a saudade dos entes que perdemos. Morrer é um processo tão natural como nascer ou crescer, mas certamente encontramos mais alegria na vida do que na morte. A espécie humana parece ser a que tem mais dificuldade em lidar com a situação e por isso ao longo de sua história, diferentes estratégias foram adotadas para lidar com nosso inevitável fim.

A certeza da morte é também a certeza da nossa finitude. Por isso, morrer serviu e ainda serve para nos provocar reflexão sobre nossos atos e como seremos lembrados. Alguns defendem que a morte é essencial para dar sentido à vida. Assim, a certeza da finitude teria portanto consequências fundamentais sobre a nossa capacidade de motivação, superação e vida em sociedade. Contudo, para aqueles que não pensam desse modo, para se sobreviver ao doloroso processo do luto, as pessoas precisam buscar compreensão e apoio emocional em diferentes formas: através da religião, na família, no trabalho, nos amigos e na memória que se constrói dos outros.

No Ocidente cristão, local do qual as obras lidas para produção dessa dissertação se debruçaram em busca de respostas, a morte foi percebida de forma bastante particular e com grandes períodos de permanência em sua compreensão, mas com algumas rupturas nos ritos mortuários. O historiador Philippe Ariès entendeu que os costumes fúnebres no geral poderiam ser classificados dentro da história das mentalidades, pois esta abordagem historiográfica trata das formas de pensamentos e valores, inseridos em contextos de longa duração (ARIÈS, 1977, p.17).

De fato, concordamos com Ariès quanto à classificação que o autor deu aos ritos funerários. Entendemos que estes costumes podem ser assim classificados, devido a algumas práticas se estenderem por longos períodos, ainda que eventual-



mente consideráveis rupturas aconteçam. Devido a esse sentimento de continuidade nos ritos funerários, quando transformações aconteciam, estas nem sempre se faziam de modo pacífico. Compreendemos que a sociedade se habitua à segurança de tradições duradouras, por isso encontra grande desestabilização em mudanças bruscas. João José dos Reis em sua obra intitulada *A Morte é uma Festa – ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX* trata desta questão. Neste livro o autor apresenta como a população de Salvador resistiu à proibição de enterros nos recintos religiosos e implementação de cemitérios extra-urbe por volta de 1836.

Como já mencionado, possíveis novas significações acerca da morte, ou alterações em costumes mortuários, causam incertezas numa etapa da vida repleta de insegurança. Sendo assim, consideramos importante breve contextualização sobre o que poderia ser classificado como permanência e o que se enquadra no campo das rupturas. Começando pelas permanências que envolvem os ritos mortuários, entendemos que talvez a mais importante no Ocidente Cristão seja dedicarmos um dia no ano para o culto aos mortos. A comemoração do dia de Finados em 2 de novembro remonta, segundo Michel Vovelle, à Idade Média, em que: “[...] a Igreja, sob influência da ordem de Cluny, não deixou de instaurar, entre 1024 e 1033, o 2 de novembro como dia de comemoração dos mortos.” (VOVELLE, 2010, p.27).

Sabemos que algumas mudanças ocorreram nesta comemoração e que o dia de Finados vem perdendo “seu sentido original” ao longo dos séculos XX e XXI, sobretudo quando pensamos nos grandes centros urbanos. Possivelmente essas novas apropriações da data explicam o porquê de os cemitérios já não serem tão visitados como outrora. Porém, o fato de boa parte das pessoas ainda dedicar algum tempo nesta data, conferindo preces aos mortos, dentro ou fora dos cemitérios, demonstra que o dia de Finados ainda possui alguma importância no calendário dos católicos. Por isso, enquadramos este costume dentro do conceito de longa duração, ou seja, dentro das permanências.

Quanto às rupturas, fizemos de um costume o seu representante, a utilização da arte funerária. Este costume surgiu de modo mais extensivo a partir do início

do século XIX na França. Mas isto não significa que a arte funerária tenha sido uma novidade deste período. Mas foi certamente no Oitocentos em que setores burgueses tiveram interesse e condições de ter acesso a este produto (CARVALHO, 2009, p.33). Porém com a mesma velocidade que os cemitérios ganhavam discursos artísticos, o costume experimentou um rápido declínio principalmente na segunda metade do século XX. No Brasil, já por volta da década de 1930, a burguesia começou a reduzir seus gastos nos cemitérios (BORGES, 2002, 292).

Em Juiz de Fora, a partir de observações das sepulturas existentes no Cemitério Municipal Nossa Aparecida e tendo como referência, para data de confecção dos jazigos observados, as informações do epitáfio que indicam o ano de falecimento do sepultado, cruzando ainda estas informações com as fontes históricas existentes sobre os marmoristas locais, demarcamos por volta dos anos 1950, como período em que o mercado consumidor de arte funerária começava a se tornar mais expressivamente limitado. Poucas décadas depois, as últimas famílias que se dedicavam a esse tipo de trabalho, viram-se obrigadas a migrar para construção civil.<sup>1</sup> Assim, com a mesma força que a arte funerária chegou à cidade por volta da década de 1870, ela também se “extinguiu”. Hoje são raras na cidade as famílias que se dispõem a gastar maiores recursos numa sepultura. Mesmo aquelas que já possuíam uma sepultura mais elaborada, quando estas sofrem algum tipo de dano, costumam ficar nesta condição, entregues à própria sorte. Por isso, consideramos que esta prática se insere no campo das rupturas, pois o costume não teve força para se manter duradouro.

Em busca de respostas sobre a atuação dos marmoristas em Juiz de Fora, inevitavelmente conduzimos nossa investigação a compreender primeiramente qual a relação deste ofício com a construção de cemitérios fora do eixo urbano, uma vez que a cidade fez parte de um processo que não lhe era exclusivo. Ademais, enten-

---

<sup>1</sup> Desde pelo menos os anos 1950, mas mais especificamente entre as décadas de 1960 e 1970 que tem nesta última década, o falecimento do último marmorista da primeira geração de profissionais ligados ao ofício em Juiz de Fora, o sr. Lino Soranzo, estas famílias se viram obrigadas a migrarem seus esforços para a construção civil, por diminuição progressiva do mercado consumidor de arte funerária. Entrevista concedida via telefone com Robson Frateschi em dezembro de 2015. Entrevista concedida pessoalmente com Carlos Soranço dono da marmoraria Soranço em outubro de 2015.

demos que os cemitérios extra-urbe foram um importante passo para garantir o retorno da sepultura individualizada ao Ocidente, que por sua vez possibilitou o uso de arte nesses locais (ARIÈS, 1977, p.35-37). Contudo, é importante salientar que não estamos afirmando com isto que a sepultura individualizada conduz necessariamente à arte funerária, pois existem muitos cemitérios oitocentistas espalhados pelo Brasil que deporiam contra esta conclusão.<sup>2</sup>

Ainda sobre a construção de locais para sepultamento fora da Igreja, é importante mencionarmos que isto se deu inicialmente por um esforço da medicina social francesa aos problemas higiênicos. No caso brasileiro, a profunda influência que este segmento da medicina exercia sobre os médicos deste lado do Atlântico, no século XIX, acabou por culminar num movimento capaz de convencer o Estado e na sequência a sociedade de que para se garantir a saúde pública era necessário exterminar a prática de sepultamentos *ad sanctos apud ecclesiam*.<sup>3</sup> Para tanto, surgiu uma série de recomendações e leis que depunham sobre a questão.

Entre permanências e transformações, o homem do Oitocentos acabou resignificando algumas de suas práticas funerárias. A princípio, o cemitério juiz-forano implicou numa ruptura de um costume religioso de origem longínqua no tempo. O enterro, realizado pela Igreja, era responsável por uma das etapas para se proporcionar a vida eterna. Mas uma transformação se anunciava, especialmente devido ao modo impositivo por parte do Estado, que impactou em definitivo sobre o mundo dos vivos e dos mortos (ARIÈS, 1977, p.46).

A imposição pela criação de cemitérios por parte dos setores médicos e políticos causou profundas mudanças na sociedade ocidental, que assim adotou estratégias diversas diante do acontecido. Recorrer a profissionais especializados para garantir a dignidade física e espiritual ao morto se tornaria comum durante os séculos XIX e XX. O movimento romântico em meio ao processo foi também um de

<sup>2</sup> O cemitério da Saudade em Diamantina-MG é um exemplo. A cidade, que era distrito de Serro e se emancipou no início do século XIX parecia não contar com marmoristas especializados ou com mercado consumidor que justificasse sua presença. Em visita a este campo santo em janeiro de 2016, encontrei poucas obras sobre as sepulturas. E mesmo entre as existentes, observei que todas foram feitas por marmoristas de Belo Horizonte como a oficina da família Natali.

<sup>3</sup>Tradição de enterramento no qual os mortos eram sepultados dentro ou nos arredores de uma igreja ou capela cristã.

seus interlocutores. De acordo com Marcelina das Graças de Almeida, a instalação do espírito romântico no Brasil aconteceu em 1836, através da publicação de *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Domingos José Gonçalves Magalhães (1811-1882). No pós-independência, o tema perpassava o meio artístico e literário brasileiro, e ao longo desse movimento, a autora entende que os cemitérios se tornaram espaços privilegiados para o desenrolar deste espírito (ALMEIDA, 2007, p.128-129).

Os profissionais que se designaram a dotar as sepulturas de elementos simbólicos, cristãos ou cristianizados, contribuíam para rejeitar a morte através do belo (QUEIROZ apud ALMEIDA, 2007, p.129). Estes trabalhadores portanto não só sacralizaram a tumba, como também contribuíram para consolidar a individualização da morte. Foi possível a partir de então, preservar de modo físico, nos cemitérios, parte da memória do morto, fazendo da sepultura uma extensão dessa memória desejada. Mesmo entre os setores abastados das elites brasileiras, a sepultura não detinha antes dos cemitérios extra-urbe o papel que ganhou a partir destas transformações (ARIÈS, 1977, p.35-37).

Consideramos que os marmoristas se destacaram como personagens no processo, por serem os profissionais capazes de tornar “tangíveis” estes sentimentos. Eles foram trabalhadores sofisticados, capazes de dialogar com as referências de seu tempo, incorporando assim movimentos artísticos aliados aos aspectos religiosos na confecção dos túmulos, ao mesmo tempo que manuseavam um rico repertório de informações, revelando por vezes erudição quanto a temas de tradição clássica e cristã. O objetivo da sepultura individualizada, que começou apenas para cumprir determinações higienistas, tornou-se rapidamente num local para o compartilhamento de valores, crenças e memória de uma família (BORGES, 2002, 64).

Pautando-se na estatuária, a escultura se tornou um dos alicerces da memória dos mortos, mas certamente não o único, uma vez que a memória se encontra e se perfaz por diferentes meios. As obras funerárias, no entanto, ganhavam formas individuais através das escolhas das famílias, dentro de um leque de opções oferecidos pelas marmorarias. Tais trabalhos muitas vezes eram produzidos em série e se repetiam em um mesmo cemitério. As obras eram no geral anjos, cruces,

piras, *putti*<sup>4</sup>, pranteadoras e podiam ser encontradas com traços idênticos em vários túmulos pelos cemitérios do Brasil e do mundo, devido à circulação de catálogos (BORGES, 2002, p. 58-68)

Mas o desejo de individualização foi capaz de fazer de cada túmulo único. Utilizando da criatividade com soluções diferentes aplicadas sobre obras às vezes idênticas, as famílias confiavam aos marmoristas a capacidade de dotarem seus túmulos com características singulares. A distinção através da arte é algo comum, conforme observou Pierre Bourdieu:

Sabendo que a maneira é uma manifestação simbólica, cujo sentido e valor dependem tanto daqueles que a percebem quanto daquele que a produz, compreende-se que a maneira de usar bens simbólicos e, em particular, daqueles que são considerados como atributos de excelência, constitui um dos marcadores privilegiados da “classe”, ao mesmo tempo que o instrumento por excelência das estratégias de distinção, ou seja, na linguagem de Proust, da “arte infinitamente variada de marcar distâncias” (BOURDIEU, 2007, p. 65)

A tumba passava a servir então de templo para promoção do defunto e dele se tentava extrair direta ou indiretamente proveitos identitários em prol dos vivos. O túmulo, embelezado, justificava-se pelas visitas aos cemitérios e citamos o exemplo de Juiz de Fora para referendar a afirmação, tomando a observação do sr. Victorino da Silva Braga, administrador do Cemitério Municipal de Juiz de Fora no século XIX:

Estando próximo o dia de finados 2 de Novembro e o cemitério nesse dia é visitado por milhares de pessoas e por isso preciso consessão da Intendência para fazer a capina, limpeza e concertos necessarios cuja despeza não excederá a cem mil reis que serão pagos com o rendimento do mesmo,[...]<sup>5</sup>

Curiosamente, a sepultura dos profissionais da morte era bastante discreta em relação ao que eles foram capazes de elaborar. Optando por jazigo mais baixos e/ou com poucos elementos decorativos, os marmoristas destoavam de sua clientela. Buscamos entender o porquê dessas escolhas através de diferentes recursos in-

<sup>4</sup> *Putti*, plural da palavra *putto*, é um termo em italiano que no campo das artes se refere a pinturas ou esculturas de um menino ou menina nu. Esta representação pode ter forma angelical ou não.

<sup>5</sup> Optamos por utilizar a grafia original em todos os documentos citados. Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal República Velha, Vº Parte - Órgãos e Funcionários da Câmara – 1º - Cemitério – 126 – Correspondências expedidas e recebidas entre o Administrador do Cemitério e o Presidente da Câmara, Ano 1890.

terpretativos como morfologia da sepultura, trajetórias de vida individuais e familiares, tendências estéticas e o contexto do morrer de cada tempo.

Com base em todas estas informações mencionadas, definimos o recorte temporal desta pesquisa de modo diferente nos três capítulos que compõem esta dissertação. O primeiro recorte se localiza entre 1864 e 1945, e isto se deve à documentação disponível sobre o Cemitério Municipal que pôde ser consultada no Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Os recortes cronológicos do segundo e terceiro capítulos correspondem ao período de atuação dos marmoristas, que iniciou por volta da década de 1870, quando surgiram os primeiros na cidade e se estende até 1974, período que culmina com o falecimento do sr. Lino Soranzo, último marmorista italiano, remanescente dos primórdios da arte funerária em Juiz de Fora.<sup>6</sup>

Contudo, a arte funerária local não tem sua decadência total nos anos 1970, pois já a experimentava desde por volta dos anos 1930 um gestar do declínio. Os túmulos foram se tornando cada vez mais simples, não somente em Juiz de Fora como em muitas cidades brasileiras, conforme observou Maria Elizia Borges:

A partir de 1929, a burguesia [...] restringiu seus gastos em razão da crise econômica que se alastrou por todo o país; as obras tumulares grandiloquentes passaram para segundo plano, tornando-se raro esse tipo de construção. Ao mesmo tempo, mudava-se o gosto estético da sociedade, que preferia agora túmulos mais simples, horizontais, de linhas geométricas simplificadas, revestidos de granito ou mármore cinza e com poucas peças escultóricas de bronze e poucos atributos culturais, influenciados pelo *art-déco* (BORGES, 2002, p.292).

Tais simplificações se somaram a outros fatores como o avanço da substituição do lugar da morte. Não se morria mais em casa, mas nos hospitais. Além disso, anos depois haveria uma perda de “exclusividade”<sup>7</sup> nesse modelo de campo

<sup>6</sup> A atuação das marmorarias no entanto, ultrapassa os anos 1970. Os Frateschi se mantiveram abertos até os anos 2000 (ao menos o nome fantasia), conforme consulta ao acervo da JUCEMG. Disponível em: [http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/login.jsp?josso\\_back\\_to=http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/certidaoweb/josso\\_security\\_check#buscaEmpresaEnd](http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/login.jsp?josso_back_to=http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/certidaoweb/josso_security_check#buscaEmpresaEnd) Acessado em dezembro de 2015.

Os Soranço ainda estão no ramo, mas com enfoque mais voltado a construção civil. Conforme relatos orais de Carlos Soranço em outubro de 2015.

<sup>7</sup> Sabemos que desde o século XIX existem outros cemitérios no município. Mas o Cemitério Municipal ainda hoje é o principal local de sepultamento na cidade, conforme nos informou o administrador deste cemitério, Emílio Bravo em janeiro de 2015.

santo. Em Juiz de Fora, o mesmo se observa, pois nos anos 1980, um cemitério-jardim seria inaugurado.<sup>8</sup>

\* \* \*

Consideramos que as bases para uma pesquisa sobre a temática da morte pressupõem numa definição de seu aporte teórico-metodológico. Julgamos semi-nais para este campo de pesquisa os estudos de Phillippe Ariès e Michel Vovelle que foram promissores pesquisadores franceses dedicados à história da morte e do morrer. Partindo do contexto europeu, eles observaram que a história da morte poderia ser classificada como um evento de longa duração, porém com rupturas e releituras de costumes de tempos em tempos. Analisando os ritos mortuários, as crenças religiosas (como o purgatório, as práticas funerárias, o trabalho do luto e a esperança da vida pós-morte), os autores abriram novos caminhos para temas até então pouco explorados pela maioria dos historiadores da França, assim como os do Brasil. No caso brasileiro, com base no movimento de ampliação das temáticas historiográficas sob a influência dos supracitados autores, temos a partir dos anos 1980 grandes contribuições, das quais mencionaremos algumas.

A pesquisadora Cláudia Rodrigues publicou importantes estudos a respeito do processo de secularização dos cemitérios e da mudança nos costumes fúnebres. Exemplo disto são sua dissertação, *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres na Corte*, e sua tese, *Nas fronteiras do além: o processo de secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. Em sua dissertação, buscou compreender o processo de transformação dos ritos funerários no Rio de Janeiro, que encontrou na medicalização da morte a principal justificativa para se realizar a transferência dos sepultamentos para locais situados fora dos limites urbanos. Segundo a autora, setores intelectualizados e as elites teriam passado a temer as moléstias que eram causadas pelo convívio próximo entre mortos e vivos. Em sua tese de doutoramento, a autora prosseguiu na análise do Rio

---

<sup>8</sup> O Cemitério Parque da Saudade se apresenta como campo santo moderno. De fato, ele o é e observamos que muitas famílias optaram por comprar sepultura lá. Além de tantas outras que preferem velar o corpo neste local, mas realizarem o sepultamento nos outros cemitérios da cidade. Isto se deve a melhor infraestrutura das capelas mortuárias, cantinas e segurança.

de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX, tendo como base alguns preceitos como “boa morte” e “pedagogia medo”, praticados pelo clero no período. Segundo a pesquisadora, essa perda de controle e ou autoridade da Igreja sobre essa fase da existência, diante do processo de secularização dos cemitérios, teria acabado por gerar conflitos intensos entre o Estado e o clero.

Em 2001, foi publicada *após pesquisas realizadas nos anos 1990, A Arte Funerária no Brasil (1890-1930) – O ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto*, obra de Maria Elizia Borges. A autora, partindo do caso desta cidade paulista, buscou analisar o papel do imigrante na profusão de um gosto pelas obras de arte em túmulos daquela cidade. Ela compreende que entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX houve a “era de ouro” da arte funerária no Brasil. A arte funerária tornou-se bastante comum nas grandes cidades brasileiras de economia mais pujante.

Nosso primeiro contato com a historiografia do morrer de Juiz de Fora foi através da dissertação de Maria Fernanda Matos da Costa. Fazendo uma análise sobre a construção do Cemitério Municipal de Juiz de Fora e os conflitos entre o Estado e a Igreja durante o século XIX até a proclamação da República, a autora buscou compreender o impacto que este espaço de sepultamentos teve nas relações quotidianas na Juiz de Fora da segunda metade do século XIX. Em sua dissertação de mestrado, intitulada “*A Morte e o Morrer em Juiz de Fora: Transformações nos costumes fúnebres, 1851-1890*”, ela buscou, através das diversas fontes disponíveis nos arquivos públicos e privados de Juiz de Fora, entender como aconteciam os enterros na cidade antes da construção do campo santo, assim como a construção do primeiro espaço público para sepultamentos transformou os ritos mortuários locais. A autora analisou ainda, quais foram as reações por parte do clero e contrarreações por parte do Estado. Sua obra foi fundamental para esta dissertação, pela complexa análise que a autora foi capaz de tecer, ainda que tenha se limitado a estudar o século XIX.

Após estas leituras, entendemos que havia necessidade de buscarmos informações sobre as relações econômicas e seu impacto sobre o cemitério. Desse



modo, pensando do ponto de vista da “economia da morte”, a obra de Domingos Antônio Girolletti e Mônica Ribeiro de Oliveira sobre a industrialização de Juiz de Fora se fizeram essenciais para construção desta pesquisa. Os autores – ainda que de modo antagônico, sobretudo pela crítica que Oliveira faz ao trabalho de Giroletti devido ao último atribuir um grande papel aos imigrantes no desenvolvimento da cidade – foram capazes de nos apresentar qual era a realidade econômica de Juiz de Fora e qual o possível papel do imigrante na transformação e oferta de novos produtos escassos ou inexistentes.<sup>9</sup> Portanto nos apresentaram importantes pistas para entendermos o porquê de tantos marmoristas se instalarem na cidade.

Apresentamos acima apenas alguns dos autores consultados, dentre as dezenas dos que compõem este trabalho. Contudo, consideramos importante destacarmos ainda, o papel que o campo da antropologia teve sobre esta investigação. A questão cemiterial é permeada pelas pesquisas sobre memória e identidade. Os campos santos dificilmente poderiam ser desvinculados da perspectiva de lugares onde a memória e o esquecimento são operacionalizados. A importância de se pensar sobre a memória em cemitérios é de tal ordem que esta se faz presente na maioria dos autores que investigaram cemitérios no Brasil. Citemos Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho e Marcelina das Graças de Almeida, como exemplo de autoras que se utilizaram de investigadores da memória para a construção de suas investigações.

Pierre Nora, nesse sentido, observou que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea” (NORA, 1993, p.13). Assim, consideramos que, ainda que os cemitérios tenham surgido para resolver inicialmente um problema sanitário, eles acabaram por se converter também em lugares de memória, devido ao desejo de memória que as famílias passaram a perseguir. Esses lugares transitavam entre o divino, o profano e o terreno, entre o lugar

---

<sup>9</sup> Existe grande choque de ideias entre os estudos acerca de história econômica em Juiz de Fora. As pesquisas de Mônica Ribeiro de Oliveira, professora do Departamento de História da UFJF é uma delas. Sua pesquisa se constitui em críticas às opções interpretativas tradicionais que defendiam uma grande importância no papel dos imigrantes, sobretudo os germânicos no desenvolvimento de Juiz de Fora. Contudo advertimos que não é nosso foco defender quais trabalhos estão “mais próximos da realidade”, uma vez que entendemos que isso demandaria uma investigação mais exaustiva e que foge portanto, do foco dessa dissertação. Além disso, alguns dos marmoristas analisados chegaram muitos anos depois da consolidação e pujança econômica local.

de guarda dos restos mortais e o local de salvaguarda da higiene; porém foram os marmoristas, enquanto profissionais habilidosos, que talvez melhor souberam fazer bons negócios dentro das possibilidades que os cemitérios ofereciam.

Segundo a recomendação médica, as construções funerárias deveriam ser seguras à higiene. A população necessitando de algo que combinasse sua fé e segurança sanitária, conseguiu saciar, especialmente a primeira, através da profusão da estatuária em mármore e bronze. Assim, com esta prática de embelezamento, respeitavam sua religiosidade ao passo que mantinham a higiene. Maurice Halbwachs em seu livro *Memória Coletiva* nos traz importantes elementos para se pensar os cemitérios, porque foi quem percebeu que a memória é também um fenômeno social. Entendemos assim, que os cemitérios oitocentistas são locais privilegiados para observação da memória coletiva, pois neles havia a necessidade de se criar suportes para que esta se fizesse visível, logo mais sociabilizada. Além disso, nestes cemitérios, também se pode observar como a memória social tem capacidade de se reinventar e isso acontece, toda vez que os signos que compõem a tumba precisam ser alterados, ainda que parcialmente, quando chega um novo sepultado. É preciso pôr o novo falecido no epitáfio, organizar as memórias que se têm deste novo defunto, para que estas se harmonizem às outras presentes neste lugar de salvaguarda dos ancestrais.

A observação do autor é portanto, extremamente pertinente para análise dos cemitérios e suas obras funerárias. Apesar de a memória dos mortos nunca ser semelhante nem mesmo entre grupos bastante homogêneos, as memórias divergentes de um mesmo grupo familiar precisam se fazer coesas. No momento da escolha de uma obra para adornar uma sepultura, as lembranças conflituosas tiveram de ser apaziguadas, a fim de a tumba se constituir em um memorial coerente. Por isso, em busca de mais contribuições acerca dos estudos sobre memória, encontramos amparo na obra de Joël Candau, que, em seu livro *Memória e Identidade*, discute os conceitos de memória e suas próprias implicações sobre sua capacidade de compartilhamento, além de seus possíveis limites. A memória e o esquecimento podem, segundo o autor, sobrepor-se uma a outra de acordo com as condições na qual a evocação ocorre.

Os primeiros profissionais que se tem notícia que se dedicaram à marmoraria na cidade possuíam a oficina de mármore Pereira & Costa. Provavelmente de origem luso-brasileira, importavam através da capital do Império os materiais ou obras prontas para confecção de túmulos na cidade. Apesar do curto período dedicado a esse negócio, acabaram por trazer uma novidade até então pouco conhecida na cidade.<sup>10</sup> Num período marcado pela chegada de muitos imigrantes, os italianos se tornariam “senhores absolutos” dos cemitérios de Juiz de Fora. O primeiro que tivemos notícia foi Francesco di Paola Castello.<sup>11</sup> Após este, muitos outros viriam, como Pio Riolino, Pasquale Senatore, Giuseppe Antonio Scarlatelli, Natale Frateschi e Lino Soranzo.<sup>12</sup> Alguns não tinham o cemitério como mercado principal, mas também se dedicaram eventualmente à confecção de túmulos, como a empresa Pantaleone Arcuri & Spinelli.<sup>13</sup>

A profusão dos trabalhos dos imigrantes italianos no cemitério se estende até o avançar do século XX, a família Soranzo por exemplo, ainda se dedica à marmoraria fúnebre na cidade. Consideramos que se tratando de comércio de mármore e obras feitas nesta rocha, a contribuição italiana para o consumo deste produto em Juiz de Fora foi relevante. A historiografia local possui papel-chave para referendar esta hipótese e um grupo de estudos do Laboratório de Patrimônio Cultural no Departamento de História da UFJF, que tem como coordenador Marcos Olender, vem se dedicando a mensurar o real papel destes imigrantes na construção civil como um todo na cidade.

Ao buscarmos compreender em quais contextos sociais e culturais o juizforano do Oitocentos e primeiros meados do Novecentos estava inserido, tivemos que recorrer à produção historiográfica sobre a história do município, que é extensa e se dedicou a diferentes temas e com abordagens distintas. A fim de se extrair todas as possíveis contribuições desses inúmeros estudos, fizemos uma revisão bibli-

<sup>10</sup> *Pharol*, 29/04/1877 e 23/08/1878.

<sup>11</sup> *Pharol*, 20/05/1890.

<sup>12</sup> Foi possível acompanhar abertura destas marmorarias através dos livros de Impostos Municipais de Indústria e Profissões que começam em 1896 e vão até o avançar do século XX. Estes livros estão disponíveis no Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora.

<sup>13</sup> Sabemos isto através da observação das placas de identificação fixadas às sepulturas. Como o túmulo do Barão de Cataguases com obra a cargo da construtora Arcuri & Spinelli, mas terceirizada por um marmorista do Rio de Janeiro.

ográfica exaustiva do que já foi produzido sobre a cidade e selecionamos o que era pertinente a esta dissertação. Observamos que as interpretações são bastante diferentes e por vezes conflituosas.

Fizemos um levantamento fotográfico *in loco* de inúmeros túmulos assinados pelos marmoristas investigados, num universo de mais de 125 mil m<sup>2</sup> de cemitério. Contudo, como não foi nosso foco analisar os significados culturais das obras confeccionadas pelos marmoristas, este levantamento teve objetivo de apenas reconhecer que tipo de produtos e serviços eram vendidos pelas marmorarias. As únicas sepulturas em que tivemos o trabalho de buscar o possível significado que detinham, são as dos próprios marmoristas, uma vez que almejávamos entender como eles viam o morrer. Por fim, quanto às fontes utilizadas, essas estão disponíveis em arquivos públicos e privados de Juiz de Fora e do estado de Minas Gerais. O Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora é a instituição que detinha a maior parte do acervo relativo ao cemitério. O setor de memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes cedeu para digitalização, feita pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, parte de seu acervo relativo à imprensa, que igualmente utilizamos.

Devido à impossibilidade de leitura de todos os jornais ativos no período correspondente ao nosso recorte cronológico, optamos por consultar somente o “*Jornal Pharol*”, que é o mais antigo e está disponível no sítio da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. O site tem proporcionado instrumento de busca por palavra, o que facilitou o trabalho. Ressaltamos no entanto, que eventualmente, por conhecimento prévio, lemos outros jornais, buscando na edição exata, alguma informação pertinente. Consultamos ainda registros de entrada de imigrantes, existentes no Arquivo Público Mineiro, que tem seu acervo relativo à imigração disponível na internet. Essa busca se deu com o escopo de localizar a entrada dos marmoristas italianos na cidade.

Os arquivos privados, a exemplo do Arquivo da Junta Comercial de Minas Gerais, foram consultados apenas para conferência de datas, mas não tivemos acesso aos documentos na íntegra, posto que o uso desta documentação não é gratuito e não dispúnhamos de recursos para cobrir estes custos. As fontes orais,

nomeadamente dos descendentes dos imigrantes que atuaram nas marmorarias, foram por nós utilizadas. Contudo, salvo os depoimentos de integrantes das famílias Soranzo e Scariatelli, tínhamos expectativa maior quanto às informações que poderiam advir deste material, o que não se concretizou. A utilização das informações que foram coletadas, entretanto, possibilitaram complementar a trajetória profissional dos marmoristas.

Destarte, esta pesquisa pretendeu estudar o cemitério, desde sua constituição, como um elemento que acompanha transformações nas relações sociais e na forma de lidar com a morte em Juiz de Fora desde o século XIX até após meados do século XX. Buscamos relativizar a sacralidade imposta ao cemitério, ao demonstrar que é um fiel espaço reprodutor de todas as desigualdades da cidade. Apresentamos o trabalho dos marmoristas e sua própria relação com o morrer, além de tentarmos demonstrar o porquê de os italianos se consolidaram na prestação desse ofício em Juiz de Fora. Por fim, demonstramos que aquele que atua num ofício não necessariamente compartilha dos sentimentos e desejos da clientela.

Desse modo, a dissertação se estruturou em introdução e três capítulos, em que:

No capítulo I – Consta a Introdução já apresentada e que pretendia demonstrar como essa investigação foi elaborada.

No capítulo II – *A morte, o morrer e o lugar dos mortos* – buscamos examinar de modo breve as formas de sepultamento no Ocidente cristão na contemporaneidade. Evidentemente não seria possível dissertar sobre todas as formas que surgiram neste período analisado, por isso apresentamos uma reflexão breve sobre os enterramentos a partir do modelo francês e ibérico, para então alcançarmos o modelo instalado no Brasil. O histórico se apresenta de modo cronológico, ressaltando as mudanças e permanências nas práticas funerárias. Também neste capítulo buscamos apresentar de modo pontual a história da cidade a fim de contextualização. Os impasses na gestão do Cemitério Municipal de Juiz de Fora, os conflitos entre Estado e Igreja, a história da grande reestruturação que o cemitério passou na década-

da de 1920 bem como a atuação de seus gestores, foram assuntos contemplados neste capítulo.

No capítulo III – *Os italianos como artistas-artesãos em Juiz de Fora* – centramos as discussões na imigração italiana em Minas e em Juiz de Fora. Como a maioria dos marmoristas instalados na cidade eram italianos ou ítalo-brasileiros, foi importante contextualizar o papel do imigrante. Em seguida trazemos à baila todas as marmorarias que existiram em Juiz de Fora, desde a primeira, sob a gestão dos luso-brasileiros Pereira & Costa, passando pelos italianos e por fim, apresentamos os profissionais que não eram especializados na arte do morrer, mas que de alguma forma contribuíram para enriquecer a história do CMNSA.

No capítulo IV – *O morrer para o artista-artesão* – após apresentarmos o surgimento e funcionamento das marmorarias dos italianos em Juiz de Fora, sentíamos a necessidade de compreender como os profissionais da arte funerária e/ou seus familiares entendiam o morrer e como se expressavam através de suas escolhas de arquitetura tumular. Para tanto, buscamos localizar suas sepulturas, das quais fizemos breve análise morfológica, pautando-nos no contexto da época e recursos/disponibilidade. Apropriamo-nos dos conceitos de memória e identidade de Joël Candau e Maurice Halbwachs para conduzir nossa capacidade interpretativa.

## 2 – A morte, o morrer e o lugar dos mortos

Neste capítulo buscamos compreender quais elementos ajudam a explicar o surgimento dos cemitérios modernos no Brasil. Sabemos que os campos santos atuais brasileiros, como nós os conhecemos, são uma invenção relativamente nova e que surgiram em meio a discussões ocorridas na Europa durante o século XVIII, mais especificamente no território francês, sendo aqui assimiladas. Os enterramentos no Ocidente, de modo geral, aconteciam dentro da tradição *ad sanctos*, prática que, por sua vez, consistia na inumação dentro e nos arredores das igrejas e remontava a um costume medieval. Este costume se baseava na crença de que o caminho para a salvação eterna se daria com mais facilidade se o morto fosse sepultado num recinto religioso (ARIÈS, 1977, p. 25).

Em seguida, comentamos como as práticas fúnebres eram vividas nos primórdios da fundação de Juiz de Fora, até então chamada de Santo Antônio do Parahybuna. Ao passo que os reclames por um campo santo maior e mais adequado antecedem ao menos em uma década a inauguração de fato, do primeiro cemitério público da cidade. O espaço foi construído numa iniciativa da Câmara, para fazer cumprir a lei e o desejo da população. A Igreja, de sua parte, representada pelo vigário colado local, o Padre Tiago Mendes Ribeiro, viu parte de seu poder esvair-se com a construção do cemitério e, tão logo que possível, reclamou o direito de sua gestão.

A indiferença do padre Tiago Mendes Ribeiro aos que julgava não dignos de serem sepultados no cemitério era tanta, que mais de uma vez não permitiu que enterros acontecessem. As tensões entre Estado e Igreja perpassaram a história do CMNSA e só foram resolvidas com o advento do regime republicano. Por fim, como tópicos finais do capítulo II, temos as mudanças que aconteceram no cemitério com a gestão de Hilário Mendes Horta, o primeiro gestor efetivo do período republicano e a dificuldade de manutenção do cemitério, que desde o século XIX já estava com sua capacidade esgotada. Na virada do século XX, para sua permanência no mes-

mo local, o cemitério precisou enfrentar os desejos de uma nova estética urbana, que tinha de servir à imagem da Manchester Mineira.

## **2.1 A criação dos cemitérios extra-urbe na Europa e no Brasil**

As práticas funerárias, em especial o local de sepultamento, tiveram um longo gestar durante o período medieval, até que se tornaram tão cristalizadas e em parte naturalizadas, que parecia impossível delegar a função do cuidar dos restos mortais a outra instituição que não a Igreja. Essa consagração da Igreja enquanto instituição responsável pelo cuidar do morto se deu com a sua afirmação enquanto organizadora de todas as fases da vida e, conseqüentemente, da morte (ARIÈS, 1977, p. 25-26).

Ainda, a respeito do cuidar do morto, devemos pensar que as altíssimas taxas de mortalidade devido aos precários serviços de higiene, às más condições de alimentação e às frequentes epidemias que assolavam a Europa, assim como os limitados tratamentos médicos disponíveis, possivelmente explicam que o alento espiritual oferecido pela Igreja, em meio a tantas incertezas, parecia ser suficiente ou senão o único possível (ARIÈS, 1977, p. 25).

Mas ponderamos que as mudanças na sociedade, fomentadas inicialmente por setores intelectualizados, como os médicos, vão gerar uma série de debates acerca da manutenção da prática mortuária entre este segmento e o Estado, o qual, por sua vez, os incorpora. Contudo, a criação dos cemitérios, que muitas vezes se deu dentro do nosso entendimento, de forma impositiva, visava de fato trazer algo positivo para a população. Conforme João José dos Reis, as casas próximas ao Cemitério dos Inocentes em Paris quase tocavam o campo santo, algo de fato perigoso à saúde (REIS, 1999, p. 77).

Mas, como já discutido na Introdução, foi durante o século XVIII que uma nova estratégia diante do controle das doenças, tendo como parâmetro a saúde e a higiene pública, viria a ser desenvolvida pela medicina. A constante busca da razão,



dos conhecimentos científicos, em prol da qualidade de vida nos meios urbanos, buscava afugentar hábitos impróprios do cotidiano das cidades (FOUCAULT, 1996, p. 53).

O controle da higiene, sobretudo dos hábitos contra a sua não manutenção, acabou por atribuir aos setores excluídos a culpa pelas epidemias. Assim, na insistência de se proibir tais “costumes perigosos” de serem praticados, os mais pobres foram os primeiros alvos de crítica pelos sanitaristas, fazendo destes o principal público das políticas de higienização. Contudo, os costumes fúnebres de ricos e de pobres eram semelhantes e foram igualmente alvo de questionamentos por parte dos médicos, os quais acusavam a prática de ser, além de supersticiosa, disseminadora de micro-organismos no ar, na água e no solo (FOUCAULT, 1996, p. 50-52).

Para estes médicos, os cemitérios dentro e ao redor das igrejas deveriam não só serem impedidos de funcionar, como também se deveria pensar em novos espaços, a fim de apartar mortos e vivos de convívio tão íntimo e perigoso para com a saúde pública, conforme observou Michel Foucault:

[...] a individualização do cadáver, do caixão e do túmulo aparece no final do século XVIII por razões não teológico-religiosas de respeito ao cadáver, mas político-sanitárias de respeito aos vivos. Para que os vivos estejam ao abrigo da influência nefasta dos mortos, é preciso que os mortos sejam tão bem classificados quanto os vivos ou melhor, se possível. E assim que aparece na periferia das cidades, no final do século XVIII, um verdadeiro exército de mortos tão bem enfileirados quanto uma tropa que se passa em revista. Pois é preciso esquadrihar, analisar e reduzir esse perigo perpétuo que os mortos constituem (FOUCAULT, 1996, p. 50-52).

Observamos que a organização da morte, com base nos valores higienistas pregados pelos médicos, deveria convencer toda a sociedade de que a medida era essencial para se garantir a saúde pública, uma vez que os mortos eram um problema de todos. O saber médico então teve a missão de convencer Estado, clero e sociedade de que já não era mais possível manter os mortos tão próximos dos vivos.

A teoria miasmática, amplamente defendida pelos médicos europeus e depois pelos brasileiros influenciados por eles, serviu de suporte teórico para o convencimento. Reelaborada pela ciência do fim do século XVIII, a teoria acreditava que os miasmas eram partículas que seriam capazes de causar doenças e podiam

estar presentes no solo, na água e no ar; portanto os mortos no processo de decomposição eram agentes contaminantes. Enterrar um cadáver dentro de um recinto religioso, sendo que estes espaços eram amplamente e constantemente visitados pelos fiéis, era um risco não só possível de ser evitado, como também necessário para higienização das cidades (REIS, 1999, p. 75).

A França foi a primeira nação ocidental a iniciar com a proibição de práticas de sepultamento *ad sanctos*, através de instrumentos jurídicos. Leis foram desenvolvidas recomendando a transferência imediata dos locais de sepultamentos para fora das cidades. A exemplo disso, um inquérito de 1763 determinava ao Parlamento de Paris que os enterros dentro das igrejas fossem interditados, sendo apenas dada a exceção aos membros do clero. Contudo, devido às lacunas existentes na legislação, a determinação não obteve maiores êxitos, pelo menos até o surgimento de uma ordem régia em 1776 (REIS, 1999, p. 76).

A ordem régia de 1776 buscou ratificar a lei anterior, ampliando também sua capacidade de jurisdição geográfica legal. A ordem proibia também enterros em capelas de mosteiros e conventos, porém, assim como a lei de 1763, voltava a deixar certas lacunas, pois apesar da recomendação de transferência, havia um trecho que dizia: “somente se as circunstâncias permitissem”, o que acabou por, na prática, manter os enterros *ad sanctos*. Foi somente após uma fervorosa campanha dos médicos que o Estado acabou por determinar o fechamento imediato dos cemitérios existentes dentro do centro das cidades, como aconteceu com o *Cemitério dos Inocentes* em Paris, fechado por volta de 1780 (REIS, 1999, p. 76-78).

No entanto, os cemitérios foram aceitos na França sem grande resistência da população, e assim, tão logo surgem, os jazigos individuais se tornariam uma realidade, pois eram uma forma de manutenção da higiene (REIS, 1999, p. 75-78). Os jazigos de família foram assim ganhando espaço nos cemitérios, o que leva em pouco tempo a uma forma de culto ao morto, com forte influência do catolicismo (ARIÈS, 1977, p. 46-50). Em 1803, inaugurou-se o cemitério de Père-Lachaise; em 1804, determinavam-se normas detalhadas reafirmando a proibição de sepulturas

coletivas, definindo a distância entre os cemitérios e as cidades, assim como a disposição das sepulturas dentro dos cemitérios (REIS, 1999, p. 78).

As ações francesas vão repercutir em outras nações europeias e também em suas possessões ultramarinas. No caso do mundo ibérico, primeiramente foi Espanha quem sofreria influências do modelo francês, na constituição e implantação do Cemitério de Málaga, e depois Portugal. Ao se pensar no Brasil, a questão já vinha sendo discutida desde o final do século XVIII, quando D. Maria I, em 1789, recomendava a construção de cemitérios na metrópole e na colônia. A questão prosseguiu quando no início do XIX, por meio de uma Carta-Régia, se buscava determinar a proibição dos enterramentos dentro dos recintos das igrejas pelo bem da higiene e da saúde pública (ALMEIDA, 2007, p. 104-105).

Em 1825, houve uma portaria legislando sobre os enterros. E foi em 1828 que o Imperador D. Pedro I decretou, por meio da Lei de 28 de outubro, que legislava sobre o fim dos sepultamentos nos recintos religiosos, designando às câmaras a obrigação de fazer cumprir tais normas (ALMEIDA, 2007, p. 104-105). Apesar disso, na prática, os cemitérios só começaram a ser de fato construídos por todo o Império a partir da segunda metade do século XIX, quando ocorreu também a construção do Cemitério Municipal de Juiz de Fora, inaugurado no ano de 1864. No Brasil, e também em Juiz de Fora, ao contrário do caso francês, os cemitérios não foram amplamente bem-vistos pela sociedade, inclusive muitos impasses foram travados a esse respeito, conforme se analisa a seguir.

## **2.2 Juiz de Fora e a criação do Cemitério Municipal**

Juiz de Fora, um município localizado na Zona da Mata Mineira, às margens do Rio Paraibuna e na rota do Caminho Novo<sup>14</sup>, tem sua história contada por vasta produção historiográfica. Poder-se-ia elencar os temas consagrados pela historiografia local, como o cultivo do café, a pioneira industrialização, a imigração,

---

<sup>14</sup> Rota alternativa inaugurada no século XVIII para diminuir a distância no escoamento dos metais e das pedras preciosas de Minas Gerais ao Rio de Janeiro.

a educação, o comércio, e entre outras. Contudo, antes da segunda metade do século XIX, o local, que viria mais tarde a se tornar um expoente polo industrial tão exaltado pela historiografia regional, nada mais era do que um caminho amontoado de pequenas fazendas.

Como zona proibida de colonização, durante o ciclo do ouro no século XVII-III, a região só se expandiria de fato com o declínio da economia aurífera. Estando no meio do Caminho Novo, rota alternativa criada para o transporte de minerais preciosos do interior de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, Juiz de Fora, na época distrito da cidade de Barbacena, foi lentamente se configurando (MIRANDA, 1990, p. 85).

O fim do auge da extração mineral levou a província a dinamizar suas possibilidades econômicas. A Zona da Mata acabou por experimentar uma nova possibilidade através do crescimento da cultura do café, iniciada no século XIX em um estado vizinho, o Rio de Janeiro. Foi a partir da capital do Império que o cultivo da planta foi se disseminando pelo interior do estado fluminense, alcançando os limites com a província de Minas Gerais, região fronteira à Zona da Mata Mineira (GIROLLETTI, 1987, p. 27-29).

E a partir desse processo de ampliação econômica impulsionado pela expansão da fronteira agrícola que, no século XIX, o que viria a compor o município de Juiz de Fora foi conseguindo se estabelecer. O então distrito da cidade de Barbacena, desmembrou-se desta, tornando-se vila em 1850 e cidade em 1853. Nesta época, a localidade ainda não era conhecida pelo seu nome atual, sendo chamada de Santo Antonio do Parahybuna. Em 1856, tornou-se Cidade do Parahybuna e por fim, em meados de 1865, foi batizada como Juiz de Fora (FASOLATO, 2004, p. 10-15).

Devido ao alto valor atribuído a venda do café, principal produto de exportação do Brasil no Oitocentos, Juiz de Fora, sendo grande produtora da rubiácea, acabou experimentando um crescimento econômico expressivo. Mas, a este crescimento populacional atribuímos o fato da produção da planta estar diretamente liga-

da ao trabalho escravo, de modo que os cativos constituíam 59,1% da população da cidade em 1855 (OLIVEIRA, 1991, p. 44).

O crescimento populacional seguiu com a chegada dos 1162 imigrantes alemães trazidos para a construção da estrada macadamizada que ligaria Juiz de Fora a Petrópolis, com o intuito de escoar a produção cafeeira (COSTA, 2007, p. 7). A fim de organizar esse crescimento, foi necessário encontrar meios para ordenar a cidade. Em 1860, houve um movimento para melhorar as condições urbanas, sendo contratado o engenheiro Gustavo Dotd para elaborar a primeira planta da cidade, quando um traçado urbano foi esboçado (GIROLETTI, 1987, p. 27-47).

Gustavo Dotd estava entre estes imigrantes responsáveis por auxiliar na construção da primeira estrada macadamizada do estado, a qual foi inaugurada em 1861 (GIROLETTI, 1987, p. 34-35). Além disso, os alemães também representavam uma mão de obra qualificada de que a cidade até então não dispunha, vindo a se somar à população crescente. Se em 1853 a cidade possuía 6466 habitantes, sendo 62,25% deles escravos, com a vinda dos alemães e de outros, que se somaram ao crescimento natural, em 1872 a população atingiu 18.775 habitantes (COSTA, 2007, p. 7). Com esse crescimento significativo, é natural que o número de falecidos também tenha crescido e assim se fez necessário garantir mais sepulturas. Porém, Juiz de Fora não dispunha de local adequado para enterrar a tantos.

A cidade acabou trilhando o mesmo caminho que outras cidades brasileiras, desprovidas de espaços de sepultamento adequados. A historiografia local afirma que, antes do cemitério junto à antiga igreja matriz do Município e responsável pelo enterramento da população, na primeira década de sua fundação teria havido outro campo santo junto à capela de Santo Antônio no Morro da Boiada. Tal cemitério, assim como o local exato da capela, nunca foram encontrados. Jair Lessa afirma que o Morro da Boiada ficava na margem esquerda do rio Paraibuna, supostamente no atual bairro Santo Antônio. Apesar de desconhecemos sua localização exata, a existência desta necrópole se sustenta, segundo o autor, nos registros de sepultamento feitos pela Igreja (LESSA, 1985, p. 47-49).

Se este primeiro cemitério se localizava na margem esquerda do rio Paraíba, por onde a ocupação do território da cidade começou, o novo passou para a margem direita do rio, lado onde o traçado urbano se consolidou. Do lado direito, na antiga Rua Direita, hoje Avenida Barão do Rio Branco, foi construída a antiga igreja matriz dedicada a Santo Antônio, de modo que os sepultamentos foram transferidos da capela do Morro da Boiada para este novo templo (LESSA, 1985, p. 47-49). Até pelo menos 1864, esta igreja matriz contava com uma edificação de arquitetura colonial modesta e dentro deste espaço e no seu arredor eram realizados os sepultamentos (Figura 1 e 2).

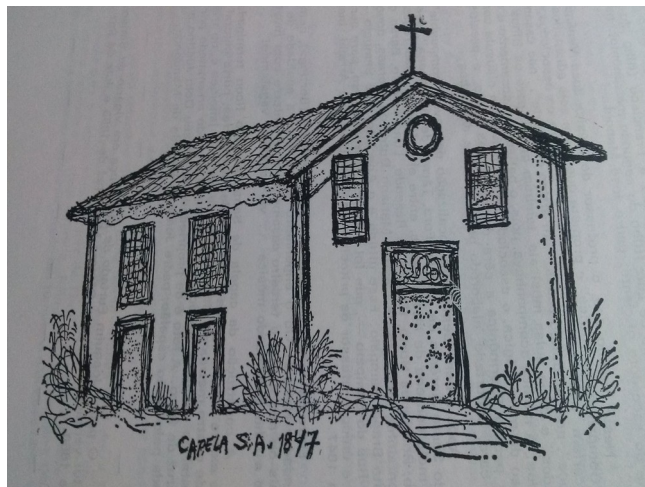


Figura 1 – Imagem da Antiga Matriz de Juiz de Fora em 1847, onde também se sepultavam os mortos da cidade. Fonte: (LESSA, 1985, p.54).



Figura 2 – Imagem da Antiga Matriz de Santo Antônio em 1874, demolida pouco tempo depois para construção da nova igreja. Acervo: Museu Mariano Procópio. Nº de Catalogação 12.01759. Autor: J.F. Mendonça

Contudo, já era desejado, desde 1853, a construção de um novo cemitério pela população juiz-forana, devido à incapacidade da manutenção dos enterros. O cemitério da igreja se encontrava lotado e era necessário encontrar um novo local para a construção o quanto antes. Entretanto, apesar dos desejos, não foi cogitada qualquer construção até 1855 (OLIVEIRA, 1966, p.32). Observamos, assim, a não obediência da legislação imperial de 1828, que determinava a construção de cemitérios. Mesmo quando aconteciam epidemias, que costumavam ser fator de aceleração na construção de cemitérios pelo Império, tal situação não teve esta implicação em Juiz de Fora. Após o surto de cólera de 1855, como relatou Paulino de Oliveira, o cemitério demoraria ainda mais nove anos para ser concretizado (OLIVEIRA, 1955, p. 32).

Consideramos que este surto foi o catalisador das discussões na Câmara para uma efetiva construção de um campo santo, mas não forçou uma maior agilidade, diante da lentidão da inauguração. Quando ficou decidida e autorizada a construção do Cemitério Municipal, a obra sequer foi entregue no prazo. Iniciada em 1863, esta acabou demorando por volta de um ano para ser inaugurada, totalizando assim nove anos entre o surto e a inauguração efetiva (COSTA, 2007, p. 23-25). A inobservância e a lentidão na construção de um cemitério dentro dos padrões higienistas na cidade se dão por múltiplos fatores. Maria Fernanda de Matos Costa apontou a baixa fatalidade da epidemia como uma possível razão para explicar a falta de um temor maior da Câmara para acelerar a construção do cemitério.

Porém, salientamos que Juiz de Fora se tornou município apenas em 1853, o que de algum modo, provavelmente impactou na organização da administração municipal. Um município tão jovem deve ter tido dificuldade em captar recursos e escolher um local apropriado para esta construção, o que provavelmente implicou em grande medida na dificuldade de obedecer à lei. Como já tratado, foi somente em novembro de 1863 que um edital para construção do Cemitério foi publicado na Câmara. As obras no cemitério foram iniciadas, contando com orçamento de 2:800\$000 réis. O engenheiro Carlos Augusto Gambes foi o vencedor do edital por propor a obra de construção do cemitério dentro de um tempo estabelecido menor que seus concorrentes (COSTA, 2007, p. 23-25).

No entanto, apesar de prometer entregar a obra num tempo menor do que Antônio Duarte Neves, seu concorrente, o qual havia proposto a execução em cinco meses, em edital, as obras do cemitério só foram concluídas com seis meses do final do processo de arrematação da obra. Por isso, conforme determinava o contrato, havia uma multa de 1% para cada mês de atraso, do qual Gambes teve de arcar. (COSTA, 2007, p. 23-25).

O cemitério teve seu primeiro enterro antes de sua inauguração oficial em dezembro de 1863, e o segundo após a inauguração, já em novembro de 1864. Em 2 de novembro de 1864 o cemitério foi oficialmente inaugurado, ou seja, num dia de Finados. As bênçãos do local e de sua capelinha aconteceram em 16 de novembro de 1864, sendo designada como sua padroeira Nossa Senhora da Piedade.<sup>15</sup> Os restos mortais do antigo cemitério da Matriz foram trasladados para o novo cemitério, sob o acompanhamento do administrador designado pela Câmara, o Sr. Victorino da Silva Braga. Coincidindo com a transferência, a antiga Matriz foi demolida para dar local à nova igreja, hoje Catedral Metropolitana e assim, sede do arcebispado de Juiz de Fora (COSTA, 2007, p. 15-16).

Entendemos que o cemitério representou para a Igreja não somente o cumprimento da legislação imperial, que mandava separar os vivos dos mortos, a fim de se zelar pela saúde pública. O campo santo se apresentou, a princípio, como uma ameaça para o vigário colado Tiago Mendes Ribeiro, que certamente enxergou no espaço a possibilidade de esvaziamento do controle sobre uma etapa da vida de seus fiéis, a morte. O vigário, conforme se observa no próximo subcapítulo, buscou referendar sua autoridade diante da morte, através do amparo legal que selava a união entre Estado e Igreja.

---

<sup>15</sup> Não conseguimos descobrir até o momento uma data exata e o porquê de o cemitério passar a ser chamado de Cemitério Municipal Nossa Senhora Aparecida.





Figura 3 – Vigário Tiago Mendes Ribeiro. s/ data. Fonte: (OLIVEIRA, 1976, p. 39).

O referido pároco dividiu com Victorino da Silva Braga a gestão do espaço até o advento da República, quando, alguns meses após sua proclamação, o pároco faleceu, em 7 de março de 1890.<sup>16</sup> O gestor laico, designado pela Câmara, o senhor Victorino, se manteve no cargo, até por volta de 1893, quando se licenciou devido à avançada idade e aos problemas de saúde que tinha, falecendo em 27 de fevereiro de 1895.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> *Pharol*, 08/03/1890

<sup>17</sup> *Pharol*, 28/02/1895

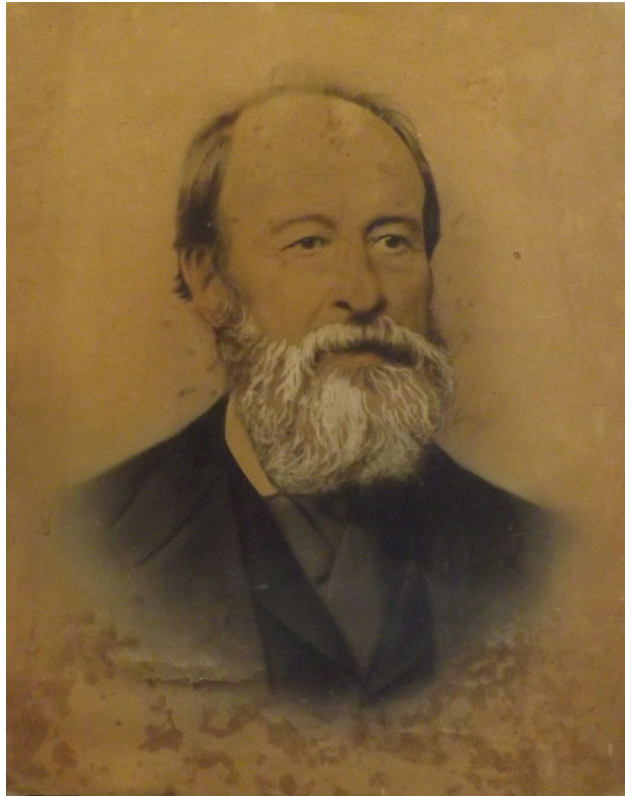


Figura 4 – Victorino da Silva Braga, s/ data Nº de Catalogação 12.00521.  
Fonte: Acervo Museu Mariano Procópio.

Nos anos seguintes a inauguração do cemitério, a população acostumada à prática fúnebre *ad sanctos* e muito devota de santos, devido ao catolicismo devocional luso-brasileiro presente na cidade, aos poucos foi ressignificando o espaço que era a princípio “laico” (COSTA, 2007, p. 104-106). Observamos que, mesmo com a benção do local pelo Padre Tiago e com sua presença à frente da gestão do espaço, os fiéis sentiram que a Igreja havia-se separado do lugar dos mortos. Possivelmente por isso, os túmulos deveriam preencher-se com elementos que os dotavam do sentimento de fé católica, professada pela maioria da população (BRION, 2008, p. 55).

A atuação impositiva da Igreja e a força do catolicismo devocional na cidade fizeram do Cemitério Municipal de Juiz de Fora um local extremamente cristão, em especial católico. O culto à memória dos mortos acabou por encontrar no catolicismo devocional um meio para a supervalorização dos mortos (ARIÈS, 1977, p. 46-50). A individualização da morte, devido aos jazigos individuais/familiares, permitiu

em Juiz de Fora o culto aos santos de devoção de cada família, o que se faz claro ao se perceber que nos inúmeros jazigos que compõem a *Ala Velha*, quase todos possuem alguma referência ao cristianismo e em especial a santos; já na *Ala Nova*, não observamos grande diferença, exceto pela menor presença de santos e maior de referência à figura Jesus.

A seguir, observaremos como o Padre Tiago Mendes Ribeiro, conhecedor profundo de seu rebanho, envolto na tradição do catolicismo luso-brasileiro, utilizando de sua influência não só espiritual, como também política, fez-se presente emblematicamente ao dividir com Victorino da Silva Braga a gestão do espaço por 26 anos. O dito pároco causaria inúmeros impasses com a população e o Estado. Nem mesmo Victorino, que parecia se mostrar contrário as atitudes do padre, pôde interferir nas decisões tomadas pelo religioso. O padre insistia em negar sepultura àqueles que julgava não merecedores, segregando mortos durante o período em que co-administrou o local (OLIVEIRA, 1955, p. 124).

### **2.2.1 Cemitério Público de Juiz de Fora, local de conflitos entre Estado e Igreja no século XIX**

O objetivo da construção do Cemitério Público em Juiz de Fora foi resolver a questão dos sepultamentos na cidade, obedecendo aos preceitos médicos defendidos por sanitaristas do século XIX, conforme já discutido. Sendo assim, o local deveria abrigar qualquer um que necessitasse ser enterrado, independente de posições políticas ou religiosas. Contudo, tal orientação não se concretizou na prática até pelo menos por volta de 1870.

Nos primeiros anos de funcionamento do cemitério, o padre Tiago Mendes Ribeiro reclamou obediência à sua autoridade na gestão do local: “[...] Não admito que sejam inumados no Campo Santo, cadáveres que não católicos apostólicos romanos e batizados e encomendados por mim! E a ordem não pode ser verbal. Tem que ser por escrito!” (LESSA, 1985, p. 93).

As guias de enterro poderiam ser expedidas por qualquer médico, farmacêutico ou outra autoridade, além do pároco, cabendo assim ao zelador Victorino confirmar se as mesmas obedeciam aos critérios do regimento do cemitério. Porém, tais guias, mesmo se assinadas por um médico, não prescindiam da autorização do pároco para a concretização do enterro, o que demonstra que sua queixa, reclamando sua autoridade, fora acatada (COSTA, 2007, p. 28).

Paulino de Oliveira relata que um dos primeiros casos de conflito foi o de um português que havia cometido suicídio em 1868. Em tese, suicidas não poderiam ser enterrados, pois o suicídio era proibido aos católicos, e, assim, seu enterro não poderia ser autorizado no Cemitério Municipal. No entanto, padre Tiago autoriza o enterro, pois antes de falecer houve tempo para o arrependimento do suicida: “[...] Não tem proibição para sepultar-se no cemitério, porquanto o finado, apesar de ter-se suicidado, arrependeu-se, confessou e ungiu-se. Por conseguinte pode ser sepultado no cemitério” (COSTA, 2007, p. 28).

Outro caso interessante é um ocorrido em 1869 em que, Sebastiana, uma escrava, deu à luz uma criança natimorta. Assim, não houve tempo para que recebesse o sacramento do batismo. Victorino viu-se obrigado a negar sepultura, pois a defunta não observava as regras impostas por Padre Tiago. O enterro acabou acontecendo dentro da propriedade de José Maria da Silva Velho, senhor da escrava. Porém, o caso demonstrou outros meandros, devido à insatisfação do senhor com a posição do religioso. O dono da escrava buscou a polícia enviando uma petição ao delegado, solicitando que o sepultamento acontecesse dentro do cemitério, uma vez que fora daquele espaço seria um enterro criminoso. Mas o delegado responde: “[...] Não posso deferir por não me competir a intervenção no caso vertente”. Assim, tentando se livrar de possíveis problemas devido a um sepultamento em sua propriedade, João Velho pede para o delegado assistir ao enterro, juntamente a testemunhas e fornecer a referida certidão para que o enterro fosse legal, o que de fato aconteceu (COSTA, 2007, p. 28).

A prática de segregação dos mortos, devido às interferências religiosas, não é exclusiva em Juiz de Fora. Em outras cidades do Brasil, esta também ocorria,

como no Rio de Janeiro (COSTA, 2007, p. 29-30). A solução parcial dos impasses entre Estado e Igreja só acontece com a resolução imperial de 20 de abril de 1870, determinando que todos os cemitérios deveriam ter uma parte específica para o enterro de “não-católicos”. Inclusive, os novos cemitérios a serem construídos não obteriam licença para o funcionamento sem antes haver uma ala específica para os renegados da Igreja (COSTA, 2007, p. 30-31).

A medida não fora aceita pacificamente pelo clero, que publicou artigos em jornais criticando a iniciativa. No entanto, a lei acabou por diminuir significativamente as interdições nos cemitérios por parte dos membros da Igreja, fazendo destes locais realmente “públicos” (RODRIGUES, 2005, p.50-55). Em Minas Gerais, assim que lei se tornou conhecida, imediatamente o presidente da província, por já conhecer o posicionamento do vigário juiz-forano, tratou de lhe enviar um ofício em 07 de junho de 1870, para dar-lhe ciência da nova lei:

[...] transmitindo a vmcês, o incluso número do “Conservador de Minas”, em que vem transcrita a consulta de 04 de fevereiro do último, e a imperial resolução de 20 de abril, tenho a recomendar-lhes, que dora em diante não concedam licença para o estabelecimento de novos cemitérios nesse Município, sem a condição de reservar-se neles espaço para o enterramento daqueles a quem não concede sepultura (COSTA, 2007, p. 31).

Cinco anos depois, em janeiro de 1875, a Comissão de Obras da Câmara arremata a construção de novos portões para o cemitério, no qual um ficaria designado para os católicos e o outro para os ditos “pagãos”.

O portão do Cemitério Catholico será de gradil de ferro conforme a planta conjuntamente com um gradil em cada lado com vinte palmos cada um, devendo o portão ter 2 metros e meio de largura e ser firmado em dous pilares de cantaria. O portão do cemitério dos protestantes também será de gradil de ferro com dous metros de largura firmado em pilares de tijolos e assentados em soleira de cantaria (COSTA, 2007, p. 31).

Fica claro que o objetivo da obra era evitar impasses com o vigário local, garantindo assim o “sepultamento de todos”. Porém, o cemitério não deixou de registrar problemas quanto à questão. Além disso, é possível perceber as interferências do pároco, quando, em 16 de março de 1882, Victorino publicou no “*Jornal Pharol*”, uma nota solicitando que a população observasse as regras do cemitério:

#### Cemitério

O administrador do cemitério pede ás pessoas que tiverem a infelicidade de perder alguém de sua família, para munirem-se dos bilhetes de sepultamento do Rvm. Vigário e da policia, a fim de poderem satisfazer as exigencias da lei a tal respeito, sendo esse o primeiro passo que devem dar após o falecimento.

Juiz de Fóra, 16 de março de 1882. – Victorino da Silva Braga.<sup>18</sup>

Em janeiro de 1889, o vigário reclama à Câmara Municipal que o Cemitério Católico havia sido profanado, uma vez que um ministro metodista havia encomendado um morto a ser enterrado na ala dos católicos:

[...] para quem não abjurou suas crenças religiosas, e se preza de ser filho da Igreja catholica, este facto é grave, revela um acinte feito aos catholicos e vae de encontro as determinações da Igreja catholica nas exéquias de seus filhos. Porquanto Ministro algum de qualquer seita dissidente da Igreja catholica pode exercer seu ministério nos lugares consagrados por aquella Igreja. Se o finado, segundo consta-me, não pertencia a Seita Methodistista, quem authorizou ao Ministro dessa Seita a invadir o cemitério catholico, [...] profanando destarte um lugar destinado para o repouzo dos que morrem no grêmio da Igreja catholica?.<sup>19</sup>

Como resposta a indignação do pároco e possivelmente munido da nova lei, o zelador Victorino da Silva Braga ressalta que o regulamento do cemitério era claro e que enterros poderiam acontecer se houvesse a autorização de um médico, o que fora observado. Victorino prossegue dizendo que os pagãos, no caso um metodista, estavam sendo enterrados no *Cemitério dos Pagãos*, e que ele sendo assim, não poderia proibir ninguém de entrar no cemitério.

Quanto a irem lá pessoas encommendar, não posso prohibir; apenas posso prohibir os que são sepultados [...] Na occazião dos enterramentos, entram pessoas bem trajadas, as quais não conheço se são methodistas e nem comprehendo se é encommendação o que lá rezão, pois não vejo ajudante nem água benta e creio que é dado a qualquer pessoa rezar dentro do Cemitério na occazião de enterro.<sup>20</sup>

E neste mesmo mês, possivelmente cansados das atitudes do pároco, os vereadores da Câmara Municipal que já era povoada por membros com uma visão progressista de Estado secular, enviaram à Assembleia Provincial um pedido para que os cemitérios fossem secularizados em Minas Gerais:

<sup>18</sup> *Pharol*, 16/03/1882

<sup>19</sup> AHPJF. FCMI. Relatórios feitos pelo Administrador do Cemitério Municipal referentes a sepultamentos. Documento de 08/01/1889. Série 116/4.

<sup>20</sup> AHPJF. FCMI. Relatórios feitos pelo Administrador do Cemitério Municipal referentes a sepultamentos. Documento de 13/01/1889. Série 116/4.

[...] considerando que na morada dos mortos deve reinar a mais perfeita igualdade e não é só injusto, mas iníquo, que se puna no morto, a liberdade de pensamento. Considerando a dificuldade que vai haver na conservação dos actuaes cemitérios, e na construcção dos novos de lugares reservados aos protestantes, enterrando-se muitas vezes fóra dos muros e expondo assim o cadáver às profanações e a mutilações por cães. [...] etc. A Câmara Municipal de Juiz de Fora resolve officiar reclamando da Assembléa Geral uma lei sobre a secularização dos cemitérios.<sup>21</sup>

Pouco tempo depois, após o advento da República e assim, com base no decreto n.789 de 27 de setembro de 1890, os cemitérios foram enfim secularizados, demarcando o início, ao menos na lei, da igualdade entre os mortos (COSTA, 2007, p. 32-33).

### 2.2.2 O advento da República e a gestão laica

A República demarcou uma grande transformação na gestão dos cemitérios pelo Brasil. Foi este novo regime político que secularizou, de fato, os cemitérios públicos. No caso do Cemitério Municipal de Juiz de Fora, o advento do regime coincide também com a morte de seus dois primeiros gestores: Padre Tiago Mendes Ribeiro, que faleceu meses antes da nova constituição republicana, não vivendo tempo suficiente para ver a secularização do espaço de fato<sup>22</sup>; e Victorino da Silva Braga, que se manteve no cargo até bem próximo do fim de sua vida, acompanhou parte dessa transição.<sup>23</sup>

Existem falhas na documentação, que dificultam precisar as datas exatas da posse e da saída dos gestores do cemitério, contudo, em 6 setembro de 1893, cessam os documentos relativos ao cemitério, assinados por Victorino da Silva Braga, quem até então administrava o espaço sozinho, após o falecimento de Padre Tiago.<sup>24</sup> Em 1894, surge um outro possível encarregado pelo cemitério, o Sr. José

<sup>21</sup> AHPJF. FCMI. Relatórios feitos pelo Administrador do Cemitério Municipal referentes a sepultamentos. Documento de 07/01/1889. Série 116/4.

<sup>22</sup> Padre Tiago Mendes Ribeiro comenta no “*Jornal Pharol*” que era monarquista, contudo respeitava a decisão do povo brasileiro pela República. *Pharol*, 20/12/1889.

<sup>23</sup> *Pharol*, 08/03/1895.

<sup>24</sup> FCMRV – Vº Parte – Órgãos e Funcionários da Câmara – I Cemitério – Série 126 – Correspondências expedidas e recebidas entre o Administrador do Cemitério e o Presidente da Câmara. Documento de 06/09/1893.

Justiniano da Silva Braga. Pelo sobrenome, supusemos algum grau de parentesco entre Victorino e Justiniano, o que nos faz crer que, por motivo de saúde, Victorino tenha sido eventualmente substituído por esse familiar.<sup>25</sup>

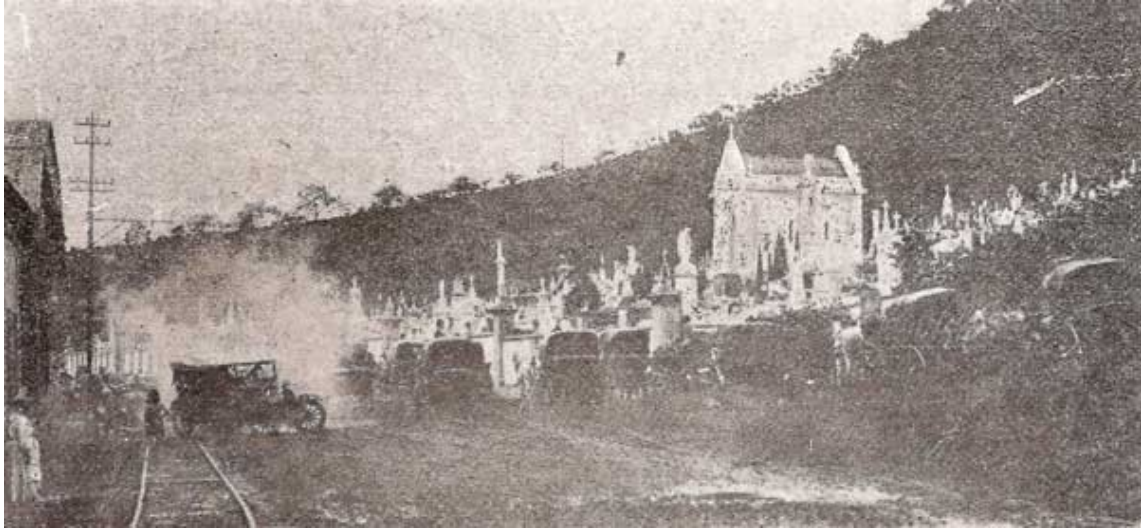


Figura 5 – *Ala Velha* do Cemitério Municipal de Juiz de Fora em 1915.  
Fonte: (ESTEVEZ, 1915, p. 200).

As relações de parentesco entre funcionários da Câmara eram bastante comuns nos séculos XIX e início do século XX, conforme analisou (GENOVEZ, 1996). Porém, devido à falta de documentação que esmiúce a transição, supusemos que, apesar destas relações familiares, a Câmara deve ter tido, a princípio, dificuldade em encontrar um substituto para o cargo, sendo que José Justiniano, provavelmente parente de Victorino, devia conhecer, talvez minimamente, a dinâmica do local.<sup>26</sup>

Em 1 de janeiro de 1898, em meio à documentação do cemitério, consta a assinatura de seu novo gestor, Hilario Mendes Horta.<sup>27</sup> Este será o indivíduo mais importante em termos de produção de documentação sobre o cemitério no período republicano. Em um memorial descritivo, feito por Hilario em 1912, ele comenta como havia falta de organização do espaço e que a concorrência com um cemitério

<sup>25</sup> FCMRV – Vº Parte – Órgãos e Funcionários da Câmara – I Cemitério – Série 126 – Correspondências expedidas e recebidas entre o Administrador do Cemitério e o Presidente da Câmara. Documento de 23/05/1894.

<sup>26</sup> Não há nenhum documento relativo a posse ou saída de José Justiniano da Silva Braga como administrador do cemitério, tampouco conseguiu localizar maiores dados a cerca desse grau de parentesco com Victorino da Silva Braga.

<sup>27</sup> FCMRV – Vº Parte – Órgãos e Funcionários da Câmara – I Cemitério – Série 126 – Correspondências expedidas e recebidas entre o Administrador do Cemitério e o Presidente da Câmara. Documento de 01/01/1898.



privado, o *Cemitério da Glória*<sup>28</sup>, por sua vez dificultava a gestão financeira do cemitério público.

Hilario se queixava, em especial, que a população abusava da boa fé dos médicos, dizendo não dispor de recursos para fazer o pagamento das taxas para enterramento, o que, segundo o mesmo, ocasionava na proliferação da indigência, conforme relatório confeccionado para a Câmara Municipal, endereçado a seu presidente Dr. Oscar Vidal Barbosa Lage.<sup>29</sup> Este relatório é o documento mais completo entre as fontes relativas ao Cemitério Municipal no período republicano. Hilario não trouxe somente informações importantes acerca do cemitério, mas também sua posição sobre a função social que desempenhava. Sua gestão defendia a transferência do cemitério, algo que já vinha sendo discutido desde pelo menos o início do século XX.<sup>30</sup>

Outro ponto a se destacar, acerca das posições de Hilario, é a crítica à alegação de indigência que, segundo ele, era alta. Quanto a esta questão, não pretendemos esmiuçar maiores detalhes por considerarmos que carece de pesquisa aprofundada, a qual inclusive ultrapassaria a nossa temática. Contudo, tendemos a discordar da posição do gestor, pois apesar do clima de desenvolvimento e de prosperidade, por conta da industrialização, a pobreza era grande na cidade, sobretudo entre os negros.<sup>31</sup>

Portanto, consideramos que, ainda que houvesse tentativa de fraudes para burlar tais pagamentos, Hilario possivelmente teria exagerado ao se referir que apenas 30% dos que se diziam indigentes de fato o seriam. Este administrador do cemitério se manteve no cargo até próximo de sua morte, em 1935, falecendo mais precisamente em março de 1937.<sup>32</sup> Hilario não verá seu desejo de transferência do cemitério ser concretizado, pois a Câmara optará pela ampliação do mesmo.

---

<sup>28</sup> Cemitério privado, pertencente a Paróquia Nossa Senhora da Glória. Este campo santo está localizado no atual bairro Morro da Glória, em Juiz de Fora.

<sup>29</sup> FCMRV – Vº Parte – Órgãos e Funcionários da Câmara – I Cemitério – Série 129 – Documentos diversos. Documento de 13/07/1912.

<sup>30</sup> Ibid.

<sup>31</sup> Para saber mais sobre a pobreza em Juiz de Fora, recomendamos a leitura de *Controle Social e Pobreza – Juiz de Fora, (c.1876 – c.1922)* de Jefferson de Almeida Pinto. 2008, ed. Funalfa.

<sup>32</sup> Conforme a inscrição lapidar existente na *Aia Velha* do Cemitério Municipal de Juiz de Fora.

### 2.2.3 Da possibilidade de fechamento à Grande Reestruturação de 1925

O Cemitério Municipal de Juiz de Fora esteve envolto a inúmeros impasses e dificuldades, alguns dos quais já foram abordados. Porém, o que mais ameaçava sua existência não eram certamente os impasses entre Estado e Igreja durante o século XIX, ou seu baixo potencial de gerar receita; seu maior problema era, outrossim, a localização. O campo santo foi inaugurado em 1864, no atual bairro Poço Rico, isto é, “longe” do centro urbano de Juiz de Fora no período. É preciso, contudo, relativizar o conceito de longe, levando-se em conta os referenciais de meados do século XIX. O cemitério não estava de fato tão longe assim, ao pensarmos em padrões contemporâneos, uma vez que estava a apenas 1 km da antiga cadeia pública, localizada no início da Rua do Imperador, atual Getúlio Vargas, no coração da cidade. Também estava a apenas 2,5 km da Catedral na Rua Direita, atual Avenida Barão do Rio Branco, principal via da cidade.<sup>33</sup>

Porém, o cemitério marcou, durante muitos anos, os limites urbanos, encontrando-se escondido das vistas da população naquele período pela topografia da cidade (COSTA, 2007, p. 8). O campo santo se localiza atrás de um grande morro, de modo que o local pareceu adequado, conforme os princípios sanitários miasmáticos oitocentistas. Contudo, observamos que a percepção do espaço foi se alterando ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX. O local, inicialmente considerado ideal, veio a se tornar um problema.<sup>34</sup> Já no final do século XIX, o cemitério se encontrava lotado, começando a ser expandido para o terreno vizinho superior, com bastante declive, mas o único possível (COSTA, 2007, p. 50). Conforme Hilário comentou em seu relatório de 1912, o terreno do cemitério era “imprestável”, pois no período chuvoso estava sujeito a erosões. Os enterros, nas partes altas, eram bastante prejudicados, e os soterramentos dos túmulos, na parte baixa, eram comuns devidos às enxurradas.

---

<sup>33</sup> Distâncias calculadas a partir do sítio google mapas. Acessado em 20 de dezembro de 2015.

<sup>34</sup> O terreno inicial do cemitério foi doado pelo tenente-coronel José Ribeiro de Rezende, o barão de Juiz de Fora (COSTA, 2007, p.15)

Francisco Mariano Halfeld parece ser um dos primeiros a se mobilizar financeiramente para que a situação fosse alterada. Ele deixa uma quantia em seu testamento para a construção de um novo cemitério, conforme relata o *“Jornal Pharol”* em 1912.<sup>35</sup> Percebe-se que, além da questão da viabilidade da manutenção do Cemitério Municipal, surgiu uma nova: este campo santo agora estava às margens da estrada de ferro e, portanto, tornara-se caminho obrigatório para os que chegavam à cidade via ferrovia.<sup>36</sup> A questão estética, devido à “imagem negativa” que um cemitério na entrada da cidade transmitia, foi levantada nos comentários no *“Jornal Pharol”*, o qual propôs um debate, em 1912, sobre a questão da manutenção do cemitério no local em que estava.

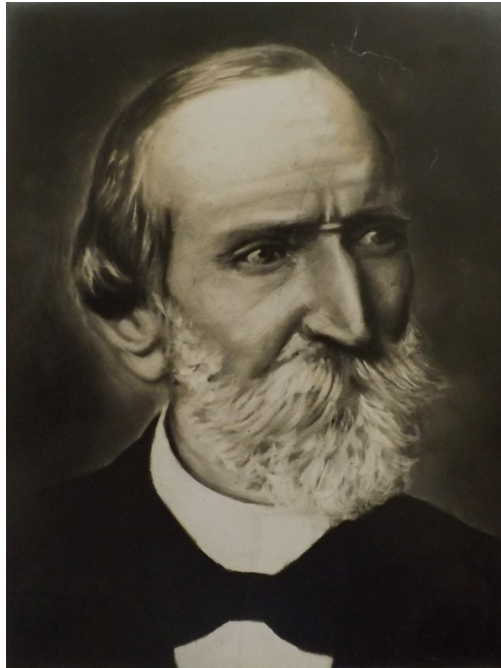


Figura 6 – Francisco Mariano Halfeld, s/ data Nº de Catalogação 1203188.  
Fonte: Acervo Museu Mariano Procópio.

Para o debate, o jornal convidou membros destacados da sociedade juizforana, como médicos da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, engenheiros, advogados, jornalistas, entre outros. Não esmiuçaremos detalhes sobre os posicionamentos individuais de cada convidado à entrevista, porém, é importante ressaltar que nem todos quiseram comentar o caso, já que o jornal segue se quei-

<sup>35</sup> *Pharol*, 14/03/1912.

<sup>36</sup> Neste período quem vinha do Estado do Rio de Janeiro teria que necessariamente passar ou pela Estrada União & Indústria ou pela Estrada de Ferro D. Pedro II. Ambos os caminhos cruzavam pelo Cemitério Público.

xando de que apesar dos inúmeros convites para um posicionamento dos vereadores, estes não o haviam feito naquele ano.<sup>37</sup>

A situação do cemitério se arrastou por mais longos treze anos, quando a Câmara decidiu pela manutenção do Cemitério Municipal no mesmo local. Muito provavelmente, esta decisão foi tomada em razão de a proprietária do terreno adjacente, dona Mariana Evangelista, viúva e herdeira do Coronel João Evangelista Gomes, ter doado à Câmara, em 1925, toda a extensão de terras de sua propriedade.<sup>38</sup> A posição de Eduardo de Menezes Filho, advogado, desde seu comentário no “*Jornal Pharol*” em 1912, era pela ampliação do cemitério, alegando que esta seria a melhor alternativa para o município. Segundo Eduardo, se um novo cemitério fosse construído no Sítio do Resto<sup>39</sup>, como se propunha no debate, em vez de um cemitério no caminho da ferrovia/rodovia haveria dois, uma vez que o cemitério público, por conter jazigos perpétuos, tampouco poderia ser desativado devido aos entraves legais.<sup>40</sup>

Os argumentos de Eduardo Menezes Filho triunfaram diante do impasse.<sup>41</sup> As obras começaram no mesmo ano, ficando a cargo do engenheiro Jonas Bastos o projeto e a construção.<sup>42</sup> O cemitério ainda contém aspectos desta grande reforma e ampliação realizada em 1925, a mais importante e significativa de toda a história da instituição, nestes 151 anos de existência.<sup>43</sup> A reforma rebaixou o terreno, remodelou a fachada, murando-a por completo, sendo construída uma entrada em estilo neoclássico (Figura 7).

<sup>37</sup> Durante o ano de 1912, o “*Jornal Pharol*” convidou a membros da elite juiz-forana a comentarem a respeito da situação do cemitério. Entre os convidados ouvidos, oito resolveram opinar contra a manutenção do cemitério no local em que se encontrava, por motivos estéticos, apenas um, Eduardo de Menezes, médico, disse que a melhor opção para município seria mantê-lo no mesmo local e plantar bambus em sua fachada e ao longo da rodovia/ferrovia para ocultá-lo da vista dos viajantes. O jornal segue convidando membros após julho do mesmo ano, alegando que apesar dos convites, ninguém mais havia-se manifestado sobre tão importante questão.

<sup>38</sup> AHPJF - Livro de Atas de Reuniões da Câmara Municipal de Juiz de Fora – República Velha – 06/05/1925, p. 70.

<sup>39</sup> Sítio provavelmente localizado próximo à estação ferroviária central, na atual rua Francisco Bernardino s/n.

<sup>40</sup> *Pharol*, 19/03/1912.

<sup>41</sup> *Pharol*, 27/04/1925.

<sup>42</sup> Conforme placa inaugural ainda pregada na entrada do cemitério.

<sup>43</sup> A fachada do cemitério ainda é a mesma, e sua disposição espacial segue igual conforme observado na planta de 1925. AHPJF – Fundo Plantas: Novo Cemitério – 1925.



Figura 7 – Entrada construída em 1925. Em 1968, foi construído um segundo pavimento sob a entrada e o cemitério já havia sido rebatizado como Cemitério Municipal Nossa Senhora Aparecida. Fonte: Foto do Autor (2014)

O engenheiro encarregado optou pela manutenção do portão antigo dos pagãos; contudo, como os cemitérios públicos já haviam sido laicizados desde 1890, o portão dos pagãos se tornou apenas um portão em anexo para a *Ala Velha*. Esta entrada, então, foi reformada para ficar harmônica com a nova fachada (Figura 8).



Figura 8 – Entrada para *Ala Velha* reformada em 1925. Atualmente se encontra desativada e murada. Fonte: Foto do Autor (2014)

Foram espalhados, no topo do muro, balaústres do início ao fim, por todo o terreno da frente, entre as ruas Osório de Almeida e a Viscondessa di Cavalcanti (Figura 9).



Figura 9 – Muro que começou a ser construído por volta de 1925 com balaústres em toda a fachada do Cemitério Municipal. Fonte: Foto do Autor (2014)

O cemitério ficou dividido em *Ala Velha*, que correspondia à primeira fase de uso da necrópole e, portanto, à sua história até 1925, e *Ala Nova*, que começou a ser usada a partir de 1925. Sobre a *Ala Velha*, não observamos nenhuma grande interferência interna remodeladora nesta reforma. Toda a reforma foi certamente acompanhada pelo administrador Hilário Mendes Horta. Em 1934, o novo administrador, Homero Horta da Fonseca, encarregado devido ao afastamento de Hilário, já administrava um cemitério com área muito maior para utilização da arte funerária e bem mais organizado, o que veremos no capítulo a seguir.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> AHPJF - FCMRN – 1930/47 – Documentos do Cemitério – Série 28 – Requerimentos de particulares relativos a obras (colocar dizeres, reformas, construção de canteiros – 1931/34/35). Documento de 12/06/1934.

### 3 – Os italianos como artistas-artesãos em Juiz de Fora

Em busca de elementos que nos ajudassem a compreender o que teria motivado a instalação de marmoristas italianos em Juiz de Fora no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, recorreremos à historiografia e nos deparamos com algumas hipóteses. A primeira que destacamos seria o peso do fator econômico, ou seja, a riqueza proporcionada pelo cultivo do café e, em seguida, pela industrialização pioneira no estado, de modo que ambos teriam funcionado como atrativo. O segundo fator seria o geográfico, que, por sua vez, se relaciona com primeiro. A consolidação da cidade como centro econômico regional devido a sua localização, contribuiu para o processo. Por fim, os fatores urbano e cultural se apresentam juntos porque se somam. O crescimento da urbanização e o aumento da população poderiam gerar a demanda por novos serviços na cidade, incluindo o de marmoraria.

Sobre estes elementos apontados, a historiografia local e a nacional tem discussões importantes que contribuíram para a construção dessa dissertação. Por isso, alguns desses debates foram apresentados. Mas advertimos de imediato que não é o nosso intuito gerar uma crítica ou uma revalidação do que a historiografia tem a dizer a respeito da questão. Nossa intenção foi mais modesta, pois o que buscamos na verdade foi criar uma linha interpretativa coesa e que suprisse a carência de fontes sobre o surgimento de marmorarias na cidade.

Outro ponto importante e destacado nesse capítulo é que, entre os marmoristas analisados, predominavam aqueles sem formação artística acadêmica, com exceção de Francesco di Paola Castello<sup>45</sup>, Giuseppe Antonio Scarlatelli<sup>46</sup> e de Natale Frateschi<sup>47</sup>. Neste ofício, em Juiz de Fora, o que observamos é que a atividade envolvia profissionais de formação artesanal e, quase sempre, toda

<sup>45</sup> Sobre este marmorista, não encontramos fontes até o momento que apontassem onde Francesco poderia ter feito seus estudos de arte. Confiamos a hipótese de que teria formação aos anúncios que este marmorista fez, sempre se anunciando como escultor.

<sup>46</sup> Em meio ao registro de nascimento de sua filha Teresa Scarlatelli, a profissão do pai (Giuseppe) é citada. O registro aponta que sua profissão era entalhador. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:KCNQ-VSS> Acessado em 20 de dezembro de 2015.

<sup>47</sup> Em um dos capítulos do livro dedicado aos profissionais italianos, intitulado *IMIGRANTES EMPREENDEDORES NA HISTÓRIA DO BRASIL: Estudos de caso*, Antonio de Ruggiero afirma que Natale emigrou para o Brasil com formação em escultura adquirida na Itália (RUGGIERO, 2014, p. 88).



família se dedicava ao ramo, sendo os filhos os braços auxiliares dos pais, em múltiplas funções, diante da demanda crescente de trabalho. Além disso, apesar de as oficinas não terem começado na cidade com os italianos, eles vão se tornar, a partir do final do século XIX, mais especificamente no início do século XX, o principal grupo étnico vinculado ao ramo.

Nesse capítulo, também tratamos de delimitar os senhores Antônio Soares da Costa e Joaquim José Pereira como os primeiros marmoristas de Juiz de Fora, abrindo sua oficina por volta da década de 1870.<sup>48</sup> De origem desconhecida, eles seriam possivelmente luso-brasileiros. Em seguida, durante o período de fomento à imigração europeia, surgiram Francesco di Paola Castello com seu auxiliar Pio Riolino inaugurando a “Marmoraria Carrara” em 1890, a primeira oficina sob o comando de italianos na cidade.<sup>49</sup> Com o fim do negócio dos luso-brasileiros, fato ocorrido por volta de 1896, estes italianos foram os únicos remanescentes no ramo.<sup>50</sup>

Mas não ficaram sozinhos por muito tempo, pois Michele Scarlatelli, em 1908, abriu seu negócio a fim de buscar um espaço no nicho.<sup>51</sup> Conseqüentemente, ele acabou por fazer frente ao “monopólio” da então marmoraria Carrara, em que Pio Riolino havia passado de auxiliar a gerente, entre 1901 e 1905.<sup>52</sup> Entre estes anos, em algum momento Pio se associou a Pasquale Senatore<sup>53</sup>. Após estes, Lino Soranzo, em 1921<sup>54</sup>, e, por último, Natale Frateschi, em 1926<sup>55</sup>, com seus respectivos negócios, somaram-se a gama de profissionais existentes em Juiz de Fora. Assim, percebemos de imediato que o ramo estava essencialmente nas mãos de italianos e, por isso, fez-se necessário, ainda que igualmente de forma breve, compreendermos a questão da imigração. Foi também objeto desse capítulo, buscar entender o porquê de os italianos se consolidarem como principal etnia envolvida na atividade da marmoraria.

---

<sup>48</sup> *Pharol*, 19/04/1877.

<sup>49</sup> *Pharol*, 01/05/1890.

<sup>50</sup> Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1896, pág.106v – registro 63.

<sup>51</sup> Inventário 1916 cx 085/ 64º processo.

<sup>52</sup> Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1904, pág.47v – registro 20 e 1905, 127v – registro 87.

<sup>53</sup> Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1896, pág.106v – registro 63.

<sup>54</sup> Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1921, pág.163v – registro 2499.

<sup>55</sup> Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1926, pág.168v – registro 1658.

Houve um grande esforço em se coletar o máximo de informações possíveis a respeito das marmorarias, seus proprietários e as sepulturas dos mesmos. Mas, apesar de existirem fontes numerosas a respeito da questão cemiterial em Juiz de Fora, disponíveis nos arquivos públicos e privados da cidade, assim como a existência de descendentes que foram entrevistados por nós, infelizmente não foi possível obtermos resposta a todas as questões levantadas. Alguns questionamentos feitos aos descendentes não foram plenamente respondidos, como a motivação da migração ao Brasil e da abertura da marmoraria, o que justificou nosso maior apego, em alguns momentos, à historiografia.<sup>56</sup>

Muitos dos trabalhos realizados por estes artistas-artesãos felizmente sobreviveram ao tempo e se encontram no Cemitério Municipal de Juiz de Fora. Outras obras foram localizadas no Cemitério da Paróquia Nossa Senhora da Glória/Confissão Luterana, além de sabermos previamente de outros que estão em edificações pela cidade.<sup>57</sup> Nota-se que encontramos, em meio às edições do *“Jornal Pharol”*, periódico utilizado como fonte fundamental para esta pesquisa, menção a trabalhos realizados para outros cemitérios de Minas Gerais. Porém, por questão de enfoque, não investigamos mais profundamente sobre estes.

Em meio à documentação disponível no Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora, existem registros apontando nomes de construtores da década de 1930 e de 1940, dedicados a edificar sepulturas no Cemitério Municipal. Portanto, julgamos importante sua menção, uma vez que contribuíram para a história do campo santo analisado. Mas, isso foi feito de modo pontual, pois esses construtores não se especializaram no mercado funerário.

Salientamos que não foi alvo desta dissertação uma busca acerca dos significados simbólicos e culturais das obras edificadas, sendo as exceções os túmulos de família dos marmoristas. Portanto, justificamos, desde já, que algumas das obras funerárias apresentadas serviram apenas para ilustrar a capacidade técnica de que estes profissionais dispunham. Tentamos demonstrar, com isto, que

---

<sup>56</sup> Alguns dos descendentes ainda relataram que o familiar que mais sabia sobre os antepassados não morava em Juiz de Fora e eles não tinham seu contato. Houve também casos em que estes já tinham falecido.

<sup>57</sup> Estes cemitérios, apesar de nomes e comunidades religiosas responsáveis por eles distintos, se localizam no mesmo lugar, atrás da Paróquia de Nossa Senhora da Glória, no bairro Morro da Glória em Juiz de Fora.

estes artistas-artesãos estiveram atentos às mudanças estéticas e, por assim dizer, às tendências do mercado ao longo dos anos. Observamos que transitaram com relativa tranquilidade do ecletismo arquitetônico ao Art Déco e ao modernismo, estilo, este último, que marcou o fim do recorte temporal analisado.

Destacamos que qualquer eventual ênfase em um profissional (em prejuízo de outro) não foi intencional. Isto aconteceu exclusivamente pelo acesso às fontes que em alguns casos se deu mais facilmente. Por fim, eventualmente, como já mencionado, houve a necessidade de nos reportarmos a outros cemitérios, além do Cemitério Municipal de Juiz de Fora, pois contêm obras realizadas pelos marmoristas as quais foram fundamentais para a complementação da análise desta pesquisa. Ademais, em alguns casos foi em outro campo santo que o marmorista foi sepultado, por isso obrigatoriamente foram mencionados.

### **3.1 Aspectos econômicos e imigração em Minas Gerais**

A historiografia acerca dos imigrantes em Minas Gerais, e em particular sobre Juiz de Fora, tem crescido consideravelmente ao longo dos últimos anos. Estudos como o de Mônica Ribeiro de Oliveira sobre o papel do imigrante na industrialização de Juiz de Fora, Marcos Olender a respeito do italiano Pantaleone Arcuri e sua relevância para a construção civil em Juiz de Fora, ou ainda Antônio Gasparetto Jr. a respeito das associações de auxílio mútuo demonstram o interesse crescente pela temática.

A obra de Norma Goés Monteiro, sobre a imigração e a colonização em Minas Gerais entre 1889 a 1930, publicada em 1994, foi e ainda é grande marco acerca dos estudos sobre imigração no estado. Partindo dessa leitura, iniciamos os questionamentos sobre o que teria motivado os italianos analisados a imigrarem para o estado. A autora destaca que só bem próximo ao fim da escravidão, que já tinha seu gestar desde a proibição do tráfico negreiro no Atlântico em 1850, que os fazendeiros mineiros começaram a cogitar a real necessidade de substituir a mão de obra, temendo a falta de braços no campo (MONTEIRO, 1994, p. 21-25).

Apesar dos números nos fazerem inicialmente pensar que italianos eram preferidos, eles não foram os únicos cogitados a substituir o negro cativo e

tampouco foram escolhidos exclusivamente com o propósito de tal substituição. Havia, por detrás do interesse por esta vinda da mão de obra europeia, um forte discurso racista, trilhando a tênue linha eugenista de se garantir um “futuro” ao Brasil (GASPARETTO, 2014, p. 34).

Não seria impossível garantir a permanência do negro liberto na função que já executava como escravo. Tampouco, seria impossível capacitar essa mão de obra de acordo com os desejos de expansão e de maximização da produção de café no Brasil (GASPARETTO, 2014, p. 34). Contudo, ao negro se atribuiu uma série de características que o inviabilizavam enquanto trabalhador mais apto: de pouco eficiente a preguiçoso, de incapaz de acompanhar os “avanços do progresso” a naturalmente propenso à incivilidade e vadiagem.

E foi a partir da construção desse imaginário depreciativo que o imigrante ganhou espaço como substituto (GASPARETTO, 2014, p. 34-35). Antes da chegada expressiva de imigrantes à zona da mata mineira, que se consolidava como região economicamente mais próspera do estado, já havia em Minas Gerais tentativas de estabelecimento de colônias de imigração, como a dos germânicos, estabelecidos na região do Vale do Mucuri, num intento imigratório organizado por Teófilo Ottoni, na década de 1850 (OLIVEIRA, 1991, p. 53).

Mas o fato de Minas Gerais deter o maior cartel escravagista do Império fez com que não houvesse, por parte da elite cafeeira, grande preocupação com a substituição da mão de obra escrava pela livre, de imediato. Foi somente diante das pressões do fim do tráfico negreiro e da abolição que se aproximava, que houve um entendimento do fim da escravidão como ameaça a economia mineira (MONTEIRO, 1994, p. 21-25).

A princípio, na região onde a mão de obra escrava era mais requisitada, isto é, na zona da mata mineira, por causa do avanço do cultivo do café, executava-se a transferência mediante a venda de escravos. Havia, portanto, a princípio, número suficiente de escravos para os níveis da produção desejada pelos cafeeiros até próximo da abolição. Foi devido ao provimento de cativos por meio de transferência interprovincial, ou de regiões que se encontravam em dificuldade econômica (como o nordeste brasileiro devido ao declínio da cana-de-açúcar), e em geral, graças a esse comércio interprovincial de escravos, que, até as vésperas da

abolição, os cafeicultores mineiros não se preocupavam com a imigração de modo exponencial. Mas este cenário se alterou no último quartel do século XIX (OLIVEIRA 1991, p. 90-99).

### 3.1.1 A imigração em Juiz de Fora

Conforme apresentado no subcapítulo anterior, a vinda do imigrante só se tornou um consenso entre a maioria dos cafeicultores e políticos mineiros quando, já próximo da abolição, começaram a faltar braços nas lavouras, havendo necessidade real de substituição de braços nos cafezais. Entendemos, portanto, que não houve somente um fator que justificasse a opção pela imigração, mas sim uma soma destes. Neste percurso, o imigrante italiano acabou, junto com o ibérico, por representar as maiores levas a chegar ao Brasil, entre 1870 a 1930, o que se verifica igualmente com relação a Minas Gerais, conforme as tabelas 1 e 2 abaixo demonstram:

TABELA 1

ENTRADA DE IMIGRANTES NO BRASIL				
Ano 1870-1930	Alemães	Italianos	Portugueses	Todos os Grupos
Total	168.643	1.470.966	1.226.374	4.227.921

Fonte: Marques, Ana Paula Dias. Evolução da Imigração no Brasil. Disponível em: [http://www.diasmarques.adv.br/artigos/Artigo\\_Imigracao\\_Estadao2.pdf](http://www.diasmarques.adv.br/artigos/Artigo_Imigracao_Estadao2.pdf) Acessado em 10 de outubro de 2015.

TABELA 2

ENTRADA DE IMIGRANTES NA HOSPEDARIA HORTA BARBOSA EM JUIZ DE FORA						
Ano	Total	Italianos	Portugueses	Austríacos	Espanhóis	Outros
1894 a 1901	52.582	47.096	352	188	1.893	3.053

Fonte: Adaptado de (MONTEIRO, 1994, p.173).

Ao analisarmos esses números (tabela 1), que representam o total dos imigrantes desembarcados em terras brasileiras, e ao observarmos os dados referentes àqueles que chegaram efetivamente em Minas Gerais (tabela 2), o que observamos é que os italianos representavam as maiores levas. No caso de Juiz de

Fora, a cidade era privilegiada, pois era rota de passagem e, por isso, possuía uma hospedaria oficial para receber os imigrantes, a “Horta Barbosa”. Este local funcionou de 1892 a 1906 como meio de hospedagem, e também de parada, para os que se destinavam ao interior do estado. Na Tabela 3, observam-se dados mais precisos sobre os alojados e seu movimento de saída:

TABELA 3

MOVIMENTO DE SAÍDA DOS IMIGRANTES NA HOSPEDARIA HORTA BARBOSA DE 1896 A 1906						
Total	Zona Rural de J. F.	Zona Urbana de J.F.	Para outras Regiões De MG	Para outros Estados	Sem Info.	Outros
24.572	1.253	1.551	16.643	129	4.914	82

Fonte: Adaptado de (OLIVEIRA 1991, p.106).

Observamos que, aqueles que optaram por ficar no município, entre os anos analisados, eram em sua maioria de origem italiana. Mas, devemos lembrar que muitos não passaram pela hospedaria, pois já tinham parentes em Juiz de Fora para recebê-los. Além disso, como a hospedaria só funcionou até 1906, logo, os que chegaram após esta data não entraram para estas estatísticas.

O imigrante no fim do século XIX já não era novidade para a população de Juiz de Fora, “acostumada” a sua presença expressiva desde a construção da rodovia União & Indústria entre 1858 a 1861, que ligava a cidade mineira a Petrópolis. Mariano Procópio<sup>58</sup>, para esta construção, optou por utilizar grande parte da mão de obra estrangeira e trouxe da Europa, em 1858, 1.162 imigrantes germânicos (GIROLETTI, 1988, p. 56-60).

Após o término do contrato de trabalho e o encerramento do interesse do investidor na gestão da rodovia, estes estrangeiros escolheram, em sua maioria, permanecer no município. Alguns abriram seus negócios e outros trabalharam para a indústria têxtil que se desenvolvia, como a de Bernardo Mascarenhas (OLIVEIRA, 1991, p. 68-71).

<sup>58</sup> Mariano Procópio Ferreira Lage (1821-1872) era natural de Barbacena e legou grande contribuição ao desenvolvimento da cidade por ser um dos idealizadores da Estrada União Indústria (PROCÓPIO FILHO, 1979, p. 235).

Contudo, não queremos induzir com tais informações que a convivência fora pacífica em todos os momentos. A historiografia, se utilizando de processos criminais, aponta que eram comuns os conflitos entre imigrantes conterrâneos, entre nacionais e imigrantes, ou ainda entre imigrantes de nacionalidades distintas (CHRISTO, 2000, p. 138-139).

A população da cidade aumentava velozmente, devido à migração interna e à imigração, além do crescimento vegetativo, passando de 27.722 habitantes, em 1855, a 118.166, em 1920 (GIROLETTI, 1988, p. 103). Com exceção à imigração mineira, que de um modo geral visava à colonização de terras, a que aconteceu em Juiz de Fora foi uma particularidade. O avanço da urbanização e o investimento da elite agroindustrial local na faixa urbana, com a abertura de indústrias, garantiam possibilidades àqueles que tinham por preferência viver na cidade (OLIVEIRA, 1991, p. 74).

Não se quer, contudo, afirmar com exatidão que os imigrantes urbanos em Juiz de Fora eram maioria, pois não há fontes que determinem quais parcelas viviam no distrito sede ou na zona rural (OLIVEIRA, 1991, p. 71). Também é difícil mensurar quantos imigrantes foram “forçados” a viver na cidade devido à grande presença de negros no campo no pós-abolição.

O que se sabe é que com avanço da industrialização por parte desta elite agroindustrial, ou mesmo por alguns imigrantes que prosperaram, a demanda por trabalhadores com capacitação aumentava, e neste ponto, o imigrante no geral levava vantagem em relação aos nacionais, devido a sua maior capacitação para o trabalho técnico, fazendo com que sua presença na cidade fosse mais frequente (OLIVEIRA, 1991, p. 88). Ao se analisar a trajetória dos marmoristas, as colocações anteriores se apresentam de forma a trazer alguma luz sobre o debate. A maioria, com exceção de Lino Soranzo e de Pio Riolino, tinham como destino inicial a zona urbana. Mesmos no caso destes dois últimos, compreendemos que eles enxergaram na cidade a possibilidade de melhoria de vida e, tão logo puderam, mudaram-se para a faixa urbana.

Contudo, novamente reconhecemos que uma amostra tão reduzida de imigrantes, no caso os marmoristas, não é capaz de apresentar um panorama crítico sobre em que zona havia preferência de instalação. Além disso, o interesse

do imigrante pelo campo ou pela cidade estava envolvido em múltiplos fatores, os quais são complexos. A motivação, mas também a condição de trocar uma zona pela outra, possivelmente era determinada pela expectativa de melhora de vida, mas também se localizava se o imigrante detinha conhecimento ou habilidades laborais mais requisitadas para cada uma das zonas.

Por isso, queremos esclarecer de imediato que existe um limite interpretativo; qualquer afirmação categórica de nossa parte não passaria de especulação, uma vez que as fontes não dão conta integralmente da questão.<sup>59</sup> É importante mencionarmos que, em meio ao expressivo número de imigrantes empobrecidos sonhando com uma vida melhor na América, aqueles que detinham algum capital e ofício especializado, isto é, um saber-fazer que fosse diferenciado ou escasso neste lado do Atlântico, teriam boas chances de se instalar na zona urbana (PIRES, 2009, p. 235).

Se a requisição por mão de obra especializada já era feita na zona urbana, desde a construção da União & Indústria, foi no auge da imigração que a cidade ganhou uma maior oferta de trabalhador especializado. A historiografia mais atual, representada pela investigação de Mônica Ribeiro de Oliveira, optou, no entanto, por desconstruir o “mito” do imigrante empreendedor. A autora é enfática ao defender que as elites locais, através da acumulação de capitais, foram as grandes responsáveis pela industrialização de Juiz de Fora.

Mas isto, segundo Mônica, não significa que o papel do imigrante seja nulo (OLIVEIRA, 1991, p. 88). Ao pensarmos no papel que tiveram, em setores como a construção civil, veremos grande participação de alemães, mas também de italianos. O já mencionado Pantaleone Arcuri foi certamente o mais promissor italiano no ramo da construção, trazendo técnicas e elementos construtivos que agradavam a elite local burguesa e a imigrante que surgia (CHRISTO, 2000, p. 144-145).

E foi essa mesma elite agroindustrial a grande consumidora das obras mais sofisticadas no Cemitério Municipal de Juiz de Fora. Entre as sepulturas mais

---

<sup>59</sup> Para saber mais sobre o papel do imigrante em Juiz de Fora, consultar a dissertação de Mônica Ribeiro de Oliveira. Além disso, há trabalhos mais atuais sobre os imigrantes como o de Antônio Gasparetto Jr. e outros em desenvolvimento. Todas estas obras constam no final desta dissertação entre as referências bibliográficas.



grandiloquentes, destacamos os jazigos das famílias Miranda Carvalho, Mascarenhas, Tostes, entre outras. Observamos, ainda, o consumo de um pequeno grupo de imigrantes que prosperou, como seus representantes, destacamos as famílias Colucci, Stefem, entre outras.

O avanço da urbanização visava fazer de Juiz de Fora uma cidade progressista e moderna, dispondo de serviços urbanos essenciais, como zonas mais embelezadas, como pretendiam fazer com a região central (MIRANDA, 1990, p. 106). Entendemos, portanto, que essas modificações lhe garantiram, junto à prosperidade econômica, “as possibilidades diferenciadas” que Maria Elizia Borges comentou enquanto importantes para a instalação de marmorarias (BORGES, 2002, p. 65). Em menos de 40 anos, de uma cidade de “uma só rua e muito lamacenta”, como relatou o viajante inglês Francis Burton em 1860<sup>60</sup>, Juiz de Fora passou à capital cultural e industrial de Minas Gerais.<sup>61</sup>

Os diferentes cognomes que a cidade foi recebendo, “Atenas Mineira”, “Manchester Mineira”, “Princesa de Minas” e “Barcelona Mineira”, demonstram, ao menos em tese, como a elite local buscava representar Juiz de Fora (MIRANDA, 1990, p. 122). Portanto, esses italianos, dedicados à construção civil e atividades similares, foram importantes atores nas transformações estéticas e urbanas pelas quais Juiz de Fora passou, uma vez que trouxeram o requinte e a sofisticação da arquitetura europeia, itens desejados pelas elites da cidade (CHRISTO, 2000, p. 142-143). Logo, o saber-fazer europeu, além dos requisitos técnicos, contava com o imaginário antinacional das elites brasileira e local (BORGES, 2002, p. 72).

Por fim, ressaltamos que foi somente graças ao contributo técnico e cultural da imigração que a elite local conseguiu se perenizar nos campos santos da cidade, de modo mais sofisticado e da forma como já acontecia nos cemitérios da Europa e pelo Império.<sup>62</sup> Os marmoristas que optaram por se instalar em Juiz de Fora foram astutos ao enxergarem uma demanda reprimida por um trabalho que precisava quase sempre trazer as obras já prontas da corte, pois a cidade não contava com oficinas de maior capacidade técnico-artística. Se os luso-brasileiros Antônio

<sup>60</sup> Burton, Francis, 1941, p. 102.

<sup>61</sup> Para saber mais sobre esta afirmação ler: CHRISTO, Maraliz de Castro Viera. *Europa dos Pobres: A Belle Époque Mineira*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1994.

<sup>62</sup> Como já apresentado, o cemitério foi inaugurado em 1864 e a cidade já contava com grande presença de alemães e outros imigrantes nesse período.

Soares da Costa e Joaquim José Pereira foram os primeiros a desbravar o novo mercado e a criar suas bases, seus sucessores italianos foram os que aperfeiçoaram este ofício.

### 3.2 Pereira & Costa – luso-brasileiros entre italianos

Em 2 de novembro de 1864, atendendo aos anseios da população, à legislação imperial e aos preceitos higiênicos vigentes, o Cemitério Municipal foi inaugurado. Como já discutido no capítulo 2, o campo santo alterou radicalmente as relações da população com a morte. Em meio a essas mudanças, surgem os marmoristas Joaquim José Pereira e Antônio Soares da Costa como os primeiros a se dedicarem à venda de arte funerária, um serviço até então inexistente na região.

Não conseguimos precisar exatamente o ano da abertura do negócio, mas sabemos que já existia desde pelo menos a década de 1870, quando anúncios a respeito do serviço destes marmoristas foram publicados no *“Jornal Pharol”*. Presume-se que Joaquim e Antonio, donos da marmoraria Pereira & Costa, não eram escultores, ou algo similar a isto, mas comerciantes de mármore com conhecimentos básicos de entalhamento e de corte de rochas. Eles eram capazes de executar trabalhos mais simples, que demandavam pouca aptidão artística ou treinamento especializado.

A hipótese dessa falta de especialização se sustenta no anúncio reproduzido a seguir, e também, se a partir dele, pensarmos que a obra funerária publicizada era relativamente simples, porém ainda assim, não foi confeccionada em sua marmoraria. Todos os sucessores de Joaquim e de Antônio no ramo seriam facilmente capazes de executá-la, mas o jazigo de Dona Francisca Angélica de Moura veio da corte ou da Itália, conforme divulgado em outubro de 1876 no *“Jornal Pharol”*:

PEREIRA & COSTA COM OFFICINA DE MARMORES  
 encarregão-se de fazer todo trabalho, pertencente a sua arte; ou de mandar vir de fóra, da Côrte ou da Itália assim como já se mandou vir o monumento de D. Francisca Angelica de Moura, que está no cemiterio de Juiz de Fóra, e esperamos em breve um sortimento de marmore em bruto e trabalhos já feitos, e desenhos diversos trabalhos para quem quizer escolher; JUIZ DE FORA - RUA DO IMPERADOR.<sup>63</sup>

<sup>63</sup> *Pharol*, 12/10/1876.

Ao observarmos a obra, vemos que se trata de uma representação de uma mãe com um bebê no colo e uma criança junto a ela, de pé, a representação é uma alegoria da caridade. Na base da obra temos inscrições em alto-relevo que trazem informações sobre data de nascimento e de falecimento de Francisca (Figura 10):



Figura 10 – Obra sobre o jazigo de Francisca Angélica de Moura, falecida em 1876; Cemitério Municipal de Juiz de Fora – *Ala Velha*.

Fonte: Foto do Autor – 2013.

Apesar da possível descaracterização que a sepultura sofreu, devido a posteriores inumações de familiares, como podemos observar, a rocha é um mármore de Carrara, o que por si só já demonstra que a matéria-prima foi importada da Itália, mas não sabemos se foi talhada neste país. Porém, é importante destacarmos que, em termos de arte funerária nacional, isso não lhe confere excepcionalidade, uma vez que o uso do mármore italiano era extremamente comum, compondo boa parte das sepulturas de cemitérios pelo Brasil neste período<sup>64</sup>.

Provavelmente, esta marmoraria se beneficiou da chegada da ferrovia a Juiz de Fora, o que aconteceu em 1875. Consideramos que, apesar da rodovia União & Indústria, ligando Juiz de Fora a Petrópolis, ter facilitado em grande medida

<sup>64</sup> Chegou-se a essa conclusão após visitas presenciais ou virtuais entre os anos de 2014/2015 aos cemitérios: Bonfim em Belo Horizonte-MG, Santa Casa e Evangélico em Porto Alegre-RS, São João Batista e Caju no Rio de Janeiro-RJ, São Francisco de Paula em Pelotas-RS e Consolação em São Paulo-SP.

o transporte de produtos e pessoas, é difícil imaginar que, antes da linha férrea alcançar o município, fosse fácil trazer produtos em grande escala, tais como rocha bruta nacional e/ou importada, a qual é frágil e pesada (GIROLETTI, 1988, p. 35). A hipótese também se sustenta no fato de que algumas sepulturas feitas, possivelmente antes de 1875, conforme as referências das inscrições lapidares, foram confeccionadas apenas em cimento.<sup>65</sup>

Através de um levantamento fotográfico de túmulos na *Ala Velha*, feito para esta dissertação, identificamos que muitos jazigos do século XIX não têm o autor da obra. Curiosamente, apenas a sepultura de Francisca Angélica de Moura, a falecida supracitada, contém o nome da oficina de Pereira & Costa e parece ter sido a única obra anunciada por eles também no “*Jornal Pharol*”. Não podemos afirmar, com exatidão, quais outros túmulos foram por eles confeccionados e, por isso, optamos por não lhes atribuir nenhum outro.<sup>66</sup>

Após elencados esses fatos, concluímos que esta oficina deveria comprar quase todas as obras por ela vendidas. Tais trabalhos vinham do Rio de Janeiro e/ou do exterior. Eles ficariam, então, enquanto responsáveis por apenas dar os acabamentos finais e mais simples, como grafar nomes e datas em alto e baixo-relevo, realizar outros detalhes talhados, cortar e colar as peças, entre outros.

Em 1878, Antônio Soares da Costa anunciou que viajaria para a Europa e lá ficaria por período indeterminado e, por isso, gostaria que seus credores lhe procurassem a fim de saldar eventuais dívidas. Antônio também avisa que a parte que lhe cabia no negócio ficaria então toda a cargo de seu sócio Joaquim José Pereira. Após a dissolução da sociedade, encontramos alguns anúncios da marmoraria neste mesmo ano, agora a chamada era: “Joaquim Pereira – Oficina de Mármore”.<sup>67</sup>

Sabemos que a marmoraria funcionou até 1896, pois há registros sobre o negócio no livro de pagamento de Impostos de Indústria e Profissões.<sup>68</sup> Após esse ano, nada mais foi localizado, e não sabemos, assim, se o negócio foi encerrado ou se Joaquim Pereira veio a se mudar de Juiz de Fora ou a falecer.

---

<sup>65</sup> Conforme observamos em visita ao Cemitério Municipal.

<sup>66</sup> Esta análise ficou parcialmente prejudicada porque muitos jazigos foram demolidos, descaracterizados ou vandalizados ao longo dos anos.

<sup>67</sup> *Pharol*, 23/08/1877.

<sup>68</sup> Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1896, pág.106v – registro 63.

### 3.3 Os Italianos e as Marmorarias

#### 3.3.1 Marmoraria Carrara

Se o negócio dos mármore começou nas mãos de dois luso-brasileiros, foram os italianos que o consolidariam, no início do século XX. Desde pelo menos a década 1890, Francesco di Paola Castello tinha marmoraria funcionando na parte baixa da antiga Rua da Imperatriz, hoje Marechal Deodoro.<sup>69</sup> Em 1890, ele fez um de seus primeiros anúncios na imprensa local. Nele afirmou ter vivido uma temporada em Resende, no Rio de Janeiro, antes de se instalar em Juiz de Fora, e que atuava como comerciante de mármore, sendo habilidoso em sua “arte”<sup>70</sup>, além de ter preços módicos.<sup>71</sup>

É possível que tenha vindo para a cidade atraído pelo crescimento econômico e pela localização estratégica enquanto entreposto comercial. O endereço escolhido também se apresenta como uma evidência, uma vez que optou por abrir a marmoraria na Rua Marechal Deodoro, próximo à linha férrea e à praça Dr. João Penido, onde se localizavam inúmeros hotéis no início do século XX (Figura 11). Ademais, é importante destacar que havia relativa falta de concorrência, afinal nesta época só Joaquim Pereira estava no ramo.

Castello, buscando estender seu mercado consumidor, decidiu visitar e anunciar seu trabalho em São João del-Rei/MG, cidade localizada atualmente a 156 km de Juiz de Fora. Num de seus anúncios nessa cidade, Francesco se dizia marmorista/escultor e um trabalhador habilidoso, repetindo, portanto, o modelo de publicidade que já fazia em Juiz de Fora.<sup>72</sup> O marmorista eventualmente publicava no “*Jornal Pharol*”, em Juiz de Fora, o recebimento de matéria-prima diretamente da Itália, como fez em 1895.<sup>73</sup>

---

<sup>69</sup> *Pharol*, 01/05/1890.

<sup>70</sup> Durante o século XIX e nas primeiras décadas do século XX era comum que quaisquer ofícios, fossem artísticos ou não, serem chamados de arte e seus profissionais de artistas.

<sup>71</sup> Apesar dos esforços para se levantarem maiores informações sobre esse imigrante, não sabemos onde nasceu e quando, e que idade tinha quando se mudou para o Brasil.

<sup>72</sup> *Jornal Pátria Mineira*, 20/01/1891.

<sup>73</sup> *Pharol*, 19/10/1895.

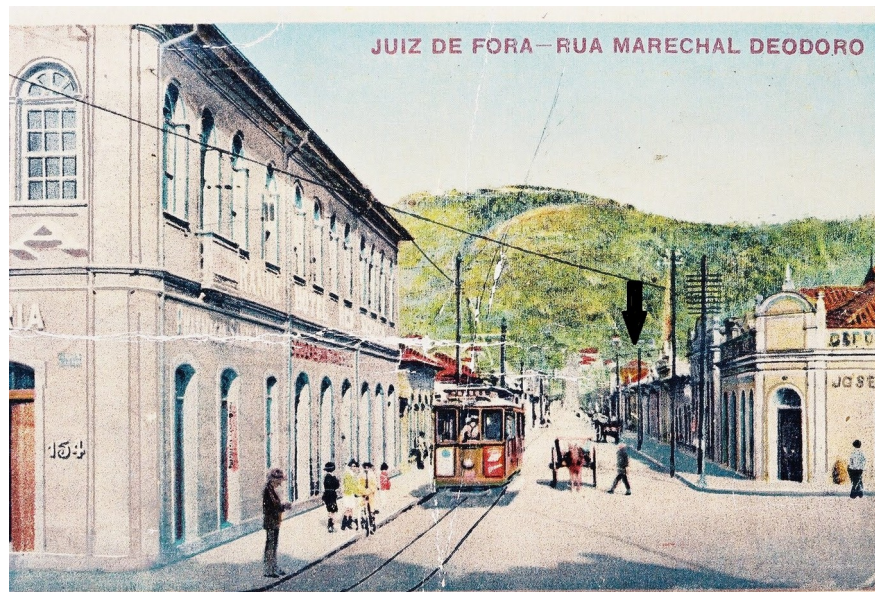


Figura 11 – Xilogravura colorizada da Rua Marechal Deodoro em 1920. A seta indica onde funcionou inicialmente a Marmoraria Carrara. Na esquina, do lado esquerdo há um sobrado (ainda existente) de 2 pavimentos onde ainda funciona o hotel Renascença. Fonte:

<http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com.br/search/label/Ruas%20%20Centrais> Acessado em 08 de janeiro de 2016.

Este artista-artesão contava com apoio de Pio Riolino (Sútrio ou Tolmezzo, 01 de junho de 1879 – Juiz de Fora, 02 de novembro de 1911), imigrante italiano que chegou com seus pais e irmãos a Juiz de Fora em 1892 com 12 anos.<sup>74</sup> Não se sabe se Pio detinha alguma formação técnica, mas presumimos que não, pela pouca idade que possuía quando chegou ao Brasil. Tampouco sabemos como e quando se conheceram, porém é possível que Francesco, necessitando de auxiliares e sem mão de obra especializada na cidade, precisasse treiná-la.<sup>75</sup> Além disso, a existência de festividades étnicas no geral, organizadas pelas sociedades de auxílio mútuo, pode ter favorecido algum encontro (FERENZINI, 2010, p. 90-100).

Junto com Francesco, lidando eventualmente com a gestão do negócio, sobretudo em períodos de ausência deste último, nas diversas vezes em que viajou para outras cidades de Minas e também da Itália, onde negociava a importação de

<sup>74</sup> Pio Riolino chegou em 05/04/1892, sendo um dos únicos marmoristas que provinha de família que se dedicava à agricultura. Passando pela Hospedaria Horta Barbosa localizada em Juiz de Fora. Ver mais em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/imigrantesdocs/photo.php?lid=321> Acessado em 10 de novembro de 2014.

<sup>75</sup> *Pharol*, 07/07/1901.

mármore, temos Alfonso Colucci. Este imigrante era ourives e, ao que tudo indica, homem de confiança de Francesco.<sup>76</sup> Quando Francesco decidiu voltar a viver definitivamente na Itália, por volta de 1903, foi Alfonso quem assumiu o negócio até que o mesmo, por opção de seu antigo proprietário, fosse vendido a Pio Riolino e a Pasquale Senatore, por volta de 1905.<sup>77</sup>

Uma das cidades que Francesco anunciava ter como destino quando viajava para a Itália era Vallo della Lucania, em Salerno, e possivelmente foi lá onde conheceu Pasquale Senatore (Vallo della Lucania, 03 de fevereiro de 1882 – Juiz de Fora, 26 de junho de 1948), imigrante que se associaria ao ex-sócio de Francesco, Pio, anos depois. Sobre Pasquale (Figura 12) pouco sabemos sobre seus antecedentes na Itália, se possuía negócio de mármore neste país ou, ainda, se havia recebido alguma formação em escultura, antes de se mudar para Juiz de Fora.<sup>78</sup>



Figura 12 – Pasquale Senatore com 34 anos em 1916, num anúncio de sua marmoraria no Almanaque Publicitário de Juiz de Fora.

Fonte: Almanack de Juiz de Fora, 1916, p. 50.

Disponível em: Biblioteca Municipal Murilo Mendes, Juiz de Fora.

<sup>76</sup> Alfonso Colucci (1852-1920) era ourives, proprietário da Joalheira Colucci. (PROCÓPIO FILHO, 1979, p.20).

<sup>77</sup> *Pharol*, 05/11/1903.

<sup>78</sup> Pasquale possivelmente já tinha um familiar em Juiz de Fora chamado Raffaele Senatore que tinha uma mercearia na cidade desde 1894. Talvez tenha vindo a chamado desse parente. Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1894, pág.65v – registro 1533.

O que temos de informação é que este marmorista tinha capital para investir e foi o que fez.<sup>79</sup> Junto com Pio, eles deram um novo rumo à arte funerária juiz-forana. Os trabalhos ganharam requinte técnico e aqueles que necessitavam de uma qualidade não disponível localmente, eram importados diretamente da Itália. Foi o que aconteceu com a sepultura da família de Saint-Clair de Miranda Carvalho.

A filha deste abastado agricultor, engenheiro e industrial faleceu em 19 de novembro de 1909.<sup>80</sup> A notícia do falecimento da jovem, que só tinha 13 anos na época, foi anunciada por vários dias no “*Jornal Pharol*”, inclusive o cortejo fúnebre e o sepultamento contaram com a presença de Pasquale Senatore.<sup>81</sup> A família não poupou recursos financeiros e mandou, através da marmoraria Carrara, encomendar a obra da “*Ditta dei Arrighini*”<sup>82</sup> em Pietrasanta, com a própria falecida esculpida em duas obras de tamanho natural. Ademais, foram encomendados, para compor o projeto da sepultura, dois anjos e também uma placa em bronze com um poema do literato local Lindolpho Gomes<sup>83</sup> (Figura 13).

---

<sup>79</sup> Chegamos a esta conclusão por, logo após chegar a Juiz de Fora, Pasquale já ter firmado sociedade com Pio Riolino.

<sup>80</sup> De acordo com inscrição lapidar da sepultura.

<sup>81</sup> *Pharol*, 20/11/1909.

<sup>82</sup> *Pharol*, 12/12/1909.

<sup>83</sup> Oficina de esculturas em mármore foi inaugurada em 1870 por Nicola Arrighini e filhos. A oficina frequentemente recebia trabalhos terceirizados por outras. O negócio ainda se encontra em funcionamento. Mais informações disponíveis em: <http://www.museodeibozzetti.it/assets/files/mdb/collezione/artisti/s001451.php>; Acessado em 10 de fevereiro de 2015.



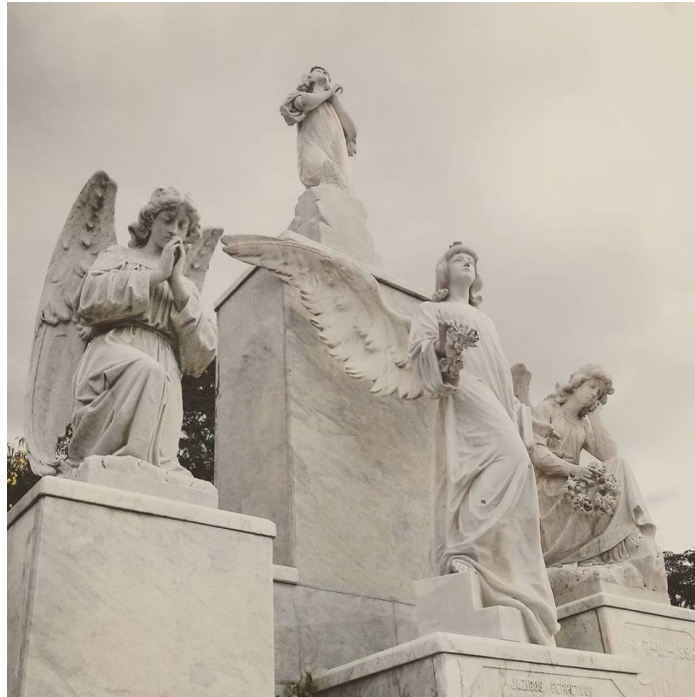


Figura 13 – Jazigo da Família de Saint-Clair José de Miranda Carvalho com sua filha Ilva Tostes de Miranda Carvalho no centro e no topo. Nas laterais há dois anjos.

Fonte: Foto do Autor – 2015.

Como já previamente justificado, não aprofundaremos em detalhes numa análise de motivos e de significados dessa obra ou de outras, uma vez que buscamos aqui evidenciar o aperfeiçoamento da marmoraria Carrara, ao longo do tempo, e talvez, por isso, tenha funcionado de 1890 a 1948, com relativa estabilidade em Juiz de Fora.

Em 1911, com pouco mais de 32 anos, o jovem Pio Riolino veio a falecer, após alguns dias gravemente doente.<sup>84</sup> Foi a partir desse momento que Pasquale Senatore se tornou o único dono do negócio. Certamente Pasquale contava com auxiliares, mas, devido à falta de registros, não sabemos precisamente quem eram, qual sua capacitação e quantos eram. Mas o negócio teve grande êxito, pois mesmo sem Pio, Carrara foi responsável por inúmeras construções de jazigos no Cemitério Municipal de Juiz de Fora. A oficina também esteve conectada à construção civil tendo vendido mármores para as obras do edifício Cathoud em Juiz de Fora.<sup>85</sup>

<sup>84</sup> *Pharol*, 03/11/1911.

<sup>85</sup> *Diário Mercantil*, 30/05/1936.

Em 1927, os registros dessa marmoraria, no livro de impostos municipais de indústria e profissões, cessaram, sendo este imposto obrigatório para o funcionamento de qualquer negócio, de modo que supusemos a interrupção do funcionamento da oficina.<sup>86</sup> Contudo, em 1931, Oreste Picorelli surgiu como responsável pela marmoraria Carrara, então reaberta.<sup>87</sup> Em 1934, Pasquale reassumiu o negócio que funcionou, até seu falecimento em 1948, na Rua Fonseca Hermes, nº 65 – Centro de Juiz de Fora<sup>88</sup> (Figura 14).



Figura 14 – Neste conjunto, onde há um painel em azul ocultando a fachada de uma loja, funcionou como último endereço da Marmoraria Carrara, que encerrou as atividades em 1948.

Fonte: Foto do Autor – dezembro de 2015.

A morte de Pasquale, em 1948, marcou o fim de uma vida dedicada quase que exclusivamente a um único ofício. O fato de ter sido maçom, assim como filiado e, algumas vezes, presidente de sociedades de mútuo socorro de italianos e ítalo-brasileiros em Juiz de Fora, pode ter contribuído consideravelmente para seu sucesso profissional, através do prestígio que alcançava, algo que, aliado à qualidade dos trabalhos, garantia a confiança do mercado consumidor.<sup>89</sup>

<sup>86</sup> Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1927, pág.133v – registro 101.

<sup>87</sup> Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1931, pág. 88v – registro 2616.

<sup>88</sup> *Diário Mercantil*, 27 de Fevereiro de 1939.

<sup>89</sup> Existe um pedido de encerramento em 1948.

Disponível em: [http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/login.jsp?josso\\_back\\_to=http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/certidaoweb/josso\\_security\\_check#buscaEmp](http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/login.jsp?josso_back_to=http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/certidaoweb/josso_security_check#buscaEmp)

### 3.3.2 Marmoraria São José e A Edificadora

Giuseppe Antonio Scarlatelli (Messina, 21 de julho de 1855 – Belo Horizonte, 1927) e seus filhos Michele (Palmi, 03 de junho de 1886 – Juiz de Fora, 15 de setembro de 1916), Giovanni (Messina, 18 de julho de 1891 – Belo Horizonte, 1938) e Donato (? – Juiz de Fora, 26 de maio de 1964) foram marmoristas e construtores que atuaram em Juiz de Fora e Belo Horizonte no início do século passado. No livro de impostos municipais de indústria e profissões, em meios aos registros constam, entre 1895 a 1897, os pagamentos de Giuseppe na cidade, mas nesse momento enquanto dono de um botequim e de uma mercearia.<sup>90</sup>

Nos registros de 1900 a 1902, encontramos o nome de Giuseppe Antonio Scarlatelli novamente, mas aparecendo como construtor e marmorista com oficina instalada na Rua Halfeld – Centro.<sup>91</sup> Apesar destes dados, sabemos que Giuseppe havia-se mudado para a capital mineira em 1901, para ali instalar também uma oficina de mármore (ALMEIDA, 2007, p. 215).

Um de seus quatro filhos, Michele Scarlatelli, abriu um negócio de mármore, a marmoraria São José, em Juiz de Fora, na Rua Halfeld, nº 87 – Centro, em 1908. É provável que pai e filho quisessem se fazer presentes nas duas cidades, pois ofereciam as melhores condições de mercado consumidor em Minas Gerais, uma vez que Juiz de Fora era um importante centro cafeeiro, comercial e industrial e Belo Horizonte, a recém-inaugurada capital, oferecia todas as oportunidades.

Sabemos que Giuseppe já era escultor/entalhador quando se mudou para o Brasil trazendo sua esposa Maria Arena Scarlatelli (? – Belo Horizonte, 21 de novembro de 1903) e seus filhos Michele, Giovanni e Donato. Porém, como Michele veio muito jovem para o país, supusemos que tenha aprendido o ofício com o pai já vivendo no Brasil, onde primeiramente teriam residido no Espírito Santo (ALMEIDA, 2007, p. 215).

---

[resaEnd](#) Acessado em dezembro de 2015.

<sup>90</sup> Livro de Impostos Municipais de Indústria e Profissões, 1895, pág. 99v – registro 1400; *ibid*, 1897, pág. 9v – registro 411.

<sup>91</sup> Livro de Impostos Municipais de Indústria e Profissões, 1900, pág. 52v – registro 1087.

Contudo, apesar de a marmoraria São José ter de enfrentar a concorrência da Carrara, que já existia há quase duas décadas, os Scarlatelli conseguiram importantes trabalhos (exemplo disponível na Figura 15), como a encomenda de túmulos de setores abastados da elite juiz-forana. Michele atuou por pouco tempo na cidade devido à sua morte prematura, que ocorreu em 1916.<sup>92</sup>



Figura 15 – Jazigo de Bernardo Mascarenhas e família construído por Michele Scarlatelli. *Ala Velha* – Cemitério Municipal de Juiz de Fora.  
Fonte: Foto do Autor – 2014.

Após a morte do marmorista, o negócio ficou até 1920 sob a gestão de sua esposa Carmela Merchessi Scarlatelli (?, 12 de dezembro de 1889 – Juiz de Fora, 20 de outubro de 1965).<sup>93</sup> Em seguida, no segundo semestre de 1920 constam como responsável pelos pagamentos de impostos municipais o nome Giuseppe Antonio Scarlatelli novamente.<sup>94</sup> Ele ficou a cargo do negócio até 1924, quando seu filho Giovanni Scarlatelli assume, agora possivelmente com participação financeira

<sup>92</sup> De acordo com a inscrição lapidar de sua tumba que se encontra na *Ala Velha* do Cemitério Municipal.

<sup>93</sup> Os registros de 1917 e 1918 ainda constam como Miguel Scarlatelli como responsável pelo negócio. Atribuímos a isso eventuais dificuldades de transferência do nome do proprietário por conta do inventário e da divisão de bens que costumavam demorar para serem concluídos. Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1917 pág. 164v registro– 158; 1918, pág. 44v registro – 272; 1919, pág.147v registro – 166; 1920, pág. 3v registro – 157.

<sup>94</sup> Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1920 pág. 70v – registro 641; 1922, pág. 47v – registro – 391; 1923, pág. 178v registro – 386.

de sua esposa, Zilda Procópio Rodrigues Valle, filha de um abastado comendador com quem se casou em 18 de junho de 1921.<sup>95</sup>

Ao que tudo indica foram eles, Giovanni e Zilda (Figura 16), junto com seu irmão e cunhado Donato Scarlatelli, os que estenderam o negócio transformando-o também em serraria, mudando seu nome para “A Edificadora”.<sup>96</sup>



Figura 16 – Giovanni e Zilda numa foto para álbum de casamento. Provavelmente em 1921.

Fonte: Acervo Pessoal Rodrigo Scarlatelli.

A oficina obteve grande êxito de acordo com Rodrigo Scarlatelli, neto de Giovanni. Sabemos que contava com muitos funcionários, de acordo com os processos a que teve de responder por causa de acidentes de trabalho.<sup>97</sup> Funcionou até por volta dos anos de 1950, quando foi desativada.<sup>98</sup> O tamanho e a efetiva participação de Donato no negócio são desconhecidos, mas sabemos que trabalhava na oficina desde alguns anos antes do falecimento de Giovanni

<sup>95</sup> Conforme o registro de casamento civil.

<sup>96</sup> Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1924, pág. 61v – registro 305.

<sup>97</sup> Registro de Processos trabalhistas da Justiça do Trabalho de Juiz de Fora, ano 1935, processo 200.

<sup>98</sup> Conforme consulta ao acervo da JUCEMG.

Disponível em: [http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/login.jsp?josso\\_back\\_to=http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/certidaoweb/josso\\_security\\_check#buscaEmpresaEnd](http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/login.jsp?josso_back_to=http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/certidaoweb/josso_security_check#buscaEmpresaEnd) Acessado em dezembro de 2015.

Scarlatelli, em 1938. Um dos possíveis funcionários desta marmoraria foi Lino Soranzo, trabalhador que em pouco tempo conseguiria abrir o seu próprio negócio.

### 3.3.3 Marmoraria Brasil

A marmoraria Brasil, também conhecida como “Marmoraria Soranço”<sup>99</sup>, foi aberta em 1921, na atual Rua Santa Rita, 66 – Centro, em Juiz de Fora.<sup>100</sup> Supusemos que tenha começado com estrutura e recursos ainda modestos, pois se localizava numa rua fora do eixo tradicional das marmorarias da cidade, isto é, Rua Halfeld – Marechal Deodoro – XV de Novembro, todas no centro da cidade. O negócio se iniciou como a possibilidade de um futuro melhor para Lino e sua esposa Giovana Tirapani Soranzo (Ravena, 13 de junho de 1892 – Juiz de Fora, 21 de fevereiro de 1974), que eram casados desde 17 de junho de 1913, e, nessa época, já tinham alguns de seus muitos filhos.<sup>101</sup>

São escassas as informações sobre as origens e sobre os primeiros anos de Lino Soranzo (Gênova, 03 de julho de 1891 – Juiz de Fora, 17 de agosto de 1974), tanto na Itália quanto no Brasil. Sabemos através de consulta aos registros de entrada de imigrantes na Hospedaria Horta Barbosa em Juiz de Fora, que uma família de sobrenome Soranzo havia se hospedado ali em 22 de julho de 1891. No entanto, não temos conhecimento se Olivio, sua esposa Santa e seus filhos Gio Batta e Maria – a família registrada – tinham qualquer grau de parentesco com Lino.<sup>102</sup>

Contudo, considerando este sobrenome pouco comum em Minas e ainda que estes imigrantes costumavam chamar parentes uma vez instalados, é possível que Lino tenha vindo por essa razão. O que sabemos sobre Lino é que inicialmente

---

<sup>99</sup> O sobrenome Soranzo foi aporuguesado para Soranço. Contudo, por fidelidade às fontes e por se tratar de um italiano, optamos por chamar esta família pela grafia original.

<sup>100</sup> Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1921, pág. 163v – registro 2499.

<sup>101</sup> De acordo com informações extraídas da inscrição lapidar da família Soranço que se encontra enterrada em uma mesma sepultura na *Ala Velha* do Cemitério Municipal de Juiz de Fora.

<sup>102</sup> Consultado em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/imigrantesdocs/photo.php?lid=321>  
Acessado em 10 de novembro de 2014.

teria trabalhado numa fazenda de café, num antigo distrito de Juiz de Fora, hoje a cidade de Santana do Deserto<sup>103</sup> e que era alfabetizado desde jovem.<sup>104</sup>

Tempos depois, em busca de uma vida melhor, mudou-se para Juiz de Fora e começou a trabalhar com Pasquale Senatore ou os Scarlatelli em sua oficina de mármore e ali teria aprendido o ofício. Acreditamos, nesse caso, que tenha sido para os Scarlatelli, pois a compra de material para iniciar o próprio negócio coincide com o período turbulento na marmoraria dos Scarlatelli, após o falecimento de Michele.<sup>105</sup>

Salientamos, novamente, a dificuldade de encontrar mão de obra especializada no Brasil para o ofício de artista-artesão em materiais pétreos. A região de Juiz de Fora, assim como outras, não tinha tradição na formação deste profissional, talvez por isso fosse comum que os profissionais habilitados buscassem jovens conterrâneos na Itália e nas colônias de imigrantes visando treiná-los ou aperfeiçoá-los.

Era necessário, antes de executar serviços para a clientela exigente, “aprender fazendo” (BORGES, 2002, p. 64-66). Essa possibilidade é plausível para explicar o envolvimento de Lino no ofício, uma vez que, até onde sabemos, ele não dispunha de formação adquirida na Itália. A marmoraria Brasil foi a única que sobreviveu às gerações e, hoje, dividida em duas, segue ativa por duas linhagens de descendentes em endereços diferentes.<sup>106</sup>

A mudança do endereço inicial da rua Santa Rita para a Osório de Almeida, antiga rua do Cemitério, se deu a fim de ficar próximo do principal alvo dos marmoristas, o cemitério. Aliás, isso teria acontecido em 1924, após dois anos de funcionamento.<sup>107</sup> Ademais, o bairro também concentrava grande número de imigrantes italianos que trabalhavam na construtora de Pantaleone Arcuri & Spinelli, e em outros negócios, o que pode ter servido como mais uma motivação.<sup>108</sup>

<sup>103</sup> Conforme entrevista concedida pessoalmente com Carlos Soranço dono da marmoraria Soranço em outubro de 2015.

<sup>104</sup> *Pharol*, 13/11/1910.

<sup>105</sup> As memórias se confundem nesse ponto. Carlos Soranço alega que Lino deve ter comprado ferramentas para começar o negócio com os Scarlatelli. Luís Carlos Soranço alega que começou após trabalhar com Pasquale Senatore.

<sup>106</sup> Funcionam respectivamente na Avenida Brasil, 852 – Poço Rico/Juiz de Fora a que pertence a Luís Carlos Soranço. A segunda, na Avenida Juscelino Kubitschek, 1053 – Jóquei Clube/Juiz de Fora a pertencente a Carlos Soranço.

<sup>107</sup> Livro de Indústria e Profissões, 1924, pág. 243v, registro 33.

<sup>108</sup> O próprio Lino residia na Rua da Bahia, 65; conforme entrevista concedida pessoalmente com

Lino Soranzo, junto com sua esposa e os filhos (Figura 17), se envolveu ativamente no negócio, sendo responsável por inúmeros trabalhos na cidade.<sup>109</sup> Os registros de reformas/construções de sepultura<sup>110</sup> e os registros contábeis da marmoraria demonstram grande organização e mercado consumidor.<sup>111</sup> Cada um dos filhos de Lino tinha uma função dentro da marmoraria que ia de escultor a motorista de caminhão. No entanto, era comum a este ramo que, quando necessário, eventualmente um funcionário desempenhasse função diversa da qual era contratado.<sup>112</sup>



Figura 17 – Lino, Giovana e família. Provavelmente década de 1920.  
Fonte: Acervo Pessoal Luís Carlos Soranço.

Carlos Soranço dono da marmoraria Soranço em outubro de 2015.

<sup>109</sup> Em visita ao Cemitério Municipal de Juiz de Fora e Paróquia Nossa Senhora da Glória/Confissão Luterana em janeiro de 2016, localizou-se mais de 30 trabalhos da marmoraria Brasil, sendo 25 no primeiro cemitério e 5 no segundo. Contudo, está é apenas uma estimativa pontual inicial, uma vez que como não foi feito um levantamento de todas as sepulturas, certamente devendo haver outras mais.

<sup>110</sup>AHPJF - FCMRN – 1930/47 – Documentos do Cemitério – Série 28 – Requerimentos de particulares relativos a obras (colocar dizeres, reformas, construção de canteiros – 1931/34/35).

<sup>111</sup> Não se cruzaram os dados disponíveis nesses livros contábeis e a documentação do cemitério, pois para tal, seria importante a produção de um inventário. A documentação aponta que inicialmente foram autorizadas 70 sepulturas pela administração para serem edificadas ou reformadas pela marmoraria Brasil.

<sup>112</sup> Conforme entrevista concedida pessoalmente com Carlos Soranço dono da marmoraria Soranço em Outubro de 2015.



Dos filhos de Lino e de Giovana, quem confirmadamente tinha função de artista-artesão é Luiz Soranzo (Juiz de Fora, 23 de julho de 1914 – idem, 18 de março de 1993). Apesar de não dispor de formação acadêmica como artista, Luiz foi discípulo de César Turatti, que era até então uma das referências das artes na cidade, sendo um dos líderes e professores do Núcleo Antonio Parreiras de Juiz de Fora. César havia realizado curso na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro e junto com outros artistas com ou sem formação acadêmica, buscavam um local em Juiz de Fora onde pudessem expor trabalhos e formar novos profissionais e aprimorar talentos. (AMARAL, 2004, p. 113).

Como Luiz tinha grande interesse pelas artes e, concomitantemente ao ofício de trabalhador na marmoraria do pai, realizava cursos na sociedade e conseguia participar de exposições artísticas, como a do Centenário de Juiz de Fora, momento em que expôs trabalho na seção de desenho e na de escultura. Além disso, contou com obras expostas no Salão Nacional de Belas Artes, realizado no Rio de Janeiro, além de uma no Salão Municipal da Sociedade de Belas Artes Antônio Parreiras (AMARAL, 2004, p. 107).

Esta marmoraria, assim como possivelmente as outras, contava com obras em exibição na sede e tais trabalhos serviam de amostra para os clientes. Presumimos, mesmo antes do levantamento de fontes, que eles utilizavam esboços e/ou fotografias como forma de ilustração para os clientes.<sup>113</sup> No caso da marmoraria Brasil, havia ao menos três catálogos que serviam de demonstração dos trabalhos que a família Soranzo podia ou havia realizado.

No catálogo 1, conforme podemos observar, o sepulcro de Cândido Tostes servia de “atestado de qualidade” (Figura 18). Porém, neste caso, apesar de o projeto ter sido realizado pelos Soranzo, a sepultura encomendada pela municipalidade, foi completada com obras importadas da oficina dos Arrighini em Pietrasanta – Itália<sup>114</sup>, ao passo que a sua estruturação ficou a cargo de Lino e de seus filhos.<sup>115</sup>

---

<sup>113</sup> As suposições se concretizaram após doação de três álbuns que serviam como ilustração de trabalhos de Carlos Soranço para o autor desta dissertação.

<sup>114</sup> Conforme consta inscrito na sepultura.

<sup>115</sup> Não se sabia quem havia executado a sepultura até doação do álbum pela família. Pois apesar de haver inscrição nas obras apontando a Oficina dos Arrighini em Pietrasanta, sabíamos que estes não foram os responsáveis oficiais, mas intermediários.

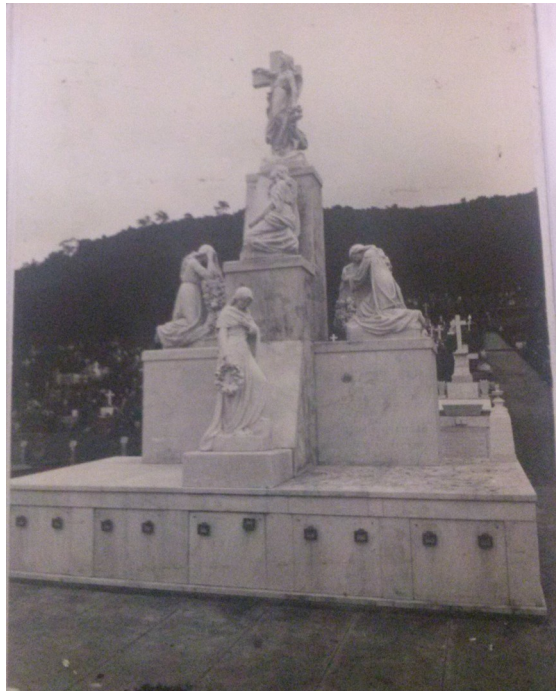


Figura 18 – Fotografia do Catálogo da Marmoraria Brasil – Jazigo de Cândido Tostes e Família – Cemitério Municipal de Juiz de Fora – *Ala Nova*, s/ data.  
 Fonte: Catálogo 1 – Acervo Família Soranzo – Foto do Autor – 2016.

O que observamos é que junto com as obras, que foram de fato executadas pelos Soranzo, havia imagens de dezenas de obras de outros marmoristas/escultores que tinham seus negócios no Brasil (Figura 19).



Figura 19 – Fotografia no Catálogo da Marmoraria Brasil – Jazigo desconhecido. Obra localizada possivelmente no Cemitério Público de Ribeirão Preto. Marmorista J. Martins, s/ data.

Fonte: Catálogo 1 – Acervo Família Soranzo – Foto do Autor – 2016.

As obras de arte funerária costumam ser muito repetitivas e algumas vezes cópias fidedignas de outros modelos. Assim, o catálogo servia como modelo ilustrativo das novidades e das tendências desse mercado e, por isso, a gosto do cliente, uma obra poderia ser totalmente reproduzida, ser parcialmente encomendada ou, ainda, ser adaptada a novas disposições em um projeto mais exclusivo.

Nos catálogos, também foi possível observar as mudanças estéticas ocorridas ao longo do tempo. De um discurso de morte romântica, inserido no ecletismo arquitetônico, com obras feitas majoritariamente em mármore de Carrara, aos poucos percebemos a mudança para o geometrismo e para formas retas do Art Déco, combinado à utilização de materiais nacionais, como o bronze, mármore brasileiros, granito, além de outras rochas nacionais.

Foi a partir da década de 1930, devido às próprias mudanças do gosto estético e, em consequência da crise econômica, que o uso de materiais importados e, portanto, mais caros, lentamente perdeu força nos cemitérios brasileiros (BORGES, 2002, p. 292). O mesmo pode ser observado em Juiz de Fora que, com a inauguração da *Ala Nova* do Cemitério, em 1925, possui neste lado praticamente todas as sepulturas em materiais nacionais. Do límpido branco mármore de Carrara houve transição para os tons escurecidos do bronze, do mármore negro e do granito preto nacional. Lino, por ter vivido e estado no ofício até seu falecimento, em 1974, acompanhou de perto essas mudanças.

A partir daí, o negócio seguiu nas mãos dos filhos e dos netos, mas hoje os que se dedicam à marmoraria tiveram de migrar para a construção civil, uma vez que o mercado de arte funerária foi experimentando um rápido declínio na cidade, em especial a partir dos anos 1970/80. A inauguração do cemitério jardim Parque da Saudade, adotando o modelo de sepultura rasa em um vasto campo gramado, trouxe um grande impacto, ocasionando aos poucos a “falência do modelo anterior”. Os marmoristas, portanto, tinham de se adequar às mudanças ou encerrarem o negócio.

Por fim, é importante lembrar que a marmoraria Brasil também foi responsável pela confecção de monumentos públicos espalhados pela cidade, como o monumento dedicado ao poeta e navegador português, Luís Vaz de

Camões, no parque Halfeld em Juiz de Fora. A obra foi ali disposta para homenagear os imigrantes portugueses que viviam na cidade.

### 3.3.4 Natale Frateschi e Filhos, Casa São Pedro e Irmãos Frateschi

Natale Frateschi nasceu em Lucca – Toscana, em 1868, e chegou a São Paulo em 1897. No ano seguinte, ele abriu sua marmoraria em Franca/SP, onde ficou por 22 anos (RUGGIERO, 2014, p. 88). Nesta cidade, realizou alguns trabalhos para o Cemitério da Saudade como no exemplo da (Figura 20).



Figura 20 – O marmorista Natale Frateschi esculpiu Marietta Villela Luz, de forma idealizada e sensual de acordo com os valores do Art Nouveau. Cemitério da Saudade, Franca – SP.

Fonte: <http://www.artefunerariabrasil.com.br/cemiteriosBrasileiros.php?estado=S%C3o%20Paulo%20-%20SP&cidade=Franca&cemiterio=Cem.%20da%20Saudade&pg=historia>

Em 1903, têm-se notícias de sua presença em Minas Gerais, na cidade de Uberaba, localizada a 727 km de Juiz de Fora, na região do Triângulo Mineiro. Possivelmente, o marmorista foi a esta cidade com o propósito de vender parte de seus trabalhos produzidos em Franca.<sup>116</sup> Não conseguimos averiguar o porquê de sua mudança para Juiz de Fora, nem quando esta aconteceu; sabemos que abriu o

<sup>116</sup> *Pharol*, 15/09/1903.

negócio nesta nova cidade em 1926. Inicialmente, Natale contava com seus filhos e outros auxiliares como Osídio, que, além de seu genro, era escultor e tinha diversos trabalhos espalhados por cidades do Brasil e possivelmente em Juiz de Fora.<sup>117</sup>

A marmoraria, que teve muitos nomes entre eles “Casa São Pedro”, tem trabalhos espalhados pelos cemitérios de Juiz de Fora e em edificações, como os altares da Igreja da Paróquia de São Mateus, em Juiz de Fora.<sup>118</sup> Esta marmoraria incumbiu-se também da edificação de monumentos. Natale Frateschi faleceu em 1937 e deixou nove filhos, alguns residentes em Juiz de Fora e outros nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Destes filhos, destacaremos os que estavam envolvidos na marmoraria do pai ou no ramo dos mármore em outras localidades. Eram eles: Álvaro Frateschi (escultor em São Paulo/SP), Dosolina Frateschi Odisio<sup>119</sup>, Sylvandio (ou Sylvano) Frateschi e Galileu Frateschi (ambos residentes em Juiz de Fora e trabalhadores no negócio do pai em Juiz de Fora, sendo que o primeiro tinha 28 anos e o segundo 26 anos, na época).<sup>120</sup>

Como Natale não deixou testamento, foi necessário fazer um inventário de seus bens para a divisão da herança, algo que já havia sido previamente iniciado, pois sua esposa havia falecido poucos anos antes. O inventário, além de arrolar e propor a divisão dos bens, visava ao pagamento dos credores. Nesse processo civil, há grande riqueza de detalhes, em especial o detalhamento dado aos bens que existiam na marmoraria, tais como ferramentas, mobiliário. Estes objetos somavam a quantia de 28:415\$000. As obras prontas, somada à matéria-prima existente na marmoraria, somavam um total de 28:894\$100 réis.<sup>121</sup>

Não aprofundaremos maiores detalhes sobre o desenrolar do processo de divisão de bens, mas é importante frisar que seus filhos, Sylvandio e Galileu, ficaram responsáveis por tocar o negócio, que funcionou em seguida com o nome fantasia “Irmãos Frateschi”, e se manteve assim até por volta dos anos 1970. No cemitério, podemos identificar um trabalho da primeira fase da marmoraria (Figura

---

<sup>117</sup>Inventário 1937, cx 249/87º processo.

<sup>118</sup>Ibid.

<sup>119</sup>Sua filha, até onde se sabe, não era marmorista ou escultora, mas a mencionamos porque foi casada com Agostinho Odisio, escultor que trabalhou para Natale e tem trabalhos por várias cidades do Brasil. Eles residiam na época do falecimento em Juazeiro/CE.

<sup>120</sup>Inventário 1937, cx 249/87º processo.

<sup>121</sup>Ibid.

21), quando Natale ainda estava vivo, além de um trabalho executado por seus filhos (Figura 22).



Figura 21 – Jazigo de Ary e Eduardo confeccionado por Natale Frateschi e Filhos  
*Ala Velha* – Cemitério Municipal de Juiz de Fora.  
Fonte: Foto do Autor – 2013.



Figura 22 – Jazigo da Família Teixeira confeccionado pelos Irmãos Frateschi  
*Ala Velha* – Cemitério Municipal de Juiz de Fora.  
Fonte: Foto do Autor – 2013.

A marmoraria mudou de endereço, deixando o inicial na Rua Osório de Almeida, nº150 – Poço Rico, para funcionar na Rua Pinto de Moura, nº15, também no Poço Rico. Em tese, essa mudança não representou grande alteração, uma vez

que este endereço também se localizava nas adjacências do Cemitério Municipal, mais precisamente de frente para o mesmo.<sup>122</sup>

A oficina, durante seu longo período de funcionamento, junto com a marmoraria Brasil, recebeu pedidos de muitos serviços. Esta afirmação se baseia no fato de ter-se incumbido de inúmeros monumentos, ainda existentes nos cemitérios de Juiz de Fora. A qualidade final dos trabalhos e a diversificação dos mesmos certamente contribuíram para a manutenção do negócio, fazendo das marmorarias dos Frateschi e dos Soranzo empresas muito ativas e grandes concorrentes. Por fim, vale lembrar que os Frateschi foram os responsáveis por monumentos públicos espalhados pela cidade.<sup>123</sup>

### 3.3.5 Escultores, construtores e outros “marmoristas”

Em meio ao levantamento de nomes de marmoristas e responsáveis por esculturas em Juiz de Fora, encontramos alguns nomes que merecem ao menos a devida menção neste trabalho. Ainda no século XIX, na edição do “*Jornal Pharol*” de 12 de junho de 1883, há um anúncio publicitário de Pedro Galli (ou Gally). Nesta publicidade, Pedro se apresenta como marmorista com negócio instalado na Rua Halfeld e capaz de realizar quaisquer trabalhos referentes ao ofício, fossem lavatórios, mesas ou obras para cemitério. O marmorista alegava ter preços iguais aos praticados na corte.<sup>124</sup>

Francesco Notaroberto e também a empresa Corrêa & Correa aparecem no Almanack de Propaganda Nacional, publicado no Rio de Janeiro, como marmoristas<sup>125</sup>, ainda que nos registros de impostos de indústria e profissões só conste o italiano Francesco Notaroberto, e referido como profissional da construção

<sup>122</sup> Conforme observamos nas novas placas de identificação de autor de sepultura que esta marmoraria começou a fixar nos trabalhos.

<sup>123</sup> Conforme observamos nas placas indicativas do momento ao exército, localizado na Praça do Riachuelo, centro – Juiz de Fora.

<sup>124</sup> *Pharol*, 12/05/1883.

<sup>125</sup> O almanaque funcionava como um livro de classificados onde produtos e prestadores de serviços se anunciavam. Contudo, existem muitos erros, sobretudo em relação aos nomes. Supusemos que estes profissionais talvez constassem como marmoristas por erro de edição. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro – 1891-1940. Ed A00065, pág. 3367.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=36893&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Acessado 8 em janeiro de 2016.

civil.<sup>126</sup> É possível que, eventualmente, tenham-se encarregado de alguma(s) sepultura(s), mas nenhuma foi localizada com sua assinatura e tampouco localizamos, entre as fontes documentais do cemitério, sua menção. Encontramos, no registro de impostos de indústria e profissões, o nome de Vital Lazaroti como marmorista, mas somente no ano de 1899.<sup>127</sup>

Como não foi possível ler todas as edições do “*Jornal Pharol*” devido ao imenso número de edições existentes, contamos apenas com o instrumento de busca do site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional para averiguar a existência dos registros. Contudo, sobre Pedro Galli, após a inserção de seu nome no campo de busca, nada foi encontrado após os registros de publicidade em junho de 1883. Sobre Francesco Notaroberto, nada foi encontrado que mencionasse seu trabalho enquanto marmorista, assim como os demais. Portanto, não foi possível saber por quanto tempo estes “marmoristas” estiveram ativos na cidade e como isto ocorreu.

Giuseppe Caporali (Codigoro, ? – Juiz de Fora, ?; Figura 23) foi maçom, escultor e prestou inúmeros serviços para os donos das marmorarias juiz-foranas, assim como para construtoras locais (CHRISTO, 2000, p. 148). Entre seus principais trabalhos, há alguns monumentos localizados no Parque Halfeld, praça no centro da cidade de Juiz de Fora.



Figura 23 – Reunião de festividades da comunidade italiana em Juiz de Fora no ano de 1904. Giuseppe Caporali é o penúltimo sentado à direita  
Fonte: *O lince*, novembro de 1959.

<sup>126</sup> Livro de Impostos de Indústria e Profissões 1901, pág. 62v – registro 418.

<sup>127</sup> Livro de Impostos de Indústria e Profissões 1899, pág. 123v – registro 139.



À Caporalli coube a execução de monumentos públicos como o busto do poeta Oscar Gama (Figura 24) e o monumento dedicado a Francisco Mariano Halfeld (Figura 25), ambos no Parque Halfeld.



Figura 24 – Monumento em homenagem ao Coronel Francisco Mariano Halfeld inaugurado em 1905 na praça homônima. Autor Caporalli – Ano 1905.  
Fonte: Fotografia do Autor – 2015.



Figura 25 – Busto em homenagem ao poeta Oscar Gama instalado no Parque Halfeld em 1903. A escultura ficou a cargo da Marmoraria Carrara que, por sua vez contratou os serviços de Caporalli.  
Fonte: Fotografia do Autor – 2015.

Para o Cemitério Municipal, não sabemos confirmadamente se executou algum trabalho, contudo, por ser prestador de serviço da Companhia Construtora Pantaleone Arcuri & Spinelli e de outras marmorarias da cidade, a suspeita não pode ser totalmente descartada. Não foi possível localizar informações precisas sobre sua vida privada; sabemos apenas que faleceu em Juiz de Fora em data desconhecida. É sabido também que tinha formação artística e que era viúvo de Corina Bernadelli desde 1904, quem lhe deixou três filhos pequenos.<sup>128</sup>

Outros nomes constam nos bancos de dados de Registro de Imigrantes como marmoristas, escultores e similares. São eles: Giuseppe Bertochi, nascido em Pontremoli, em 1885, e que estava na cidade desde pelo menos 1907; Lorenzo Fatica, nascido em Campobasso, em 1875, e que estava em Juiz de Fora desde ao menos 1898. Sobre estes, devido à escassez de dados, não conseguimos averiguar maiores informações.<sup>129</sup>

Encontramos também a referência a Campos Silva, em 1936, enquanto arquiteto com pessoa jurídica no Rio de Janeiro, mas com possível representação em Juiz de Fora.<sup>130</sup> Ele, ou sua equipe, foram responsáveis por alguns túmulos, mas em número reduzido comparado aos demais marmoristas locais. Além disso, sabemos que algumas construtoras locais terceirizavam a confecção de sepulturas, como fez a construtora de Pantaleone Arcuri & Spinelli, responsável pelo jazigo do Barão de Cataguases.<sup>131</sup>

A construtora utilizou ladrilhos hidráulicos na sepultura, mas encomendou, de um marmorista na Rua d'Ajuda no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, o busto e alguns elementos decorativos em mármore de Carrara.<sup>132</sup> E, ainda, encontramos referências a J.F Oliveira, na Rua General Polydoro – Rio de Janeiro, num jazigo da família Sarmento.<sup>133</sup> Não localizamos fontes que esclarecessem a presença desse marmorista ou se tinha representação na cidade. Por último, encontramos o nome E. Cresta, Rua d'Ajuda, Rio de Janeiro, em uma sepultura. Tal como os anteriores, nenhuma informação foi localizada.

<sup>128</sup> Inventário cx 256B, ano 1905.

<sup>129</sup> Estas informações foram colhidas no Registro de Imigrantes da Zona da Mata Mineira – Setor de Memória – Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

<sup>130</sup> Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1936, livro 2, 146v, registro s/n.

<sup>131</sup> Conforme placa indicando autoria fixada na sepultura.

<sup>132</sup> Conforme consta na própria sepultura.

<sup>133</sup> Conforme inscrição na base da sepultura.

Por fim, Giuseppe Abramo (Figura 26), nascido em 31 de julho de 1900, era natural de Salerno e estava em Juiz de Fora desde ao menos 1923, quando temos notícia de uma compra de um terreno nas imediações da rua Paula Lima em Juiz de Fora. Em 1924, casou-se no civil com a ítalo-brasileira Ana Bragagnolo.<sup>134</sup> Não dispunha de formação técnica e trabalhava como pedreiro/carpinteiro por conta própria, até abrir sua construtora, o que aconteceu possivelmente por volta de 1955. Ele foi responsável por inúmeros projetos residenciais e edificações comerciais (DUARTE, 2013, p. 33). Em meios aos registros de reformas de túmulos no Cemitério Municipal, seu nome apareceu como responsável por alguns projetos.<sup>135</sup> Destacamos que Giuseppe mantinha a sede de sua construtora e sua residência no mesmo local (Figura 27).

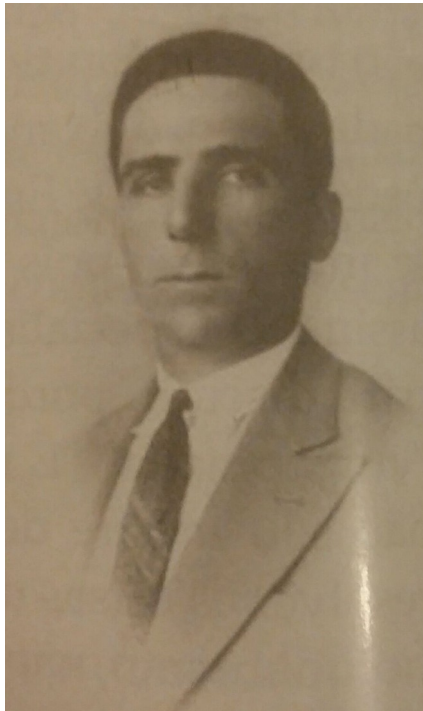


Figura 26 – Giuseppe Abramo, s/ data.  
Acervo: Família Abramo.

<sup>134</sup> Conforme registro de casamento civil.

<sup>135</sup> Foram encontrados mais de 20 pedidos de reformas/construção de túmulos no qual constam a assinatura “José Abramo”. O que demonstra que desde muito antes da oficialização da construtora, José já executava serviços diversos para a construção civil. AHPJF - FCMRN – 1930/47 – Documentos do Cemitério – Série 28 – Requerimentos de particulares relativos a obras (colocar dizeres, reformas., construção de canteiros.



Figura 27 – Residência e sede da “Construtora José Abramo” A edificação foi descaracterizada (em ano desconhecido) e totalmente demolida em dezembro de 2015; avenida Barão do Rio Branco, 1630 – Centro. Data: Década de 1970. Fonte: <http://www.mariadoresguardo.com.br/> Acessado em 08 de janeiro de 2016.

Concluimos com Giuseppe a referência aos profissionais que atuaram na confecção de sepulturas, até os anos 1945, conforme pudemos identificar em nossa pesquisa até o momento. Outros atuaram em período posterior, mas fogem de nosso recorte cronológico, por isso não serão mencionados.

#### 4 – O morrer para o artista-artesão

Para compreendermos os possíveis significados que a sepultura dos marmoristas tinha, trazemos a afirmação de Paulo Sérgio Quiossa que compreendeu, de modo geral, não haver, por parte de quem viria a falecer, qualquer desejo específico quanto à sepultura; pelo contrário, prezavam por um enterro simples, sem pompa (QUIOSSA, 2009, p. 172-184). Assim, as conclusões do autor, acerca do morrer em Juiz de Fora de 1850-1950, estão em consonância com a bibliografia sobre os costumes fúnebres no Ocidente (QUIOSSA, 2009, p. 172-184). Philippe Ariès acreditava que o morrer no Europa Ocidental católica do século XVIII era um problema sempre para os vivos (ARIÈS, 1977, p. 41-51).

Maria Elizia Borges ao analisar a arte funerária no Cemitério Municipal de Ribeirão Preto, em São Paulo, percebeu que a construção de homenagens na sepultura era sempre um tributo póstumo prestado pelos familiares, nunca partia de um desejo prévio de quem viria a falecer, ou seja, não havia planejamento da futura sepultura (BORGES, 2003, p. 122-127). Para entender este fenômeno em Juiz de Fora, Maria Fernanda de Matos Costa nos oferece como evidência o impacto da construção do cemitério no imaginário oitocentista juiz-forano, pois, segundo a autora, o campo santo não representou uma ruptura da religiosidade devocional presente na cidade, mas se tornou um local de experimentação e releitura dos costumes fúnebres e das tradições religiosas anteriores (COSTA, 2007, p. 103).

O cemitério foi sendo dotado de referenciais clássicos e cristãos como uma forma de apropriação de um espaço até então desejado, mas desconhecido e, de algum modo, temido. Devemos pensar que, antes de sua construção, remetendos a uma tradição luso-brasileira secular, os enterros haviam acontecido dentro das igrejas. A garantia de que o morto faria um “bom passamento” consistia em que seu enterro acontecesse dentro de um recinto religioso e que tivesse sido um bom cristão, quando em vida.<sup>136</sup>

<sup>136</sup> Este termo, utilizado por Paulo Sérgio Quiossa, refere-se a uma série de normas e rituais realizados geralmente pelos familiares, com ou sem suporte direto da Igreja, para garantir, ao morto católico, o direito a vida eterna. Segundo Paulo, esses rituais foram se alterando ao longo do tempo, mas sofreram uma grande ruptura durante o século XIX, quando se inicia o movimento para impedir os enterros dentro e próximos a recintos religiosos (QUIOSSA op. cit., p. 20-30).

No entanto, parece ter sido rápida a incorporação do cemitério como a única possibilidade de sepultamentos a partir de meados do século XVIII. Os valores católicos foram transformando-se, ao passo que os sepultamentos ali se tornavam frequentes. Aliada à prática religiosa, houve a incorporação de valores de individualização, de modo que o culto aos mortos era uma nova possibilidade de valorização, ou até mesmo de supervalorização dos sujeitos.

Os marmoristas italianos, que atuaram em Juiz de Fora e em Belo Horizonte, chegaram depois da consolidação dos cemitérios das duas cidades como únicos campos santos adequados para enterros. E, por estarem diretamente interessados na existência dos espaços mortuários, uma vez que viviam deles, parece-nos evidente que sua existência não fosse questionada por esses profissionais. Contudo, apesar de a clientela pagante desejar destaque na sepultura, os marmoristas, na sua perspectiva individual e familiar, pareciam estar na contramão do processo de supervalorização de seus mortos através da ostentação funerária. No entanto, é importante frisar a possível interferência de contingências históricas, como a pouca disponibilidade de recursos financeiros, após a morte do responsável pelo negócio, poderia determinar na escolha de uma sepultura mais simples.

Por isso, entendemos que cada túmulo é dotado de particularidade porque, do ponto de vista estético-morfológico, expressa as possibilidades técnicas e de materiais do período de sua confecção, ao passo que, do ponto de vista da memória, os significados de cada sepultura representam uma complexa mistura entre o trabalho do marmorista ou de sua família, aliado aos desejos identitários almejados e projetados pelos familiares. Assim, nesse capítulo o que nos propusemos foi executar uma breve análise das sepulturas de marmoristas e de seus familiares, partindo essencialmente de aspectos físicos, enquanto expressão da cultura material, porque estes nos permitem pensar sobre a identidade do grupo social dos marmoristas.

A sepultura serve como uma extensão da memória oral, que se tornava visível no cemitério, conforme observou Joël Candau:

[...] mesmo que as capacidades memoriais estritamente humanas sejam consideráveis, o homem quase nunca está satisfeito com seu cérebro como unidade única de estocagem de informações memorizadas e, desde muito cedo, recorre a extensões da memória. Progressivamente, essa exteriorização da memória vai permitir a transmissão memorial. Desde as origens, ele traduz a vontade de “produzir traços” com o objetivo de compartilhar sinais transmitidos (CANDAU, 2012, p.107).

Entendemos, assim, que os elementos componentes de sua morfologia, como obra de arte e lápide, somam-se, criando extensores memoriais funcionando indubitavelmente em conjunto. Essa memória precisava ser construída item por item, porque uma sepultura enquanto um lugar de memória não é natural, mas criada, como quaisquer outros lugares de memória, conforme descreveu Pierre Nora:

[...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais (NORA, 1993, p.13).

Cada família, de acordo com sua posição na sociedade, sentia-se cobrada a responder através da sepultura a exigências e valores sociais, fazendo-o sempre de modo diferente. Essas representações do passado ficavam condicionadas na lembrança, que para (HALBWACHS, 2004, p.76-78): “[...] é uma imagem engajada em outras imagens”. Por isso, faz-se importante ressaltar que a memória de um falecido não necessariamente se espelhava na percepção que os familiares poderiam fazer dele em vida ou, ainda, numa representação mais “fiel” ao que ele fora, mas sim nessa sobreposição e organização de memórias após a morte.

#### **4.1 Da oficina ao túmulo**

A sepultura, com seus elementos de arte funerária, serve enquanto uma representação de uma imagem embelezada do morto, pois:

[...] salvaguardando a memória dos ancestrais, ele [o familiar vivo] também protege a sua. Se durante a reconstituição de filiação ele encontra a possibilidade de embelezá-la ou enobrecê-la [a memória do falecido], certamente, tirará proveito identitário evidente (CANDAU, 2012 p.139-140).

Portanto, julgamos que os familiares sabiam que de algum modo tirariam proveito identitário da tumba, ainda que a princípio buscassem resolver os paradig-

mas religiosos do defunto. E, mesmo quando uma sepultura é simples, ela diz muito sobre as referências e prioridades que esses profissionais e suas famílias davam a si. Ao pensarmos no alto valor de jazigo em mármore, com ou sem detalhes de arte funerária, e, considerando que os materiais utilizados quase sempre eram importados, e mesmo quando nacionais, ainda assim inacessíveis às classes menos abastadas, faz-se importante entender que não havia inocência por parte do encarregado da encomenda, uma vez que, sem uma forte justificativa e sem os recursos financeiros necessários, poucos dispenderiam tanto com uma sepultura.

Os familiares, assim, tinham consciência de que essa simplicidade seria observada pela sociedade, porque os cemitérios eram muito visitados, especialmente em datas comemorativas. Como já mencionado, o “*Jornal Pharol*”, por mais de uma vez, dedicou-se a noticiar a situação da visita e as homenagens prestadas aos mortos nos cemitérios da cidade. Em Juiz de Fora, um jornalista deste veículo ia ao cemitério verificar pessoalmente, no dia 2 de novembro, como estavam ocorrendo as homenagens e inclusive chegava a citar com detalhes, na edição do dia seguinte, quais túmulos haviam recebido mais flores no dia.<sup>137</sup>

Por isso, compreendemos que os jazigos acumulavam funções para com Deus, mas pretendiam também evitar o mau julgamento pelos não-familiares, que poderiam alegar descaso com os mortos. Possivelmente a sepultura de Michele pode ter sido alvo disso, por ser a mais simples dentre as que analisamos. A viúva, a nosso ver, estaria aliviada destas reprimendas somente se estivesse amparada pela justificativa de não ter recursos para dar à sepultura a pompa que um marmorista, em tese, mereceria.

Ao pensarmos se houve alteração nas estratégias de memória, com base na sepultura dos marmoristas de Juiz de Fora ao longo do tempo, no período que se estende da década de 1900 aos anos 1970, parece-nos claro que, se existiu, foi

---

<sup>137</sup> No dia 2 de novembro de 1915, o “*Jornal Pharol*” enviou um jornalista para verificar como estavam ocorrendo as homenagens aos mortos no dia de Finados. O enviado publica uma extensa lista no dia 3 de novembro, relatando nela as condições dos cemitérios da cidade e que tipo de homenagens haviam sido prestadas. Entre os nomes destacados na lista, encontram-se os jazigos de Ilva e de Dona Francisca Angélica de Moura que, segundo ele, haviam recebido “lindas coroas de flores naturais”. *Pharol*, 03/11/1915.



muito pontual. Se nos anos 1900, quando o discurso artístico e a visão de morte eram mais propensos à grandiloquência da sepultura, a expressão estética já era contida e o monumento discreto, seja por quais motivos fossem, menos ainda nos anos 1970 a sepultura do marmorista viria a receber a utilização de elementos que lhe conferissem grandiosidade.

Com o avanço do estilo que desprezava os “excessos decorativos”, isto é, o modernismo e a transição de um conceito de cemitério com carneiras para o de um cemitério-jardim, a função da sepultura foi restringida, servindo apenas para demarcar o lugar do morto, como se verifica no jazido dos Soranzo, de 1974. A seguir, a partir das análises dos túmulos dos marmoristas, buscaremos compreender como estes profissionais e seus familiares poderiam enxergar o morrer.

#### **4.1.1 A morte para quem dela vive**

Para produção das análises, realizamos um levantamento fotográfico que visou selecionar não tudo que fora produzido pelos marmoristas aqui destacados, mas apresentar uma pequena parcela do que estes profissionais eram capazes de fazer. Como já dito, esses artistas-artesãos foram capazes de sobreviver às mudanças do mercado e o negócio familiar no geral durava por muitas décadas. Os marmoristas executaram obras diferentes ao gosto do cliente ou criavam disposições novas utilizando da criatividade. Contudo, o que chama atenção é a simplicidade com que suas famílias ou eles próprios executaram seus próprios jazigos, algo que se verifica em todos os casos por nós analisados.

Localizamos alguns destes túmulos, em estado variado de conservação. Alguns deles, muito deteriorados ou alterados, não são mais passíveis de análise.<sup>138</sup> Em alguns casos, porém, o registro fotográfico minimiza a perda e permite o estudo de alguns aspectos morfológicos do monumento. O jazigo com as sepulturas de Giuseppe Antonio Scarlatelli e de seu filho Giovanni Scarlatelli é o que se encontrava, na fase de campo desta pesquisa, mais bem conservado. Este túmulo está localizado no Cemitério do Bonfim em Belo Horizonte, ao passo que os

---

<sup>138</sup> No jazigo onde foi sepultado Michele Scarlatelli sequer encontramos referência a seu nome.

sepulcros de Michele Scarlatelli e de sua esposa Carmela Merchessi Scarlatelli se acham na *Ala Velha* do Cemitério Municipal de Juiz de Fora.

Encontramos o jazigo de Pasquale Senatore no Cemitério da Paróquia Nossa Senhora da Glória, em Juiz de Fora, o qual infelizmente foi muito descaracterizado nos anos 2009/2010. Por sorte, fotografias existentes, anteriores à reforma, tomadas por Nathan Ramalho Reis, supriram parcialmente essa falta. Encontramos também a sepultura de Lino Soranzo e da família, que foi construída por ele próprio e por seus filhos. A floreira, segundo relato de familiares, foi esculpida por Lino.

A sepultura de Natale Frateschi não foi localizada, mas se sabe que este foi enterrado no Cemitério Municipal de Juiz de Fora. Como o banco de dados desta instituição é instável, contendo equívocos e incompletudes, não sabemos em qual quadra este foi sepultado. A única familiar que conseguimos contatar não soube dizer onde estariam sepultados Natale e seus filhos, uma vez que a família possui três jazigos no Cemitério Municipal, mas não sabe em qual destes três foram sepultados os primeiros ancestrais.

Não existem mais, ou não foram preservados, registros que ensejassem a localização da sepultura individual ou familiar de Antonio Soares da Costa<sup>139</sup>, de Joaquim José Pereira e de Pio Riolino. Não pesquisamos sobre o local de sepultura de Francisco Notaroberto, Giuseppe Bertochi, de Giuseppe Caporalli, de Lorenzo Fatica e de Pedro Galli, pois sequer sabemos qual sua real participação no mercado de arte funerária, por isso optamos por não fazê-lo. Não sabemos quais eram os primeiros nomes dos proprietários da empresa Corrêa & Corrêa, de sorte que foi impossível localizar suas sepulturas.

Apresentaremos algumas imagens que nos ajudaram a analisar quais os possíveis significados das sepulturas individuais dos marmoristas ou de seus familiares. Dividimos estas análises em dois grupos: o primeiro abarca as sepulturas construídas antes dos anos 1930 (Figuras 28 e 29); o segundo, aquelas posteriores a essa data (Figuras 30, 31, 32 e 33). Esse recorte temporal é importante, pois corresponde aproximadamente a um momento de considerável

---

<sup>139</sup> Este marmorista dissolveu sociedade com Joaquim José Pereira em 1877 e foi para Europa, talvez tenha falecido e sido sepultado por lá, uma vez que não encontramos evidências de seu retorno a Juiz de Fora.

mudança no discurso funerário, devido às novas tendências artísticas em voga a partir dos anos 1930 na cidade, que foram acompanhadas pela opção por diferentes materiais.



Figura 28 – Jazigo Giuseppe, Giovanni Scarlatelli e família. Cemitério do Bonfim – Belo Horizonte, s/ data, possivelmente década de 1900.

Fonte: Foto de Marcelina das Graças de Almeida – dezembro de 2015.



Figura 29 – Jazigo Miguel Scarlatelli e família. Cemitério Municipal de Juiz de Fora – *Ala Velha* – Juiz de Fora, s/ data, possivelmente década de 1910.

Fonte: Foto do Autor – janeiro de 2016.

Nas imagens acima, observamos que as sepulturas foram construídas ainda sob a influência do ecletismo arquitetônico, mas que, apesar disso, ambas enunciavam um discurso funerário bastante simples. Entendemos por ecletismo arquitetônico, na arte funerária, a fusão de movimentos e estilos artísticos e arquitetônicos. Uma sepultura neste estilo poderia, então, tomar empréstimos dos referenciais clássicos greco-romanos, gótico e, na sua expressão tardia, até do movimento mais contemporâneo, o Art Nouveau.<sup>140</sup> Além disso, um jazigo eclético costumava ter mais verticalização e rebuscamento que as tumbas proto-modernas<sup>141</sup>, ao menos no caso do Cemitério Municipal de Juiz de Fora.<sup>142</sup>

No jazigo familiar dos Scarlatelli, em Belo Horizonte, a primeira sepultada foi a esposa de Giuseppe Antonio, para quem o túmulo provavelmente foi dedicado. Na virada de século, sabemos que, os espaços de sociabilidade da mulher eram ainda muito restritos. Mesmo a mulher pequeno-burguesa<sup>143</sup> não gozava de muitas liberdades e, por isso, cabia a ela quase sempre o espaço do lar e da igreja.

Não sabemos qual a devida participação de Ana Arena Scarlatelli nesses universos possíveis de socialização do mundo feminino, contudo, a representação escolhida pela família faz menção à questão religiosa, o que se soma a um padrão de representação cemiterial em Minas Gerais. Apesar de serem estrangeiros, os italianos compartilhavam com os habitantes locais, no geral, a mesma fé, o catolicismo. Em Minas, os cemitérios de modelo oitocentistas são essencialmente religiosos.<sup>144</sup>

A simplicidade das formas da sepultura atribui-se a dois fatores: primeiramente, Ana faleceu em 1901 e os Scarlatelli estavam em Belo Horizonte há

---

<sup>140</sup> Para saber mais sobre o ecletismo na arquitetura e nas artes do século XVIII às primeiras décadas do século XX, recomendamos leitura disponível em:

[http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs\\_revista\\_6/11\\_Jaqueline%20Viel%20Caberlon%20Pedone.pdf](http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_6/11_Jaqueline%20Viel%20Caberlon%20Pedone.pdf)

<sup>141</sup> Conforme observamos através dos catálogos de fotografia da marmoraria Brasil.

<sup>142</sup> O ecletismo no Cemitério Municipal de Juiz de Fora foi utilizado até os anos 1920/30. As sepulturas de caráter proto-moderno, como o Art Déco são no geral, posteriores aos anos 1930.

<sup>143</sup> Maria Elizia Borges classificou em seu livro a *Arte Funerária no Brasil*, os marmoristas italianos como pequeno-burgueses. Sendo assim, tomamos essa classificação para nos referenciar à mulher dos marmoristas.

<sup>144</sup> Fazemos essa afirmação após visitas ao longo dos anos de 2014, 2015 e 2016 no Cemitério Municipal de Juiz de Fora, nos Cemitérios de Irmandade de Ouro Preto e Mariana, no Cemitério da Saudade em Diamantina. Sabemos que o mesmo ocorre no Cemitério São Pedro em Uberlândia através de imagens cedidas gentilmente por Lilian S. Pinto. Por fim, através de imagens também cedidas por Marcelina das Graças de Almeida, observamos que o mesmo acontece no cemitério de Belo Horizonte.

menos de dois anos, por isso não teriam ainda necessidade de simbolizar status social elevado por meio do monumento funerário, podendo, nesse caso, a cobrança social – ou melhor, a falta dela – ter influenciado a escolha; ademais, os anos iniciais de um negócio, no geral, não são fáceis e não temos evidências que demonstrem que Giuseppe obteve sucesso imediato nessa cidade. O fato de deter um ofício, mas ter atuado, por volta de 1899, como dono de mercearia/botequim em Juiz de Fora, aponta para uma dificuldade inicial de se instalar como marmorista no Brasil.

Quando conseguiu abrir sua oficina de Mármore em Belo Horizonte, e deixou ao menos Michele como seu representante em Juiz de Fora, presumimos que o tenha conseguido devido a alguma poupança adquirida por ser comerciante em Juiz de Fora. Concluímos assim que – aliado a uma visão de morte diferenciada de sua clientela, influenciado possivelmente por uma descrença na necessidade de rebuscamento da sepultura e limitado pela situação financeira aviltada devido à fase inicial de seu empreendimento – Giuseppe teria optado por apenas cumprir a tradição, fazendo um túmulo sem verticalização, sem muita pompa. Mas não tomemos conclusões apressadas: a simplicidade pode ser afirmativa como valor, e não só como expressão de falta!

Diante da simplicidade do jazigo de Michele Scarlatelli, a mesma justificativa poderia *a priori* ser aplicada, não fosse pelo fato de sabermos que, quando de seu falecimento (1916), a marmoraria funcionava há, pelo menos, oito anos. Porém, quem ficou a cargo de executar a sepultura foi sua esposa.<sup>145</sup> Michele faleceu muito jovem, com apenas 30 anos. Apesar de sabermos que a morte era um temor sempre presente na vida do homem do início do século XX, aos poucos ela começava e ser sentida de modo mais dolorido, em paralelo aos avanços na medicina. Sendo assim, o que explicaria esta simplicidade funerária, uma vez que a sepultura só possui uma cruz com flores talhadas sobre ela?

Antes de apresentarmos a nossa explicação, é importante ressaltar que este túmulo encontra-se, atualmente, parcialmente descaracterizado. Talvez nas laterais houvesse algum intento de embelezamento da sepultura que compensasse a simplicidade da forma, como aconteceu nos jazigos de Gargiulo e de Senatore.

<sup>145</sup> A inscrição lapidar não traz referência de homenagem por parte do pai de Michele nem de seus irmãos.

Porém será difícil descobrir, dada a falta de fontes e de familiares que possam evocar memórias sobre esse túmulo, uma vez que essas laterais em mármore não existem mais. A lápide é igualmente simples, só possui a mensagem que a viúva mandou gravar: “Tributo de amor conjugal e filial”. Posteriormente, foram gravadas nesta mesma as informações sobre o falecimento da viúva.

Portanto, presumimos que esta opção pelo acanhamento, adotada pela viúva de Michele, em oposição à monumentalidade dos túmulos feitos por ele, deve-se a uma visão e a um tratamento social da morte diferente da visão daqueles da clientela de seu esposo. Além disso, o fato de ter ficado com três filhos pequenos deveria causar à viúva receio quanto a gastos dispendiosos. Assim, assumir despesas com uma sepultura, num momento de tanta incerteza financeira, poderia ser imprudente. Pode-se conjecturar que ela tivesse solicitado ao responsável pela execução da sepultura utilizar peças ou materiais já existentes na oficina que herdara.

Não queremos com isso alegar que a viúva não se importaria de modo algum com o lugar de descanso de Michele. Tanto se preocupava que o jornalista do “*Jornal Pharol*”, após sua visita ao cemitério no dia de finados dos anos de 1916 e 1917, ao falar dos túmulos, afirmava que o túmulo de Michele estava entre os mais “bonitos”, no sentido de enfeitado. Na edição de 2 de novembro destes respectivos anos, ele contou que havia flores naturais e artificiais em muitos túmulos, publicando lista de em quais ele observou sua presença. O túmulo de Michele estava entre eles.

No caso do jazigo edificado para homenagear familiares de Senatore e Gargiulo, observamos uma vez mais a simplicidade da forma, em contraposição aos trabalhos que este marmorista havia executado como profissional, aproximando estes túmulos do “padrão” de sepultura dos Scarlatelli. Note-se que os jazigos mais monumentais do Cemitério Municipal de Juiz de Fora, edificados antes dos anos 1920, são de autoria desse marmorista. Poderíamos citar novamente o caso da família Miranda de Carvalho como um dos exemplos, uma vez que este túmulo tem mais de 3 m de altura.

Pasquale esteve profundamente envolvido na sociedade juiz-forana. Era marmorista de sucesso, tendo sido também maçom, presidente da Sociedade de

Beneficência de Juiz de Fora e da Società de Mutuo Soccorso Umberto I. Era também atirador profissional e parecia gozar de grande prestígio durante toda sua vida entre as elites nacional e imigrante (PROCÓPIO FILHO, 1979, p. 270). Parece, para nós, que uma família associada a tantos elementos de prestígio teria motivos suficientes para construir um túmulo de grande pompa para seus familiares. Mas não o fez.

Não que este túmulo fosse totalmente modesto como o de Michele Scarlattelli, mas tampouco podemos considerá-lo grandiloquente ou excepcional. Porém, Pasquale era membro da Irmandade de São Roque, de modo que em sua vida religiosa estava envolvida com capela e com a Paróquia da Glória, à qual a capela estava inscrita. Por estas razões, este marmorista teve o direito de comprar uma sepultura no cemitério desta paróquia. Contudo, o fato deste cemitério ser profundamente apertado, com sepulturas muito próximas umas das outras, este deve ter sido o fator limitador para qualquer tentativa de erguer um monumento mais ousado.

Consideramos aqui a questão espacial como fator inicial e principal que justificaria essa opção pela simplicidade formal. Porém, a primeira pessoa sepultada em seu jazigo, ou ao menos a que recebeu as primeiras homenagens cujo registro epigráfico não se conserva, faleceu já na década de 1920. Observamos, com base na análise feita em ambos os cemitérios, que nesta época o discurso funerário começava a sofrer alterações. A substituição do ecletismo pelas linhas retas do Art Déco chegava aos campos santos.

No entanto, o jazigo da família Gargiulo e Senatore apresenta elementos alusivos aos dois estilos (Fig. 30 e 31). Conta com coroas de flores entrelaçadas com fitas, nas laterais e na frente, os chamados festões, de viés eclético. Na base, que serve de altar para uma pranteadora<sup>146</sup>, temos em alto-relevo uma coroa de flores em formato de guirlanda e, abaixo desta, a mensagem “SAUDADE”. A

---

<sup>146</sup> Pranteadora é um tipo de representação artística muito comum na arte funerária no Brasil e no mundo. Muitas das obras disponíveis no Cemitério Municipal e da Paróquia Nossa Senhora da Glória/Confissão Luterana apresentam imagens alusivas a esta figura feminina, cujo modelo é oriundo da antiguidade clássica. As obras identificadas contêm ou não símbolos cristianizantes tal como o modelo previa. Para saber mais recomendamos a leitura de CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. **A antiguidade clássica na representação do feminino: pranteadoras do Cemitério Evangélico de Porto Alegre (1890-1930)**. Dissertação (Mestrado em História, Teoria e Crítica de Arte) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2009.

pranteadora curiosamente já apresenta, ainda que de modo tímido, um panejamento mais geométrico e uma forma alongada, que insinuaria o Art Déco.

Contudo o Art Déco só se manifestou na cidade de modo categórico após os anos 1930, conforme observou Antônio Carlos Duarte:

[...] na arquitetura, o moderno se manifesta nos anos 1930, através de formas do Art Déco, prossegue na década de 40 e os últimos exemplares são da década de 50. As edificações, símbolo de progresso e avanço tecnológico, ergueram-se em maior número, na área central, em trechos das ruas Halfeld, Marechal Deodoro, Batista de Oliveira e Avenida Getúlio Vargas; [...] (DUARTE, 2013, p. 24-25).

E o autor também analisou as características das sepulturas em Art Déco em Juiz de Fora:

[...] o Art Déco com suas linhas retas e formas características, trouxe modernidade também para a arte tumular. Em Juiz de Fora, podem-se encontrar alguns poucos exemplares do gênero no Cemitério Municipal e no da Igreja da Glória. Os sepulcros seguem a tipologia tradicional com um volume maior, geralmente prisma reto, posto horizontalmente e a cabeceira em posição vertical. Apresentam algumas características do estilo, tais como, simetria, formas geométricas puras, blocos articulados, escalonamento ou desenho em tronco de pirâmide e, mais raramente, sucessão de superfícies curvas típicas da linha aerodinâmica. Com aparência lúgubre, estas edificações mortuárias recebem, de maneira geral, revestimento de coloração escura, em granito, mármore ou pó de pedra (DUARTE, 2013, p.109).



Figura 30 – Jazigo da família Gargiulo e Senatore. Cemitério da Paróquia de Nossa Senhora da Glória – Juiz de Fora, s/ data, possivelmente década de 1920.

Fonte: Foto de Nathan Ramalho dos Reis – 2009.





Figura 31 – Lateral do jazigo da família Gargiulo e Senatore. Cemitério da Paróquia de Nossa Senhora da Glória – Juiz de Fora, s/ data, possivelmente década de 1920.

Fonte: Foto de Nathan Ramalho dos Reis – 2009.

Ao observarmos as imagens anteriores, veremos que a sepultura não detém as características típicas da arte funerária em Art Déco de Juiz de Fora. Porém, a pranteadora indica o princípio dessa nova tendência. Existe ainda outra sepultura feita pelos Frateschi em Art Déco que utilizou o mármore de Carrara, uma exceção no Cemitério Municipal de Juiz de Fora nesse estilo.<sup>147</sup>

Concluimos então que a simplicidade do jazigo de Pasquale decorreria primeiramente da pouca área possível para construção, e, paralelamente, das mudanças estéticas que se anunciavam. A grandiloquência nos cemitérios ficaria cada vez mais rara, sendo os últimos nesse sentido a capela neogótica da família Arcuri & Spinelli e o túmulo de Cândido Tostes, ambos localizados na *Ala Nova* do Cemitério Municipal e construídos entres anos 1930 e 1950.

O último jazigo que analisaremos é o da família Soranzo, feito possivelmente nos anos 1970 (Figura 32). Neste caso, não há dúvida de que a família optou por um discurso funerário dentro da estética vigente da época de sua elaboração. Isto é, nos anos 1970.

<sup>147</sup> A sepultura é de Luiza Horta de Carvalho falecida na década de 1930 e sepultada na *Ala Velha*.



Figura 32 – Jazigo Soranzo e família (antes do furto). Cemitério Municipal de Juiz de Fora – *Ala Velha* – Juiz de Fora, s/ data, possivelmente década de 1970.  
Fonte: Foto do Autor – dezembro de 2013.



Figura 33 – Jazigo Soranzo e família (depois do furto do medalhão). Cemitério Municipal de Juiz de Fora – *Ala Velha* – Juiz de Fora, s/ data, possivelmente década de 1970.  
Fonte: Foto do Autor – janeiro de 2016.

Múltiplos fatores explicam sua simplicidade de formas. O jazigo foi construído num período de grande declínio da arte funerária em Juiz de Fora. O cemitério-jardim Parque da Saudade, inclusive, seria inaugurado apenas dois anos

depois da morte de Lino.<sup>148</sup> A concepção de morte havia mudado drasticamente, pois a edificação tumular já não detinha mais a relevância do passado. Além disso, com a arquitetura moderna em voga, todo o rebuscado dos estilos anteriores, agora tidos como excesso, passara a ser visto como traço arcaico.

Soma-se a isso a agravante de que Lino, maior detentor deste saber-fazer, já se encontrava idoso e aposentado, o que podemos dizer também de seu filho com maior vocação artística, Luiz Soranzo, que à época tinha por volta de 60 anos. A mudança de ramo dos negócios da família, redirecionando-se para a construção civil, logo viria a ser necessária para fazer com que o negócio sobrevivesse à mudança de costumes, o que aconteceu após a morte de Lino.

Como argumento final, utilizaremos parte do trecho da entrevista de Carlos Soranço, em que ele afirmou: “[...] quem trabalha com isso, não dá valor a este tipo de coisa” (informação verbal).<sup>149</sup> E ainda, segundo o mesmo, Lino enviudara em fevereiro de 1974, dedicando-se a terminar uma floreira para decorar a sepultura de sua esposa, vindo a falecer pouco depois, no mesmo ano, no mês de setembro. Assim, consideramos que a opção pela simplicidade no túmulo dos Soranzo se explica pelo ideal de morte influenciado por referenciais culturais e artísticos do momento.

Mas fica a pergunta de que se não podemos ver, nestas escolhas recorrentes pelo viés de simplicidade, uma afirmação, também, de valores do ofício, qual uma ideologia de classe, cruzada, ao mesmo tempo, por valores religiosos distintivos destes imigrantes católicos italianos, frente ao catolicismo devocional predominante. Mas deixaremos esta pergunta sem resposta, para motivar outras pesquisas.

---

<sup>148</sup> Ver mais em: <http://www.santacasajf.org.br/?pagina=pqsaudade>. Acessado em 15 Março de 2015.

<sup>149</sup> Conforme relatos orais de Carlos Soranço em outubro de 2015.

## Conclusão

Esta dissertação se encaminhou no sentido de analisar o papel que o ofício dos marmoristas em Juiz de Fora desempenhou no funcionamento do Cemitério Público desta cidade, desde 1864, quando este foi inaugurado, até a morte do último marmorista da geração de imigrantes, em 1974. Estudar trajetórias tão diversas de profissionais estrangeiros não foi fácil. Apesar do legado cultural material vasto deixado por estes profissionais, a história destes personagens parecia esquecida e aos pedaços, em meio a textos, imagens e notas de jornais, disponíveis nos arquivos públicos e privados, nas bibliotecas, e nos acervos pessoais dos descendentes e em suas memórias.

Apesar de ser grande a produção deixada por esses profissionais artistas-artesãos, ninguém havia-se interessado em investigar o ofício na cidade até a produção deste estudo, por isso tamanha a dificuldade em produzir um texto que fosse coeso e amplamente respaldado em documentos dos quais, muitos tivemos que reorganizar. Os marmoristas que atuaram em Juiz de Fora possuem importância ímpar para se compreender parte da história do município, uma vez que, com a habilidade de suas mãos, eles não só conseguiam o sustento de suas famílias transformando rocha e bronze em arte, mas também preenchiam parte de um vazio que a morte costuma trazer para os que ficam.

O sucesso dos negócios em arte funerária em Juiz de Fora se deu de modo estável e rentável, visto que a maioria dos marmoristas se manteve no negócio sem grandes dificuldades até o último dia de suas vidas. A construção do Cemitério Público na cidade garantiu não somente um espaço adequado para sepultamentos, mas também possibilitou importar um costume europeu já difundido em outras partes do Brasil, isto é, adornar as sepulturas.

O Cemitério Municipal Nossa Senhora Aparecida sempre foi um local privilegiado para que os marmoristas fizessem negócios, porque combinava centenas de metros quadrados de extensão com famílias que estavam dispostas a pagar por uma sepultura embelezada. A mentalidade religiosa católica devocional local, em boa medida, contribuiu para estimular os familiares a encomendarem as esculturas de dezenas de santos, de Jesus Cristo e de anjos que povoam os

últimos lares de seus antepassados.

Mesmo aqueles que não dispunham de muitas divisas para gastarem na sepultura, devido a seu alto custo, não deixavam de pagar por uma mais simples, mas igualmente importante para garantir a dignidade de culto aos mortos. Assim, dialogando com o ideal de morte e utilizando matéria-prima variada e técnicas de cada momento, estes imigrantes conseguiam manter seus negócios funcionando.

Se os primeiros profissionais de arte funerária não eram italianos, seus sucessores, frutos da imigração e através da qualidade de seus trabalhos, vão conseguir conquistar a clientela local e, algumas vezes, a regional. Talvez, de algum modo, estes italianos contassem não somente com um mercado consumidor reprimido a ser conquistado, devido ao avanço da produção de riqueza na cidade. Ou ainda com os catálogos e obras pré-prontas que atestavam a qualidade que conseguiam obter. Supusemos que de algum modo, eles se aproveitaram de um possível capital simbólico que detinham, isto é, um imaginário por parte das elites locais que associavam sua nacionalidade italiana a séculos de tradição escultórica.

Contudo, mesmo diante desses fatos, ainda os negócios mais bem-sucedidos e estáveis estão sujeitos a encontrarem o seu fim. O declínio no ofício, por sua vez, foi-se instalando aos poucos, quando o lugar em que os mortos habitavam foi perdendo importância devido ao avançar de uma vida longa, além da transferência do lugar de morte – não se morria em casa, mas nos hospitais, longe dos olhos dos familiares. No entanto, nenhum dos profissionais responsáveis por abrir as cinco marmorarias analisadas, viveu tempo suficiente para visualizar a decadência completa de seu negócio, a difícil tarefa ficou para seus filhos e netos.

Através desse estudo, que não termina com esta dissertação, tantas outras portas para novas pesquisas ficam abertas, uma vez que através da sepultura é possível saber muito sobre um sujeito na sociedade de seu tempo, além dos valores familiares de cada um de seus proprietários. A cidade dos mortos é assim um campo complexo e multifacetado capaz de gerar diferentes possibilidades interpretativas que vão muito além da produção de textos para a história da arte.

Quando analisamos as sepulturas dos marmoristas nos propusemos não somente a buscar entender como eles enxergavam a morte, mas também apresentar como aquele que exerce uma função na sociedade não

necessariamente compartilha dos valores os quais o ofício lhe poderia impor. Para nós fica claro, mas não definitivo, que esses artistas-artesãos entendiam o morrer de outro modo, porque lidavam com essa questão diariamente. A morte era o que lhes dava o pão e, por isso, é impossível não fazer uma reflexão diferente dos demais. Afinal, morrer é sempre um problema para os vivos e os marmoristas, que tornem tangível parte da saudade.

## Referências

- A ARTE FUNERÁRIA NO BRASIL. Disponível em  
<http://www.artefunerariabrasil.com.br/cemiteriosBrasileiros.php?estado=S%E3o%20Paulo%20-%20SP&cidade=Franca&cemiterio=Cem.%20da%20Saude&pg=historia>
- ACERVO FOTOGRÁFICO DO MUSEU MARIANO PROCÓPIO. Antiga Matriz de Santo Antônio do nº de Catalogação 12.01759. Autor: J.F. Mendonça.
- \_\_\_\_\_. Victorino da Silva Braga, s/ data Nº de Catalogação 12.00521.
- \_\_\_\_\_. Francisco Mariano Halfeld, s/ data Nº de Catalogação 1203188.
- ACERVO PESSOAL FAMÍLIA SORANÇO. Catálogo de Arte Funerária da Marmoraria Brasil 1.
- \_\_\_\_\_. Catálogo de Arte Funerária da Marmoraria Brasil 2.
- \_\_\_\_\_. Catálogo de Arte Funerária da Marmoraria Brasil 3.
- \_\_\_\_\_. Registro de Casamento Civil de Lino Soranço e Joana Tirapani em Juiz de Fora, 1913.
- ACERVO PESSOAL RODRIGO SCARLATELLI. Registro de Casamento Civil de João Scarlatelli e Zilda Procópio, 1921.
- \_\_\_\_\_. Atto di Nascita di Giovanni Scarlatelli.
- ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL do Rio de Janeiro – 1891-1940. Ed A00065, pág. 3367.
- ALMANAK de Juiz De Fora para 1916. Juiz de Fora: Typographia Comercial, 1916.
- ALMEIDA, Marcelina das Graças. **Morte, cultura, memória – múltiplas interseções**: Uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2007.
- AMARAL, Lucas Marques do. **A parreira e seus artistas**. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2003.
- A PÁTRIA MINEIRA, 20/01/1891
- ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.
- ARQUIVO HISTÓRICO DA PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. FCMRV. Vº Parte - Órgãos e Funcionários da Câmara – 1º - Cemitério – 126 – Correspondências expedidas e recebidas entre o Administrador do Cemitério e o Presidente da

Câmara, Ano 1890.

\_\_\_\_\_. FCMI. Relatórios feitos pelo Administrador do Cemitério Municipal referentes a sepultamentos. Documento de 08/01/1889. Série 116/4.

\_\_\_\_\_. FCMI. Relatórios feitos pelo Administrador do Cemitério Municipal referentes a sepultamentos. Documento de 13/01/1889. Série 116/4.

\_\_\_\_\_. FCMI. Relatórios feitos pelo Administrador do Cemitério Municipal referentes a sepultamentos. Documento de 07/01/1889. Série 116/4.

\_\_\_\_\_. FCMRV – Vº Parte – Órgãos e Funcionários da Câmara – I Cemitério – Série 126 – Correspondências expedidas e recebidas entre o Administrador do Cemitério e o Presidente da Câmara. Documento de 06/09/1893.

\_\_\_\_\_. FCMRV – Vº Parte – Órgãos e Funcionários da Câmara – I Cemitério – Série 126 – Correspondências expedidas e recebidas entre o Administrador do Cemitério e o Presidente da Câmara. Documento de 23/05/1894.

\_\_\_\_\_. FCMRV – Vº Parte – Órgãos e Funcionários da Câmara – I Cemitério – Série 126 – Correspondências expedidas e recebidas entre o Administrador do Cemitério e o Presidente da Câmara. Documento de 01/01/1898.

\_\_\_\_\_. FCMRV – Vº Parte – Órgãos e Funcionários da Câmara – I Cemitério – Série 129 – Documentos diversos. Documento de 13/07/1912.

\_\_\_\_\_. Fundo Plantas: Novo Cemitério – 1925.

\_\_\_\_\_. Livro de Atas de Reuniões da Câmara Municipal de Juiz de Fora – República Velha – 06/05/1925, p. 70.

\_\_\_\_\_. FCMRN – 1930/47 – Documentos do Cemitério – Série 28 – Requerimentos de particulares relativos a obras (colocar dizeres, reformas, construção de canteiros – (1931/34/35). Documento de 12/06/1934.

\_\_\_\_\_. Livro de Impostos Municipais de Indústria e Profissões, 1895, pág. 99v - registro 1400.

\_\_\_\_\_. Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1896, pág. 106v – registro 63.

\_\_\_\_\_. Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1897, pág. 9v – registro 411.

\_\_\_\_\_. Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1899, pág. 123v – registro 139

\_\_\_\_\_. Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1900, pág. 52v- registro 1087.

\_\_\_\_\_. Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1901, pág. 62v – registro 418

\_\_\_\_\_. Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1904, pág. 47v – registro 20.

\_\_\_\_\_. Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1905, pág. 127v – registro 87.

\_\_\_\_\_. Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1917, pág. 164v – registro



158.

\_\_\_\_\_. Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1918, pág. 44v registro – 272.

\_\_\_\_\_. Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1919, pág. 147v registro – 166.

\_\_\_\_\_. Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1920, pág. 3v registro – 157.

\_\_\_\_\_. Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1921, pág. 163v – registro 2499.

\_\_\_\_\_. Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1924, pág. 61v – registro 305.

\_\_\_\_\_. Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1924, pág. 243v, registro 33.

\_\_\_\_\_. Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1926, pág. 168v – registro 1658.

\_\_\_\_\_. Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1927, pág. 133v – registro 101.

\_\_\_\_\_. Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1931, pág. 88v – registro 2616.

\_\_\_\_\_. Livro de Impostos de Indústria e Profissões, 1936, pág. livro 2, 146v – registro s/n.

ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA.

Inventário 1905, cx 256B. Giuseppe (José) Caporalli

\_\_\_\_\_. Inventário 1916, cx 085/ 64º processo. Michele (Miguel) Scarlatelli

\_\_\_\_\_. Inventário 1937, cx249/87º processo f– Natale Frateschi

\_\_\_\_\_. Registro de Processos trabalhistas da Justiça do Trabalho de Juiz de Fora, ano 1935, processo 200. A Edificadora

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Registro de entrada de imigrantes na hospedaria Horta Barbosa. Disponível em:

<<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/imigrantesdocs/photo.php?lid=321>>.

Acessado em 10 de novembro de 2014.

BIBLIOTECA MURILO MENDES – Setor de Memória. Registro de Imigrantes na Zona da Mata Mineira – Heliane Casarin.

BLOG MARIA DO RESGUARDO. Disponível em:

<<http://www.mariadoresguardo.com.br/>>. Acessado em 08 de janeiro de 2016.

BLOG RESGATANDO O PASSADO. Disponível em:

<<http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com.br/search/label/Ruas%20%20Centrais>>. Acessado em 08 de janeiro de 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Editora

ZOUK; São Paulo: Edusp, 2007.

BORGES, Maria Elizia. **Arte funerária no Brasil (1890-1930)** ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2002.

BRION, Ioneide Piffano. **A Ação Reformadora e Romanizadora** na Igreja Católica de Juiz de Fora (1890-1924). Juiz de Fora: Funalfa, 2008.

BURTON, Richard Francis. **Viagens aos planaltos do Brasil** Tomo II. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira Mazzucchi. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. **A antiguidade clássica na representação do feminino: pranteadoras do Cemitério Evangélico de Porto Alegre (1890-1930)**. Dissertação (Mestrado em História, Teoria e Crítica de Arte) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2009.

CEMITÉRIO PARQUE DA SAUDADE. Disponível em: <<http://www.santacasajf.org.br/?pagina=pqsaude>>. Acessado em 15 Março de 2015.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A “Europa dos Pobres”**: a Belle-Époque mineira. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

\_\_\_\_\_. Trabalho, enriquecimento e exclusão: italianos (1870-1940) In: BORGES, Célia Maia Borges (org.). **Solidariedades e Conflitos: história de vida e trajetória de grupos** em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2000.

COSTA, Fernanda Maria Matos. **A morte e o morrer em Juiz de Fora: Transformação nos costumes fúnebres (1851- 1890)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2007.

DIÁRIO MERCANTIL, 30/05/1936.

\_\_\_\_\_. 27/02/1939.

DUARTE, Antônio Carlos. **Arquitetura Art Déco** – Juiz de Fora. Juiz de Fora: Ed. Funalfa, 2013.

ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915.

FASOLATO, Douglas, **Juiz de Fora: História, Texto e Imagem** In: NEVES, José Alberto Pinho; DELGADO, Ignácio José Godinho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Juiz de Fora: História, texto e imagem. Juiz de Fora FUNALFA Edições, 2006.

FAY, Cláudia Musa, RUGGIERO, Antonio. **Imigrantes Empreendedores na**

**História do Brasil:** estudos de caso, Porto Alegre: EDIUCRS, 2014.

FERENZINI, Valéria Leão. **A “QUESTÃO SÃO ROQUE”:** Devoção e conflito Imigrantes Italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902-1920). São Paulo: Annablume, Juiz de Fora Funalfa, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GASPARETTO JÚNIOR, Antônio. **Direitos Sociais em Perspectiva:** Seguridades, sociabilidades e identidades nas mutuais de imigrantes em Juiz de Fora (1872-1930). Juiz de Fora: Funalfa, 2014.

GENEALOGIA da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias – Family Search. Disponível em <<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:KCNQ-VSS>> Acessado em 20 de dezembro de 2015.

GENOVEZ, Patrícia Falco. Câmara dos compadres: relações familiares na Câmara Municipal de Juiz de Fora (1853-1889). In: **Locus:** Revista de História. Juiz de Fora: EDUFJF. Vol. 6, n° 1, 1996.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora** (1850-1930). Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

GOOGLE Mapas. Disponível em <[www.google.com/maps](http://www.google.com/maps)>. Acessado em 20 de dezembro de 2015.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

JUNTA COMERCIAL DE MINAS GERAIS. Disponível em: <[http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/login.jsp?josso\\_back\\_to=http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/certidaoweb/josso\\_security\\_check#buscaEmpresaEnd](http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/login.jsp?josso_back_to=http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/certidaoweb/josso_security_check#buscaEmpresaEnd)>. Acessado em dezembro de 2015.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros** (do Caminho Novo à Proclamação). Juiz de Fora: UFJF / FUNALFA, 1985.

MIRANDA, Sônia Regina de. **Cidade, capital e poder.** Políticas públicas e questão urbana na Velha Manchester Mineira. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1990.

MONTEIRO, Norma Góes. **Imigração e colonização em Minas:** 1889-1930. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1994.

MUSEO DEI BOZZETTI. Disponível em: <<http://www.museodeibozzetti.it/assets/files/mdb/collezione/artisti/s001451.php>>. Acessado em 10 de fevereiro de 2015

NORA, Pierre. “**Entre memória e história: a problemática dos lugares**”. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993. POLLAK,

Michael. "Memória e identidade

OLIVEIRA, Francisco Maximiliano. **Sinais da Igreja no Juiz de Fora**. Tomo I. Juiz de Fora: ESDEVA, 1976.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e indústria: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, 1991.

OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora**. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria Ltda, 1966. 321 p.

PEDONE, Jaqueline Viel Caberlon. O Espírito Eclético na Arquitetura, Porto Alegre. In: **Arqtexto 6**, 2005. Disponível em:

<[http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs\\_revista\\_6/11\\_Jaqueline%20Viel%20Caberlon%20Pedone.pdf](http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_6/11_Jaqueline%20Viel%20Caberlon%20Pedone.pdf)>. Acessado em 18 novembro 2015.

PHAROL, 12/10/1876.

\_\_\_\_\_, 19/04/1877.

\_\_\_\_\_, 29/04/1877.

\_\_\_\_\_, 23/08/1877.

\_\_\_\_\_, 16/03/1882.

\_\_\_\_\_, 12/05/1883.

\_\_\_\_\_, 01/05/1890.

\_\_\_\_\_, 08/03/1890.

\_\_\_\_\_, 20/05/1890.

\_\_\_\_\_, 28/02/1895.

\_\_\_\_\_, 19/10/1895.

\_\_\_\_\_, 07/07/1901.

\_\_\_\_\_, 05/11/1903.

\_\_\_\_\_, 15/09/1903.

\_\_\_\_\_, 20/11/1909.

\_\_\_\_\_, 12/12/1909.

\_\_\_\_\_, 13/11/1910.

\_\_\_\_\_, 03/11/1911.

\_\_\_\_\_, 14/03/1912.

\_\_\_\_\_, 19/03/1912.

\_\_\_\_\_, 03/11/1915.

\_\_\_\_\_, 27/04/1925.

PINTO, Jefferson de Almeida. **Controle Social e Pobreza** (Juiz de Fora, c.1876 – c.1922). Juiz de Fora: Ed. Funalfa, 2008.

PIRES, Anderson. **Café, finanças e bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930**. Juiz de Fora: Funalfa, 2009.

PROCÓPIO FILHO, José Procópio. **Salvo erro ou omissão: gente juiz-forana**. Juiz de Fora: Esdeva, 1979.

QUIOSSA, Paulo Sérgio. **O morrer católico no viver em Juiz de Fora – 1850-1950**. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: 2009.

REGISTRO de imigrantes no Brasil. Disponível em:

<[http://www.diasmarques.adv.br/artigos/Artigo\\_Imigracao\\_Estadao2.pdf](http://www.diasmarques.adv.br/artigos/Artigo_Imigracao_Estadao2.pdf)> Acessado em 10 de novembro de 2015.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa** Ritos Fúnebre e Revolta Popular no Brasil do Século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REVISTA O LINCE. Fevereiro de 1964.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos Mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro/Coleção Biblioteca Virtual/Biblioteca Carioca, 2007

\_\_\_\_\_. **Nas fronteiras do além: o processo de secularização da morte no Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

STEHLLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os alemães**. Juiz de Fora: Funalfa, 1979.

VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório, ou o trabalho de luto**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

**ANEXOS**

## Anexo A - Relatório sobre a situação do Cemitério Municipal de Juiz de Fora em 1912

[...] Tenho a honra de passar as mãos de V. E.<sup>a</sup> o relatorio accerca das condicções do cemiterio municipal desta cidade, de seu movimento e suas necessidades. O cemiterio municipal é installado a Rua Osorio de Almeida, sendo suas divisas: pelo lado direito com terrenos do Snr Coronel João Evangelista da Silva Gomes, pela esquerda com terrenos do Snr. Francisco Borges de Mattos, pelos fundos com terrenos do Exmo Snr. Dr Oscar Vidal Barbosa Lage e pela frente a referia Rua Ozorio de Almeida. A sua area é cercada pela frente com um muro de tijolos e dois portões de ferro, sendo o mais cercado com arame; estando todo este tapume de cerca em pessimas condicções. O seu estado interno reactivamente á alinhamentos e arruamentos é lamentavel, pois que desde seu começo que foi em 1863 não houve a menor observancia, visto que os enterros foram feitos em completa desordem, isto é, feitos salteadamente pela area sem a minima symetria, tornando assim impossivel hoje qualquer alinhamento regular. Existem alguns tumulos em ruinas e em completo estado de abandono, sendo ignorandos seus respectivos donos, devido a falta de numeração e escripturação regular, pois a antiga é quase imprestavel faltando mesmo escripturação de mezes, alem de que dos livros antigos em que eram feitas as escripturações existem faltas de folhas. A escripturação feita de 1898 para cá é regular. Existem alguns carneiros cujos impostos foram pagos por 5 annos já vencidos, e que esta administração não tem feito aos interessados convites para reformarem o referido praso, aguardando a transformação do cemiterio ou a abertura de um novo, e isto com autorisação não só do ex-presidente da camara o Ilmo e Exmo Snr. Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada com quem me entendi a tal respeito, como com V.E. Os carneiros<sup>150</sup> alli construidos tem sido como praxe construidos particularmente pela administração e pelos interessados; os que são construidos pela administração são devidamente cobrados pelos preços de 200\$000 á 350\$000 rs. O terreno do cemiterio nestes ultimos annos tem difficultado extraordinariamente os enterros devido ou augmento notavel do obituario, não sendo de ex-

---

<sup>150</sup> Termo originário do latim vulgar *carnerium*: gancho para carnes. Atualmente se aplica para designar local como sepultura ou cripta para depósito de ossadas exumadas dos cemitérios. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/carneiro>> Consultado em: 12/02/2015.

tranhar-se pelo aumento da população. Ultimamente, os enterros em sepulturas de covas rasas são feitos actualmente na parte mais alta do cemiterio tornando-se isto muito incomodo a população que ordinariamente reclama a inconveniencia da subida, alem da inconveniencia que ha no tempo chuvoso porque as enchorradas carrega toda terra solta que vem aterrar os tumulos da parte baixa e intransitar o caminho. Em summa o terreno é imprestavel. O trabalho de enterros, capina, sua limpeza, conservação e guarda é feita com 2 homens. O primeiro é o Snr Augusto Soares Machado empregado antigo, fiel e intelligente cumpridor de seus deveres, este é o que toma conta da chave do cemiterio, sela-o e guarda-o, é igualmente encarregado de todos os enterros de indigentes, tem elle o ordenado de 90\$000 rs mensaes. De Maio desse anno para cá foi admittido por ordem de V. E. mais um trabalhador encarregado das capinas, e auxilliar o primeiro. Estando actualmente neste logar o Snr Sebastião Arruda com o vencimento de 60\$000 rs mensaes. Perfazendo portanto a despeza ordinaria do cemiterio inclusive o ordenado meu como administrador que é de 150\$000 a importância total de 300\$000 rs. A despeza extraordinaria de ferramentas e instinção de formigas não excederá de 100 % annuaes, uns annos pelos outros. Os enterros em geral no anno de 1911 attingiu ao numero de 721 obitos; destes foram 278 creanças e 443 adultos. Do total dos enterros 441 são indigentes e 280 particulares; deste 280 foram sepultados em catacumbas antigas 27 e 15 em carneiros novos. Como verá V. E. torna-se nescessaria qualquer providencia a tomar-se no sentido de diminuir o numero dos indigentes, pois que tem-se tornando abusiva a especulação por parte da população que geitosamente enganam a bôa fé dos Snr Medicos; acho que será conveniente o attestado de vulnerabilidade ser de exclusiva competencia das autoridades policiaes, das ques V. E pedirá escrupulo e attenção. Dos indigentes que figuram aqui posso garantir a V. E que pelo menos 30% são verdadeiros indigentes e que alguns não poucos são até proprietarios. Lembro a V.E. a convenciencia do fechamento do cemitério da Gloria, pois este tem muito prejudica a renda do cemiterio municipal e augmenta consideravelmente o numero dos indigentes, visto que nelle não é aceito quem não for irmão daquella sociedade ou quem não pagar o que for exigido. E segundo me consta a taxa alli é de 51\$000rs de sepultura em cova rasa. A taxa do cemiterio municipal para cova raza de adultos é de 9\$900 e creança é de 6\$600 rs,



isto inclusive o adicional de 10% emmolumento. Pagando as partes particularmente pelo trabalho do enterro de adultos 6\$000 rs e de creança 2\$500. O imposto de sepulturas em carneiro por 5 annos é de 39\$600 rs inclusive o adicional e emolumentos e de creanças a mesma cousa. O imposto perpetuo é de 397\$100 rs para adultos e sendo para creança é cobrado este imposto com abatimento de 30%. Aproveito a ocasião para enviar-vos os meus protestos de respeito amizade e gratidão subescrevendo-me de V. E. amigo grato

Hilario Mendes Horta 13-7-912

Anexo B - Trecho do jornal Pharol de 14 de março de 1912 com menção ao testamento de Francisco Mariano Halfeld

[...] As chuvas constituindo uma ameaça constante á salubridade publica, porquanto sendo os enterramentos executados á meia encosta do alto do morro, dão lugar a que sejam, pela violencia da quéda das enxurradas, descobertos cadaveres, são também prejudicadas as carneiras e passagens para vários pontos do cemitério, enlameando tudo e formando monticulos de lama escorregadia.[...] a cidade augmenta, entende-se para todos os lados; é de muito mau gosto, e isto appellando para esthetica, a continuação do cemiterio o alargamento de sua area, no coração de nossa urbs, quando, com um pouco de boa vontade e energica decisao da Camara, tudo estaria feito.[...]

Ha um legado do coronel Halfeld, para a mudança do cemiterio. É de 30 contos, e juros agora, de vez que a presidencia Duarte de Abreu lançou mão, para venda, de 100 apolices, ou 20.000\$. essa quantia dá, positivamente, para a mudança do campo-santo, tanto mais quanto pouco além da fabrica Poço Rico, já existe um terreno de propriedade da Camara, adaptavel ao fim piedoso que se pede. Ha, a registrar, o juro de 7% annual, para essa verba doada, como se verá do testamento do coronel Halfeld, no qual se lê: “Deixo para as obras do nosso cemiterio que a Camara de Juiz de Fora pretende construir: 250 apolices de divida municipal de Juiz de Fora, cada uma de 200\$ nominaes e juro annual de 7%; enquanto não tiver começo a construcção do novo cemiterio, os juros correspondentes a este legado serão pela Camara Municipal, guardados e escripturados com a clausa do seu destino especial, ou depositados a juro em estabelecimento de credito com identica declaração”. A vontade de um morto, e de um morto benemerito, deve ser respeitada: a Camara, pois tem necessidade de executar este desejo do Coronel que pretendia, desde 1903, e não augmentar a área do actual campo-santo.[...]